

**Valores de (inter)subjetividade na análise semântica:
a marcação da distância**

Maria Teresa Fernandes de Oliveira

Tese de Doutoramento em Linguística

agosto, 2013

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 2 de agosto de 2013

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a
designar.

A orientadora,

Lisboa, 2 de agosto de 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Linguística – especialização em Linguística Portuguesa, realizada sob a
orientação científica da Professora Doutora Clara Nunes Correia

Apoio financeiro da FCT no âmbito do Programa de apoio à formação avançada
de docentes do Ensino Superior Politécnico (PROTEC)

(Ref.: SFRH/BD/50140/2009)

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para a minha orientadora, a Professora Doutora Clara Nunes Correia, pela confiança que depositou em mim, pela disponibilidade constante, pelas críticas e pelas sugestões sempre pertinentes, pelos preciosos conselhos práticos, mas também pela exigência, pela paciência, pelo sentido de humor e por me ter iniciado nestas lides linguísticas, há já 27 anos. Sem o seu apoio, esta tese não teria passado do projeto.

Devo ainda exprimir a minha gratidão para com todos aqueles que, nos domínios académico, profissional, pessoal e familiar, deram o seu contributo para que este trabalho se realizasse:

Quem incutiu em mim o gosto pela enunciação mediatizada, mas também pelo rigor científico e pela busca incessante do saber;

Quem comigo partilhou discussões teóricas e sugestões bibliográficas;

Quem me proporcionou condições de tempo e espaço para me poder dedicar à investigação, mesmo à custa de sacrifício pessoal e de sobrecarga com trabalho e responsabilidades que me pertenciam;

Quem esteve sempre presente, por palavras e gestos de confiança e incentivo, mas, também, de muito carinho;

Quem suportou a minha distância, a física e a outra, mesmo sem a conseguir compreender.

Não cito aqui os nomes, não só por uma questão de espaço, ou mesmo de privacidade, mas por ser desnecessário. Eles sabem quem são, e eu também.

VALORES DE (INTER)SUBJETIVIDADE NA ANÁLISE SEMÂNTICA: A MARCAÇÃO DA DISTÂNCIA

MARIA TERESA FERNANDES DE OLIVEIRA

RESUMO

Esta tese centra-se na análise dos marcadores linguísticos da distância, em particular, as formas como o sujeito enunciador codifica, no discurso, o seu distanciamento em relação ao conteúdo proposicional dos enunciados que constrói. Recorrendo a princípios estruturadores da teoria das operações predicativas e enunciativas, este trabalho propõe-se fazer uma descrição aprofundada de dois casos de estudo, sistematizando dados e apresentando um quadro explicativo para o respetivo funcionamento no português europeu. Como casos de estudo, foram selecionados dois tempos verbais (o futuro e o condicional) e um tipo de expressões idiomáticas (como “cheira a esturro”), que faz uso de três verbos de percepção (*cheirar*, *saber* e *soar*). As formas em questão marcam a distância entre o sujeito enunciador e aquilo que ele diz, através da atribuição da informação veiculada quer a uma outra fonte enunciativa, quer a um raciocínio inferencial do sujeito enunciador.

Em relação ao primeiro caso de estudo, procura mostrar-se como as formas verbais de condicional e de futuro são usadas como marcadores do valor mediativo de enunciação de factos relatados. A análise levada a cabo permite esclarecer que estas formas constroem, no enunciado, valores específicos, para os quais concorrem diversas categorias (mediativo, modalidade, tempo e aspeto), e funcionam como as versões mediativas de outros tempos verbais do modo indicativo, com os quais estabelecem relações biunívocas.

Quanto ao segundo caso de estudo, tem-se como objetivo mostrar que os verbos de percepção são, no português europeu, marcadores privilegiados do valor mediativo de enunciação de factos inferidos. Faz-se igualmente notar que a relação entre percepção e cognição, enquadrando-se numa tendência geral da mudança semântica, é redutível a uma invariância de funcionamento das formas, a qual permite uma plasticidade que decorre da interação com outros valores subjacentes aos enunciados. Desta forma, as construções em causa servem para apresentar explicações plausíveis, assumidas como tal pelo sujeito enunciador, que marca um distanciamento em relação ao seu conteúdo e evita validá-las como asserções estritas, modalizadas como certas. De modo a compreender o funcionamento destas construções, procede-se a uma pesquisa em *corpus* e a uma análise que visa dar conta dos tipos de estruturas e dos valores inferenciais, metafóricos e de subjetividade em causa. Finalmente, explora-se o modo como a sua ocorrência nestas expressões idiomáticas pode reforçar a hipótese de estes verbos apresentarem evidências de um processo de gramaticalização em curso.

Neste estudo é, pois, privilegiada uma análise transcategorial que visa esclarecer o modo como diferentes categorias linguísticas interagem na construção dos sujeitos e das relações enunciativas e (inter)subjetivas, em sequências linguísticas validáveis. A análise desenvolvida permite, ainda, clarificar o estatuto categorial do mediativo, esclarecendo a sua relação com a evidencialidade, por um lado, e com a modalidade epistémica, por outro.

PALAVRAS-CHAVE: mediativo, evidencialidade, modalidade, (inter)subjetividade, distância subjetiva, valores do condicional, valores do futuro, verbos de percepção.

**(INTER)SUBJECTIVITY VALUES IN SEMANTIC ANALYSIS:
THE MARKING OF DISTANCE**

MARIA TERESA FERNANDES DE OLIVEIRA

ABSTRACT

This thesis is centred on the linguistic markers of distance, in particular, the ways in which the enunciator codes, in his speech, his distancing from the propositional content of the utterances that he builds. Adopting some basic principles of the theory of predicative and enunciative operations, this thesis proposes to make a thorough description of two case studies, systematizing data and presenting an explanatory framework for their functioning in European Portuguese. As objects of study, two tenses (future and conditional) and a type of idioms (like *cheira a esturro* ‘smell a rat’), which uses three verbs of perception (*cheirar* ‘smell’, *saber* ‘taste’ and *soar* ‘sound’) were selected. Both types of forms mark the distance between the enunciator and what he says, through the assignment of information either to another source, or an inferential reasoning.

Regarding the first case study, it seeks to show how verbal forms of conditional and future are used as markers of reported mediative value. The analysis carried out allows clarifying that these forms create specific values in utterance, in which participate various categories (mediative, modality, tense and aspect) and that they function as the mediative counterparts of other tenses of the indicative mood, with which they hold a biunivocal relation.

The second case study aims at showing that verbs of perception are, in European Portuguese, privileged markers of inferential mediative value. It is also noted that the relation between perception and cognition, while fitting into a general tendency of semantic change is reducible to an invariance in the functioning of the linguistic forms, which allows plasticity that results from the interaction with other values underlying utterances. Thus, the constructions in question serve to provide plausible explanations, assumed as such by the enunciator, who keeps a distance in relation to their content and avoids validating them as strict assertions, modalized as certain. In order to understand the functioning of these constructions, this study proceeds to a corpus research and analysis that seeks to account for the involved types of structures and inferential, metaphorical and subjectivity values. Finally, it explores how their occurrence in these idioms can reinforce the hypothesis that these verbs present evidence of a process of grammaticalization in progress.

Therefore, in this study a transcategorical analysis is privileged aiming to clarify how different linguistic categories interact in the construction of enunciative subjects and of the enunciative and (inter)subjective relations in validatable linguistic sequences. The analysis also enables to clarify the categorical status of mediative, shedding light on its relation to evidentiality, on the one hand, and epistemic modality, on the other.

KEYWORDS: mediative, evidentiality, modality, (inter)subjectivity, subjective distance, values of the conditional tense, values of the future tense, perception verbs.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Justificação do tema	1
2. Objetivos e organização do trabalho	3
3. Constituição do <i>corpus</i> de trabalho e convenções de escrita	4
 Capítulo I. Enquadramento teórico	7
I.1. A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: alguns conceitos básicos 7	
I.2. O sujeito como parâmetro enunciativo	10
I.2.1. A construção enunciativa dos sujeitos	10
I.2.2. O papel dos sujeitos na construção textual: um estudo de caso.....	11
I.2.2.1. <i>Memorial do Convento</i>	13
I.2.2.2. <i>O Arquipélago da Insónia</i>	16
I.2.2.3. <i>Plâncton</i>	18
I.2.2.4. A construção dos sujeitos e a construção textual.....	19
I.3. Os sujeitos e a construção dos valores modais.....	23
 Capítulo II. Valores e categorias subjacentes à construção da distância: evidencialidade e mediativo	27
II.1. O conceito de evidencialidade	27
II.1.1. Tipos de evidencialidade	31
II.2. Evidencialidade e modalidade	33
II.3. O conceito de mediativo	36
II.4. A construção inferencial do conhecimento.....	41

II.4.1. Os conceitos de inferência, dedução, indução e abdução	43
II.4.2. Mediativo, dedução e abdução	46
II.5. Enunciação mediatizada no discurso jornalístico: análise de casos	52

Capítulo III. Marcadores de factos relatados: o futuro e o condicional 61

III.1. Futuro e condicional: entre tempo e modalidade	61
III.2. Operações enunciativas subjacentes ao futuro e ao condicional	63
III.3. Valores do condicional	67
III.4. Valores do futuro	78
III.5. O futuro e o condicional como marcadores de factos relatados em português europeu	85
III.6. Conclusões parciais	97

Capítulo IV. Marcadores inferenciais: os verbos de percepção 101

IV.1. Os verbos de percepção como marcadores das fontes da informação	103
IV.1.1. Verbos de percepção e operações enunciativas	103
IV.1.2. Tipologias dos verbos de percepção	105
IV.1.3. Marcação de valores evidenciais e de valores mediativos	117
IV.1.4. Percepção e cognição: invariância e plasticidade	118
IV.2. A expressão verbal da percepção sensorial em português europeu	123
IV.3. Os verbos <i>cheirar</i> , <i>saber</i> e <i>soar</i> como marcadores de valores inferenciais: um estudo de caso.....	129
IV.3.1. Visão global dos dados.....	129
IV.3.2. Delimitação dos casos de estudo.....	132
IV.3.3. Tipos de construções	136
IV.3.4. Tipos de ocorrências	139

IV.3.4.1. Verbo <i>cheirar</i>	139
IV.3.4.2. Verbo <i>saber</i>	144
IV.3.4.3. Verbo <i>soar</i>	145
IV.3.5. Tipos de inferências	146
IV.3.6. Tipos de metáforas	148
IV.3.7. Coocorrência e gradação	157
IV.4. Conclusões parciais	162
Conclusões finais	165
Referências bibliográficas	169
Dicionários consultados	182
Lista de figuras	183
Lista de tabelas	185
ANEXOS	187
Anexo 1	189
Texto A.....	189
Texto B.....	190
Texto C.....	190
Texto D.....	192
Texto E	192
Anexo 2	193
Anexo 3	195

Introdução

Mais la relation entre sujets énonciateurs entraîne un ajustement complexe, parce que nous ne fonctionnons pas comme des machines pré-réglées et synchronisées, qui auraient en commun un stock de représentations fixes. Bref, il n'y a ni pré-réglage, ni harmonie pré-établie. Cela signifie que nous nous accordons, nous nous ajustons les uns aux autres, de sorte que nos représentations subjectives soient à portée d'autrui. (Culioli, 1997: 240)

1. Justificação do tema

O ponto de partida para este trabalho baseou-se, sobretudo, na preocupação de dar conta, de forma sistemática, dos marcadores linguísticos da distância, em particular, das formas como o sujeito enunciador codifica, no discurso, o seu distanciamento em relação ao conteúdo proposicional dos enunciados que constrói.

A problemática da distância abre-se a diferentes perspetivas de abordagem, em que se cruzam categorias e valores distintos dos domínios da modalidade, da subjetividade (e da intersubjetividade, que lhe está intrinsecamente ligada) e do mediativo, entre outros.

No âmbito da teoria das operações predicativas e enunciativas, que se constitui como a perspetiva teórica principal que enquadra este estudo, todo o enunciado supõe uma assunção (“prise en charge”) de um enunciado por um enunciador. De acordo com Desclés (2009: 30), o enunciador constrói o enunciado, numa relação dialógica com o(s) seu(s) coenunciador(es), através de uma operação de assunção de um conteúdo predicativo, ou seja, de uma forma já organizada por operações predicativas, entre outras.

Segundo esta perspetiva, a assunção do enunciado está associada à sua modalização e à construção de diversos valores, que Alrahabi & Desclés (2009) hierarquizam ao longo de uma escala de gradação, segundo a força do compromisso

(“engagement”) do enunciador. Assim, no polo mais baixo da escala, o do compromisso mínimo, fica a negação¹, que corresponde à recusa do enunciador em validar o conteúdo proposicional do enunciado, e a interrogação, que abre espaço para que a validação seja efetuada pelo coenunciador. No polo oposto, o da assunção máxima (ou, segundo os autores, da assunção da verdade do enunciado), temos a asserção, o domínio, por excelência, do *dizer*, do *afirmar*. Entre ambos os polos, os autores hierarquizam, no sentido de uma gradual perda de força de compromisso, as seguintes operações de assunção:

- A assunção através de modalidades de julgamento, onde se incluem as modalidades intersubjetiva (expressa por marcadores como *informar*, *denunciar*, *acusar*, *prometer*, *pedir*, *ordenar*, *criticar*, entre outros), epistémica (*saber*) e apreciativa (*felizmente*);
- A assunção da plausibilidade, através da enunciação mediatizada (*terá dito*, *teria dito*), que implica uma desresponsabilização parcial do sujeito enunciador em relação ao conteúdo proposicional do enunciado;
- A assunção da possibilidade e da probabilidade, no âmbito dos juízos aléticos e epistémicos (*achar*, *acreditar*, *talvez*).

De acordo com esta proposta, a construção de uma distância subjetiva pode operar em diferentes níveis: o da relação entre os sujeitos (enunciador e coenunciador), o da relação do sujeito enunciador com a validação do enunciado (de que decorrem diferentes valores modais), o da relação do sujeito enunciador com o conteúdo proposicional do enunciado (que configura diferentes formas de desresponsabilização).

O estudo que agora se apresenta centra-se, em particular, na distância que o sujeito enunciador constrói em relação ao seu próprio enunciado: desresponsabilizando-se daquilo que diz, atribuindo a sua validação a uma outra fonte enunciativa, marcando a informação veiculada como produto de uma suposição ou de um raciocínio, enfim, todo um conjunto de estratégias a que se convencionou chamar mediatização enunciativa.

¹ Note-se que, numa escala de valores assertivos, a asserção estrita negativa tem um valor semelhante ao da asserção estrita positiva, situando-se ambas no topo da escala (cf. Campos & Xavier, 1991:339). Já numa escala de força do compromisso (cf. Alrahabi & Desclés, 2009: 6), a negação corresponde à recusa do enunciador em se comprometer com o conteúdo proposicional do enunciado, ou, mesmo, à sua rejeição liminar.

2. Objetivos e organização do trabalho

Esta tese propõe-se fazer uma descrição aprofundada de dois casos de estudo, sistematizando dados e apresentando um quadro explicativo para o respetivo funcionamento no português europeu. Como casos de estudo, foram selecionados dois tempos verbais (o futuro e o condicional) e um tipo de expressões idiomáticas (como “cheira a esturro”), que faz uso de três verbos de percepção (*cheirar*, *saber* e *soar*). As formas em questão marcam a distância entre o sujeito enunciador e aquilo que ele diz, através da atribuição da informação veiculada quer a uma outra fonte enunciativa, quer a um raciocínio inferencial do sujeito enunciador.

Visa-se ainda, através de uma análise transcategorial, esclarecer o modo como diferentes categorias linguísticas interagem na construção dos sujeitos e das relações enunciativas e (inter)subjativas², em sequências linguísticas validáveis. A análise desenvolvida procura também clarificar o estatuto categorial do mediativo, esclarecendo a sua relação com a evidencialidade, por um lado, e com a modalidade epistémica, por outro.

Assim, este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Enquadramento teórico”, define uma seleção de conceitos do quadro da teoria das operações predicativas e enunciativas, que considerei primordiais para o estudo que pretendi levar a cabo, nomeadamente, os que estão relacionados com a construção do enunciado, dos sujeitos e dos valores modais em geral. Procedo, ainda neste capítulo, a um estudo de caso, com vista a ilustrar a interpretação que é dada, no modelo teórico, à forma como são construídos os sujeitos no texto.

Por sua vez, o segundo capítulo acolhe a discussão em torno de um conceito incontornável no estudo da marcação linguística da distância, a saber, o de mediativo. São abordados o seu estatuto categorial, a sua relação com os domínios da evidencialidade e da modalidade e os tipos de valores construídos, com particular enfoque na marcação de valores inferenciais. Finalmente, ilustram-se algumas

² A grafia “(inter)subjetivo” ou “(inter)subjatividade” pretende dar conta da complexidade das relações estabelecidas, simultaneamente subjetivas e intersubjetivas, porque construídas em diálogo (cf. Desclés, 2009: 30), com vista ao ajustamento entre o sujeito enunciador e o(s) seu(s) coenunciador(es) (cf. Culioli, 1997: 240).

estratégias mediativas no discurso jornalístico, com base na análise de ocorrências atestadas.

Os capítulos 3 e 4, por seu lado, centram-se na análise de dois estudos de caso, no âmbito da marcação de valores mediativos no português europeu, nomeadamente, da marcação de factos relatados e de factos inferidos.

Como marcadores de factos relatados, estudo, no terceiro capítulo, os chamados usos jornalísticos do futuro e do condicional. São abordados, numa perspetiva transcategorial, os diferentes valores destas formas verbais, no português europeu, e é proposto um quadro de distribuição complementar das formas de futuro e de condicional, sustentada na análise de ocorrências atestadas.

No quarto capítulo, detenho-me sobre a marcação de valores inferenciais num objeto de estudo pouco usual, a saber, as expressões idiomáticas com verbos de percepção, como, por exemplo, “cheira a esturro”. As características específicas destas construções assentam numa abordagem da expressão verbal da percepção sensorial que recorre a algumas propostas que foram consideradas relevantes, desenvolvidas no domínio dos estudos da cognição e da gramaticalização.

3. Constituição do *corpus* de trabalho e convenções de escrita

Na abordagem que desenvolvo, fiz por me basear em ocorrências atestadas, provenientes de textos reais – escritos, quase sempre, devido à facilidade de acesso. A especificidade dos fenómenos em causa levou à utilização de *corpora* diferentes, cuja natureza passo a explicitar.

Para ilustrar a forma como são construídos os sujeitos no texto, utilizei uma seleção de excertos literários, a saber, de *O Arquipélago da Insónia*, de António Lobo Antunes, *Plâncton*, de Nuno Júdice, e *Memorial do Convento*, de José Saramago. Estes textos foram escolhidos por mim, expressamente para o efeito, devido à quantidade e à qualidade de sujeitos neles construídos, o que me permitiu ilustrar os diferentes tipos de operações enunciativas em causa na construção de instâncias subjetivas diversas.

Já para a análise dos valores inferenciais construídos pelos verbos de percepção, tendo-me restringido à sua ocorrência em expressões idiomáticas, logo, de uso menos

frequente, optei por aceder a um *corpus* mais extenso, que me proporcionasse casos de estudo em quantidade suficiente, pelo que recorri ao projeto Linguateca. De entre as coleções disponíveis, optei pela CHAVE, uma coleção composta pelos textos integrais das edições completas dos jornais *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil), dos anos de 1994 e 1995. O fator decisivo na escolha desta coleção foi o facto de poder dispor dos textos completos, na medida em que, para a análise que pretendia levar a cabo, necessitava de um contexto alargado, que as simples listas de concordâncias obtidas não me proporcionavam. Além disso, poder dispor de textos portugueses e brasileiros permitiu comparar a frequência e o funcionamento das construções em análise em ambas as variantes do português, o que se revelou uma mais-valia para este estudo. Assim, o *corpus* de trabalho para a análise e descrição do fenómeno linguístico em causa foi constituído por textos jornalísticos e, em particular, devido às características das ocorrências trabalhadas, textos de opinião, comentários e cartas de leitores.

Por seu lado, o estudo do futuro e do condicional em uso jornalístico mostrou-se mais produtivo com um género de texto específico, no caso, a notícia. Porém, devido às localizações temporais construídas pelas formas em análise, preferi, ao invés de recorrer a uma coleção já constituída, utilizar textos atuais, pelo que fabriquei o meu próprio *corpus*. Reuni, então, um conjunto de cerca de 120 notícias recentes (publicadas entre abril e junho de 2013), da imprensa portuguesa *on-line*, ricas em ocorrências do tipo pretendido.

Esta aparente dispersão no tipo de exemplos trabalhados, no que diz respeito quer aos géneros textuais quer às datações, revelou-se, porém, não só útil, como também coerente com as opções de análise tomadas, como se verá no decorrer da leitura.

No que diz respeito a critérios formais utilizados no decurso deste trabalho, impõem-se algumas precisões.

Em primeiro lugar, apesar de estar redigido em língua portuguesa, este estudo faz, com alguma frequência, referência a exemplos e citações em línguas estrangeiras, os quais foram, na sua maioria, mantidos nas línguas originais, sem tradução ou adaptação ao português. Isto é válido para as línguas românicas (francês, espanhol e italiano) e para o inglês; exemplos em alemão e em línguas não indo-europeias, que presumi menos acessíveis, vêm acompanhados pela respetiva tradução/adaptação ao

português. Excluem-se deste critério os casos cuja adaptação ao português julguei indispensável para a exposição ou que foram objeto de análise ou manipulação.

Ainda quanto aos exemplos utilizados, faço notar que, para evitar atingir números muito elevados, a sua numeração é reiniciada no princípio de cada capítulo.

Finalmente, decidi minimizar o uso de abreviaturas, de forma a facilitar a leitura. Por essa razão, não existe uma lista de abreviaturas: todas as abreviaturas que foi necessário utilizar encontram-se explicitadas em contexto próximo.

Capítulo I. Enquadramento teórico

I.1. A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: alguns conceitos básicos

O estudo da (inter)subjetividade, em geral, e do distanciamento enunciativo, em particular, assenta, necessariamente, em suportes teóricos diferenciados. Neste trabalho, recorro às contribuições teóricas de autores de referência relevantes para os diferentes tópicos de análise, mas tendo como pano de fundo alguns princípios estruturantes definidos pela teoria das operações predicativas e enunciativas. As bases desta teoria estão expostas num grande número de artigos científicos, compilados nos três volumes intitulados *Pour une Linguistique de l'Énonciation* (Culioli, 1990; 1999a; 1999b). Em Portugal, existe também ampla bibliografia, desenvolvida no quadro da investigação realizada no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

No âmbito desta proposta, os conceitos de relação predicativa, de localização abstrata e de situação de enunciação constituem ancoragens fortes e importantes para a descrição que se pretende levar a cabo.

Assim, e nesta perspetiva, a relação predicativa é uma relação binária, notada <arb> ou <r>, que resulta da lexicalização das noções abstratas que instanciam os lugares das variáveis de argumentos e da variável de operador de predicação, como por exemplo <menino comer bolo>. Assume-se que uma relação predicativa não é um enunciado, mas, simultaneamente, um conteúdo proposicional e uma forma geradora de outras formas derivadas, nomeadamente, uma família de relações predicativas ou uma família parafrástica de enunciados. Prevê-se que a passagem da relação predicativa a enunciado envolva um conjunto de operações predicativas e enunciativas articuladas em torno da operação básica de localização abstrata. Estas operações, incidindo sobre a relação predicativa, vão determinar a sua organização sintática e diatética e a sua localização em relação ao sistema de coordenadas enunciativas, de que resultarão

valores referenciais de pessoa, tempo, aspeto, número, modalidade e determinação em geral (cf., entre outros, os trabalhos de: Campos, 1998: 19-25; Correia, 1998: 22-24).

De forma a permitir a definição de relações entre termos de uma dada relação predicativa e de relações predicativas diversas entre si, neste modelo define-se a operação de localização abstrata como uma operação que assegura a localização referencial de qualquer termo do enunciado em relação a outro, mais determinado, ou do enunciado em relação ao sistema de coordenadas enunciativas, possibilitando a construção dos diferentes valores semânticos que se manifestarão no enunciado.

O operador de localização abstrata ($\underline{\in}$) permite definir a relação entre dois termos – sejam x e y , respetivamente, localizador e localizado –, notada formalmente como $(y \underline{\in} x)$, que se lê “ y está localizado em relação a x ”. Este operador pode assumir diferentes valores: identificação ($=$), diferenciação (\neq), rutura ou não localização (ω) e um valor compósito, estrela ($*$), “que corresponde a todos ou a alguns dos outros” (Campos, 1998: 19), a saber, “ni identique ni différent, ou identique ou différent (c’est-à-dire: ω ou $=$ ou \neq)” (Culioli, [1980] 1999a: 130).

Outro conceito fundamental é o de Situação de Enunciação (Sit), que representa, metalinguisticamente, o sistema de coordenadas enunciativas que localizam referencialmente um dado estado de coisas. Sit é constituída por duas coordenadas principais: a coordenada subjetiva (S), a partir da qual se constroem os valores modais do enunciado, e a coordenada espaço-temporal (T) (ver, entre outros, Campos, 1998: 25-26).

Este sistema de coordenadas manifesta-se em diferentes níveis (identificados pelos respetivos índices) que correspondem às diversas ancoragens enunciativas do enunciado. Considera-se, por um lado, um índice de acontecimento (Sit₂), que é definido pelas coordenadas espaço-temporais (S₂ e T₂) do acontecimento linguístico do enunciado. Por outro lado, um momento de locução (Sit₁), que é definido pelas coordenadas (S₁ e T₁) do ato de locução, e que serve de localizador a Sit₂: (Sit₂ $\underline{\in}$ Sit₁). O localizador absoluto na construção do enunciado é a Situação de Enunciação origem (Sit₀), definida pelas coordenadas enunciativas de origem (S₀ e T₀): (Sit₂ $\underline{\in}$ Sit₁ $\underline{\in}$ Sit₀). Outros localizadores podem ser definidos enunciativamente, como Sit₃, que serve de localizador intermédio, como é o caso da oração subordinada adverbial temporal em: “Quando o João chegou, a Maria estava a dormir”. Ou ainda Sit_M, ou situação de

enunciação mediatizada, introduzida por Guentchéva (1994) e que desenvolverei mais à frente.

Os vários níveis de coordenadas enunciativas podem identificar-se entre si, como em “Estou aqui” ($Sit_2 = Sit_1 = Sit_0$), mas pode também haver dissociação entre eles, como em “A Maria disse que o João viajou” ($Sit_2 \omega Sit_1 \omega Sit_0$). Se nos centrarmos apenas na coordenada subjetiva, podemos verificar diferentes valores da operação de localização, em exemplos como os seguintes:

- | | | | |
|-----|----|---|-------------------------------|
| (1) | a. | Fui ao cinema. | $(S_2 = S_1 = S_0)$ |
| | b. | Tu foste ao cinema? | $(S_2 \neq S_1 = S_0)$ |
| | c. | A Maria disse que o João foi ao cinema. | $(S_2 \omega S_1 \omega S_0)$ |
| | d. | Vai-se pouco ao cinema, em Portugal. | $(S_2 * S_1 = S_0)$ |

Em (1a), há identificação entre os vários índices subjetivos: o sujeito enunciador origem, o sujeito locutor e o sujeito do enunciado são correferenciais. Já em (1b), o sujeito do enunciado é diferenciado do sujeito enunciador e locutor – corresponde ao “outro” enunciativo, ou coenunciador, marcado pela segunda pessoa gramatical. Em (1c), os três sujeitos estão em rutura: o João é o sujeito do enunciado; a Maria, o sujeito locutor que valida a relação prediativa <João ir ao cinema>; o sujeito enunciador, por seu lado, valida a relação prediativa <Maria dizer p>. A rutura subjetiva manifesta-se através da terceira pessoa gramatical. Em (1d), o valor estrela está subjacente ao sujeito genérico.

Pela sua centralidade neste estudo, a construção enunciativa dos sujeitos merece particular destaque neste enquadramento teórico. No ponto seguinte, darei conta das operações enunciativas que subjazem à construção dos sujeitos, o que ilustrarei com a aplicação prática na análise de texto.

I.2. O sujeito como parâmetro enunciativo

I.2.1. A construção enunciativa dos sujeitos

Como referi acima, o sujeito é construído através de operações enunciativas que o instituem em diferentes níveis: sujeito enunciador e coenunciador, sujeito locutor, sujeito do enunciado, entre outros (cf. Culioli, [1987] 1990: 116; Campos, 1998: 25-33). As várias instâncias subjetivas presentes num enunciado estabelecem relações de localização entre elas, de forma a construírem cadeias de referência que as estabilizam enunciativamente.

A primeira instância subjetiva é o sujeito enunciador origem (S_0):

o sujeito enunciador S_0 , ao instituir-se como tal num tempo T_0 , define uma situação de enunciação $Sit(S_0, T_0)$, e, a partir desta, constrói um sistema referencial que é condição e, simultaneamente, consequência da própria enunciação. (Campos, 1998: 25)

O sistema referencial integra ainda os parâmetros S_1 e S_2 , respetivamente, sujeito locutor e sujeito do enunciado. O estatuto de S_1 e a sua relação com S_0 podem ser assim sintetizados:

Metalinguisticamente, é na situação de locução [$Sit(S_1, T_1)$ ou Sit_1] – situação enunciativa construída a partir de, e localizada em relação a, Sit_0 –, que é assumida a ‘validação’ da relação predicativa (...). É S_1 que declara a relação predicativa verdadeira ou não verdadeira em diferentes graus. S_0 é um parâmetro primitivo, o enunciador origem que funda a instância de enunciação; S_1 é um parâmetro construído, o locutor que é responsável pelo acontecimento linguístico, assumindo-o com determinado valor modal (...). (Campos, 1998: 26)

O sujeito do enunciado, S_2 , é construído, igualmente, na enunciação. Sendo localizado em relação a S_0 , podem estabelecer-se, entre estes dois parâmetros, relações de localização com diferentes valores, a que correspondem marcadores linguísticos distintos, como mostram os exemplos em (1), acima. Nas palavras de Campos (1998: 33):

Por exemplo, para a categoria gramatical ‘pessoa’: sendo S_2 – sujeito do enunciado – o termo localizado, e S_0 – sujeito enunciador origem – o termo localizador, [o valor do operador metalinguístico de localização] é ($S_2 \in S_0$). O pronome da primeira pessoa gramatical (“eu”) marca uma relação de identificação ($S_2 = S_0$); o pronome da segunda pessoa (“tu”) marca uma relação de diferenciação ($S_2 \neq S_0$); o pronome da terceira pessoa (“ele”) marca a não localização ($S_2 \notin S_0$), e, finalmente, o pronome genérico (“se”) representa uma variável à qual podem ser atribuídos os outros valores ($S_2 * S_0$) (“Então, vai-se ao cinema esta tarde ou não?”, “Apesar das campanhas anti-tabágicas, fuma-se cada vez mais”, etc.).

Uma relação de diferenciação, como a existente em ($S_2 \neq S_0$), pressupõe a construção linguística do coenunciador (notado S'_0), o “outro” na relação enunciativa.

De modo a clarificar as relações que podem ser estabelecidas entre as várias instâncias subjetivas, apresento, de seguida, um estudo de caso que consiste na análise das formas de construção dos sujeitos em textos concretos.

1.2.2. O papel dos sujeitos na construção textual: um estudo de caso

No quadro da teoria das operações predicativas e enunciativas, entende-se texto “como representação de um encadeamento de operações de que a própria sequência textual é o resultado” (Campos, 1998: 18). Os sujeitos são construídos no âmbito desse encadeamento de operações, cujos marcadores são as formas linguísticas.

Para a presente ilustração (cf. Oliveira, T., 2012; 2013), selecionei excertos de *Memorial do Convento*, de José Saramago, *O Arquipélago da Insónia*, de António Lobo Antunes, e *Plâncton*, de Nuno Júdice³, reproduzidos no anexo 1. Escolhi estas obras porque nelas os sujeitos assumem particular importância, quer pela forma como são construídos, quer pelas funções que desempenham, sendo a sua construção indissociável da própria construção do texto.

Os excertos em análise estão organizados em torno da (e para a) construção dos sujeitos, tanto ao nível da enunciação como ao nível do enunciado. Os sujeitos

³ Edições utilizadas:

Antunes, António Lobo (2008). *O Arquipélago da Insónia*. 4.^a edição, Lisboa: Dom Quixote.

Júdice, Nuno (1981). *Plâncton*. 1.^a edição, Lisboa: Contexto.

Saramago, José ([1982] 1984). *Memorial do Convento*. 8.^a edição, Lisboa: Caminho.

cruzam-se, confundem-se, modelando o próprio fluir da narrativa, também ele não linear. A relação entre narrador e personagens e entre as próprias personagens assume contornos de indiferenciação, o que leva, no limite, ao questionamento do seu estatuto diegético.

Estas impressões que o texto desencadeia no leitor são, forçosamente, assim o defendo, produto da estruturação das formas linguísticas, que são, elas próprias, marcadores de operações enunciativas subjacentes. As relações entre os sujeitos deverão ser, pois, as previstas pelo quadro teórico, e delas dependerá o estatuto dos sujeitos na estrutura textual. Assim, através da identificação e análise dos marcadores linguísticos das diferentes instâncias subjetivas, será possível compreender as relações existentes entre os diversos sujeitos que se cruzam nos textos e esclarecer o papel que desempenham na construção textual.

Note-se que uma obra narrativa, como aquelas que aqui estão em causa, joga, habitualmente, com a identificação entre o sujeito enunciador (S_0) e o narrador, que assim se assume como localizador último de qualquer enunciado. Porém, num texto narrativo, nem todos os enunciados são assumidos pelo narrador, na medida em que há enunciados que são atribuídos a personagens:

Deste modo, num enunciado apenas atribuído ao Narrador este é o único sujeito localizador enquanto que num enunciado atribuído a uma personagem, o Narrador é um segundo sujeito localizador. (Moreno, 2005: 205)

Isto, porque é o narrador que empresta a voz à personagem, que a institui como um S_1 . É importante, para o efeito, retomar aqui a distinção entre S_0 e S_1 . Nas palavras de Moreno (2005: 205, nota 273):

Recuperando a distinção entre sujeito enunciador (localizador último não marcado no enunciado) e sujeito locutor (sujeito que assume, validando ou não, a relação predicativa), um enunciado atribuído exclusivamente ao Narrador é localizado a partir de um sujeito enunciador que se identifica com o sujeito locutor e um enunciado atribuído a uma personagem é localizado a partir de um sujeito locutor (a personagem) que se diferencia do sujeito enunciador (o Narrador).

As diferentes operações de localização abstrata estão na base do jogo intersubjetivo definido entre os sujeitos, que se manifesta através de reajustamentos que

estabelecem a aproximação entre o EU-TU (identificação/diferenciação) e o distanciamento em relação ao ELE (rutura). Esses reajustamentos intersubjetivos são marcados por formas linguísticas (pronomes pessoais, sobretudo, mas também outras formas que remetem para os mesmos valores) (cf. Correia, 2005: 256).

Vejamos por que formas estas relações são marcadas nos textos selecionados para análise.

I.2.2.1. *Memorial do Convento*

O excerto em análise de *Memorial do Convento* (o auto de fé, reproduzido, no final, como texto A do anexo 1 – daqui em diante, 1A) funciona como uma unidade textual perfeitamente delimitada dentro da narrativa. Nele assume especial relevância o cruzamento de vários sujeitos, quer ao nível da enunciação, quer ao nível do enunciado.

Os sujeitos presentes no texto são um primeiro narrador, um segundo narrador, algumas personagens, com diferentes graus de importância e de intervenção na narrativa (Blimunda, Baltazar, o padre Bartolomeu Lourenço, Sebastiana Maria de Jesus, Simeão de Oliveira e Sousa, Domingos Afonso Lagareiro e o padre António Teixeira de Sousa) e alguns figurantes, agrupados em designações plurais ou coletivas (“povinho”, “mulheres”, “frades”, “procissão”). Estes sujeitos são marcados linguisticamente por uma variedade de pronomes pessoais, de possessivos, de deíticos e de desinências verbais. Constroem cadeias de referência e são enunciativamente estabilizados através das diferentes relações de localização que estabelecem uns com os outros.

Quanto ao primeiro narrador, funciona como sujeito enunciador origem (S_0) e, simultaneamente, como sujeito locutor (S_1), estabelecendo-se entre estes dois sujeitos uma relação de identificação ($S_1 = S_0$). Tem voz no texto em dois momentos distintos, intercalados por outros momentos em que outros sujeitos assumem a palavra: o primeiro, no início do excerto (linhas 1 a 5 do anexo 1A), serve para situar a narrativa, através da descrição da situação, feita no presente do indicativo; o segundo, entre as linhas 44 e 46, faz a gestão do discurso das personagens, usando o pretérito perfeito simples do indicativo: “e Blimunda disse ao padre, (...) e depois, voltando-se para o

homem alto que lhe estava perto, perguntou, (...) e o homem disse, naturalmente, assim reconhecendo o direito de esta mulher lhe fazer perguntas (...)."

É o sujeito enunciador origem que vai servir de localizador às personagens que introduz e ao segundo narrador. Estas localizações têm um valor de rutura (ω), marcada pelas formas de terceira pessoa gramatical usadas para referir as personagens: "Grita o povinho", "guincham as mulheres", "Blimunda disse ao padre", por exemplo.

A passagem de palavra ao segundo narrador funciona igualmente como uma rutura, não havendo marcadores linguísticos que a anunciem. A partir da linha 5, nota-se uma diferença no registo da narração, em relação à qual o locutor assume maior proximidade, através da utilização de deíticos ("aquele que ali vai", "e aquele", "e aquele"), de apartes e avaliações de carácter pessoal e subjetivo ("raro se viu confusão assim", "deveria ser um direito do homem escolher o seu próprio nome", "um nome não é nada", "imagine-se, como se tivesse sido ele o primeiro", "decerto começando na palavra do confessionário", por exemplo, entre as linhas 8 e 18) e da utilização de formas de primeira pessoa gramatical ("e esta sou eu", linha 20). Esta diferença de registo é suficiente para identificar uma nova voz, um novo sujeito, que, em rutura com o sujeito enunciador origem, se assume como um novo sujeito locutor, notado ($S_1^b \omega (S_1 = S_0)$)⁴.

Ambos os locutores se assumem como testemunhas dos factos narrados, o que é patente no uso do presente do indicativo, como presente de reportagem, marcando a simultaneidade entre o momento da locução e os factos narrados ("Grita o povinho", "guincham as mulheres", linha 1, "aquele que ali vai é Simeão de Oliveira e Sousa", linha 5, etc.). Porém, o uso dos marcadores deíticos confere ao segundo locutor um estatuto de participante, que o primeiro locutor não tem.

A partir da primeira utilização da primeira pessoa gramatical, o segundo sujeito locutor vai estabelecer uma relação de identificação com uma personagem, sujeito do enunciado, Sebastiana Maria de Jesus (S_2^b)⁵. Esta identificação ($S_2^b = S_1^b$) é marcada linguisticamente pelas formas de primeira pessoa (ou com ela relacionadas) que se sucedem e que são: pronomes pessoais, em diversas funções sintáticas ("eu", "repreenderam-me", "disseram-me", "mim", "comigo"), demonstrativos ("esta",

⁴ O índice b serve apenas para distinguir o segundo locutor (S_1^b) do primeiro (S_1).

⁵ Mantenho o índice b, para facilitar a leitura.

“aqui”), possessivos (“meu”, “minha”, “minhas”) e desinências verbais (“sou”, “vou”, “tenho”, “sei”, “ouço”, “ouvi”, “verei”, etc.) (linhas 20 a 43). A cadeia de localizações estabelecida entre os sujeitos até aqui referidos pode ser representada da seguinte forma: $(S_2^b = (S_1^b \omega (S_1 = S_0)))$.

Este sujeito ($S_2^b = S_1^b$) serve também de localizador às outras personagens (sujeitos do enunciado) que vão sendo introduzidas. Esta localização tem valor de rutura, marcada por formas de terceira pessoa: “quem comigo vai nesta procissão” (linha 28), “minha filha, é seu nome Blimunda” (linha 29), “ao lado dela está o padre Bartolomeu Lourenço” (linha 39), “aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda” (linha 41).

Por seu lado, uma outra relação de localização, com valor de diferenciação, surge nos “diálogos interiores” que Sebastiana enceta, primeiro com Blimunda (“onde de mim, aqui hás-de vir saber da tua mãe”, linhas 29-30), depois consigo mesma (“ó coração meu, salta-me no peito”, linhas 32-33; “que vai ser deles, poder meu”, linha 42). Essa diferenciação é marcada pelas formas de segunda pessoa gramatical (“hás-de vir”, “tua mãe”, “eu te verei”, “estiveres”, “salta-me no peito”, “não fales”, “olha só”, “esses teus olhos”, “não te verei mais”, etc.) e pelo vocativo (“ó coração meu”, linha 32; “poder meu”, linha 42; “adeus Blimunda”, linha 43).

No caso de Blimunda, de sujeito do enunciado (S_2^c), passa a interlocutor de Sebastiana (notado (S_1^b)), quando esta se lhe dirige na segunda pessoa gramatical ($S_1^b \neq S_1$) (inicialmente, através do vocativo, na linha 37). Por outro lado, Blimunda serve também de ponto de partida para a estabilização referencial das personagens padre Bartolomeu Lourenço e Baltazar, que Sebastiana constrói com base em critérios espaciais que têm Blimunda como ponto de referência: “ao lado dela está o padre Bartolomeu Lourenço” (linha 39), “aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda” (linha 41).

Depois de construída e estabilizada em relação a Sebastiana, Blimunda ganha voz própria, tornando-se um novo sujeito locutor que se dirige, primeiro, ao padre Bartolomeu Lourenço (“Ali vai minha mãe”, linha 44) e interpela, depois, Baltazar (“Que nome é o seu”, linha 45). Este novo sujeito locutor é identificado com a personagem Blimunda, através da marca de primeira pessoa (“minha”).

Blimunda faz assim parte de diferentes cadeias referenciais, a saber: $(S_2^c \omega (S_1^b \omega (S_1 = S_0)))$, $(S_1'^b \neq (S_1^b \omega (S_1 = S_0)))$ e $(S_1^c = (S_2^c \omega (S_1^b \omega (S_1 = S_0))))$, respetivamente, sujeito do enunciado em rutura com o segundo locutor (“não ouvi que se falasse da minha filha, é seu nome Blimunda”, linha 29), interlocutor diferenciado do segundo locutor (“aqui hás-de vir saber da tua mãe”, linhas 29-30) e terceiro locutor identificado com o sujeito do enunciado (“Ali vai minha mãe”, linha 44).

Por seu lado, Baltazar é outro sujeito do enunciado com um percurso muito semelhante ao de Blimunda: é construído por Sebastiana, em relação a quem é localizado por rutura (“aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda”, linha 41), é adotado por Blimunda como seu interlocutor (“Que nome é o seu”, linha 45) e, finalmente, ganha voz própria, como um novo locutor, identificado com a personagem já estabilizada (“Baltasar Mateus, também me chamam Sete-Sóis”, linha 47).

1.2.2.2. O Arquipélago da Insónia

Quanto a *O Arquipélago da Insónia*, selecionei dois excertos: o início da obra (reproduzido como anexo 1B) e o delírio febril do pai (anexo 1C). O primeiro tem a função de construir os sujeitos do enunciado, através da sua localização em relação ao sujeito enunciator; o segundo permite os reajustamentos intersubjetivos.

O primeiro sujeito a ser construído na obra é um sujeito locutor, identificado com o sujeito enunciator ($S_1 = S_0$), que vai servir de localizador, por identificação, a um sujeito do enunciado ($S_2 = (S_1 = S_0)$). Essa relação de identificação é marcada pelo pronome pessoal de primeira pessoa gramatical, “me”, a terceira palavra utilizada (cf. anexo 1B, linha 1). A partir daí, a identificação vai sendo retomada por diversas formas relacionadas com a primeira pessoa gramatical: “isto”, “minha”, “meu”, “conheço”, “trotava”, “nos”, “me”, “comigo”.

Este sujeito ($S_2 = (S_1 = S_0)$) vai servir de localizador aos sujeitos do enunciado que vão sendo construídos, na prática, as restantes personagens (mãe, pai, avô, avó, empregadas da cozinha). A localização tem valor de rutura, marcada por formas de terceira pessoa: “lhe”, “prendia”, “ela”.

A construção destes sujeitos é feita através de anáforas de tipo lexical (cf. Campos & Xavier, 1991: 368-371), que têm na base relações lexicais de tipos diversos. Quase todos os sujeitos do excerto são especificados pela relação de parentesco que têm com o sujeito ($S_2 = (S_1 = S_0)$). Essa relação é marcada pelo possessivo “meu/minha”: “minha mãe”, “meu pai”, “meu avô”, “minha avó” (anexo 1B, linhas 3-4 e 14). A única exceção diz respeito às “empregadas da cozinha” (linha 4), que são construídas através da relação parte-todo que se estabelece entre “cozinha” e “casa”, por um lado, e da relação entre “empregadas” e “cozinha”, por outro (faz parte da noção de casa a propriedade de possuir uma cozinha, assim como, da noção de cozinha, haver quem lá trabalhe). O artigo definido (“a minha mãe”, “o meu pai”, “o meu avô”, “a minha avó”, “as empregadas da cozinha”) marca a retoma anafórica, ao apresentar os termos como pré-construídos, ou seja, não construídos em Sit_0 .

Já o segundo excerto (anexo 1C) promove os reajustamentos intersubjetivos. Até aí, o sujeito ($S_2 = (S_1 = S_0)$) mantinha a rutura em relação aos outros sujeitos do enunciado, todos referidos na terceira pessoa gramatical. Mesmo a interação entre os sujeitos do enunciado é escassa, dando-se apenas em algumas falas soltas: “– O que me deu na cabeça para te tirar do fogão?”; “– Leva as tuas coisas para o andar de cima amanhã”; “– Leva as tuas coisas para o meu quarto amanhã”; “– Chega cá” (na obra, pp. 15-16). A interação entre o sujeito ($S_2 = (S_1 = S_0)$) e outros sujeitos do enunciado dá-se a partir da seguinte passagem (p. 16):

(...) a minha mãe imóvel lá em cima, pensando o quê, planeando o quê, desejando o quê, não sei quem você era senhora, uma ocasião pegou-me na cara, tive medo que me desse um beijo

– Chega cá

e graças a Deus não me deu um beijo, largou-me desgostosa de mim, (...) de modo que não acredito que tenha nascido de si (...)

Nesta passagem da obra, a relação de localização entre os dois sujeitos assume um valor de diferenciação, ao instaurar a mãe como interlocutor.

A interação entre os sujeitos continua no excerto reproduzido no anexo 1C, que é todo ele construído em torno dos reajustamentos intersubjetivos, marcados pelo uso de formas de primeira e de segunda pessoa.

No caso do pai, este assume-se como locutor, marcado pela primeira pessoa gramatical (“me”, “voltei”, “comigo”, “mim”, entre as linhas 8 e 62). Dirige-se (ainda que virtualmente) ao avô⁶ (“– Vá-se embora”, “– Deixe-me sozinho com ela”, linhas 6 e 8) e à mãe (“– Voltei”, “– Leva as tuas coisas para o andar de cima amanhã”, “– Deita-te aqui comigo”, “– Não me deixes”, a partir da linha 11), que constrói como seus interlocutores, através do uso de formas de segunda pessoa (ou de terceira pessoa gramatical, no caso do tratamento formal). Surge, igualmente, como interlocutor do avô (“– Idiota”, linha 57) e do narrador (“você”, “ninguém ao seu lado”, “não há quem se importe consigo”, “não peça”, “uma rapariga que lhe obedecia não por afeição, por medo e devia detestá-lo por medo igualmente, inerte à sua beira”, “procurei na sua cara”, “o meu avô a fixar os canos enjoado de si”, “você idiota pai”, linhas 39 a 63).

Por seu lado, o avô surge com os mesmos estatutos, de interlocutor e locutor, em relação ao pai (respetivamente, em “– Vá-se embora”, “– Deixe-me sozinho com ela” e em “– Idiota”).

Já a mãe não chega, neste excerto, a ter voz própria, surgindo apenas como interlocutor do pai (“– Leva as tuas coisas para o andar de cima amanhã”, “– Deita-te aqui comigo”, “– Não me deixes”) e do avô (“– Chega cá”, linha 54). A única fala que lhe é atribuída é a que ela não pronuncia (“– Largue-me”, linha 20).

I.2.2.3. *Plâncton*

De *Plâncton*, selecionei igualmente dois excertos: o início da obra (reproduzido como anexo 1D) e o primeiro diálogo (anexo 1E).

O início do romance (anexo 1D) caracteriza-se pela ausência de pronomes pessoais, assim como pelo uso de formas verbais de pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito simples, ambíguas entre a primeira e a terceira pessoa singular, o que promove a indefinição quanto ao estatuto do narrador e à identificação dos sujeitos. Só no final do primeiro parágrafo surge o primeiro marcador que identifica inequivocamente um sujeito: o pronome pessoal feminino de terceira pessoa singular

⁶ Uso aqui os nomes pelos quais as personagens são designadas na obra. As relações de parentesco devem ser lidas em função do narrador.

(“ela”, linha 4), que constrói uma personagem em rutura com o narrador ($S_2 \omega (S_1 = S_0)$). A rutura, além de subjetiva, é também temporal, marcada pelo uso do pretérito imperfeito e do mais-que-perfeito, que definem planos temporais não localizados em relação a Sit_0 .

Quanto ao excerto seguinte (anexo 1E), compõe-se de reajustamentos intersubjetivos, que vão definir a relação entre os dois sujeitos, ($S_2 \omega (S_1 = S_0)$) e ($S_1 = S_0$). No texto, coocorrem formas de primeira (“eu”, “me”, “mim”, “minha”, “nos”, “beije”, “estive”, “pus”, “tivemos”, etc.), segunda (“teu”, “te”, “perguntasses”, “devolveste”, “quiseres”) e terceira pessoa gramatical (“fez”, “viu”). A estabilização referencial dos sujeitos não é, porém, devidamente assegurada, na medida em que não fica clara a sua identidade. As localizações enunciativas não são evidentes: as formas de primeira pessoa gramatical marcam uma localização por identificação em relação a que localizador? ($S_2 = (S_1 \omega S_0)$ ou $(S_2 = (S_1 = S_0))$? De igual modo, não é claro o estatuto de ($S_2 \neq S_1$), ou (S'_1), na medida em que não fica esclarecido de que sujeito(s) é (são) interlocutor(es).

O único marcador portador de algum tipo de informação é a forma “deitado” (anexo 1E, linha 11), que refere um sujeito masculino singular, presumivelmente o par do “ela” (anexo 1D, linha 4), pelo que identificado com o sujeito enunciador, ($S_2 = (S_1 = S_0)$), marcado pela primeira pessoa gramatical (“eu”).

I.2.2.4. A construção dos sujeitos e a construção textual

Os excertos analisados são casos paradigmáticos, no que se refere à importância do papel dos sujeitos na construção da narrativa literária portuguesa contemporânea. Em todos eles, a construção do texto está fortemente ligada à construção dos sujeitos, de que depende, a qual, por sua vez, se desenvolve por meio de sucessivos reajustamentos, que implicam diferentes estatutos dos sujeitos.

No caso de *Memorial do Convento*, o texto analisado tem, entre outras, a função de introduzir na obra duas personagens centrais: Blimunda e o padre Bartolomeu Lourenço. Baltazar, a última personagem a ser introduzida neste texto, era, curiosamente, a única das personagens principais que tinha já sido construída e

estabilizada enunciativamente na obra. Surge, pela primeira vez, construída pelo sujeito enunciador, em relação ao qual estabelece uma relação de localização por rutura: “Este que por desafrontada aparência, sacudir da espada e desparelhadas vestes, ainda que descalço, parece soldado, é Baltasar Mateus, o Sete-Sóis” (p. 35).

Nesta obra, o sujeito enunciador assume, frequentemente, um estatuto de observador presencial da ação. De facto, a enunciação coincide, no espaço e no tempo, com o desenrolar da ação, o que é marcado pelo uso de formas verbais com valor de simultaneidade em relação ao tempo da enunciação (como é o caso do presente do indicativo) ou de relações temporais de anterioridade ou posterioridade que têm como localizador o presente da enunciação. O texto é, igualmente, rico em expressões com valor deítico que marcam essa sobreposição de planos. A localização espaço-temporal do enunciado relativamente à enunciação é construída no início da obra: “D. João, quinto do nome na tabela real, irá esta noite ao quarto de sua mulher, D. Maria Ana Josefa, que chegou há mais de dois anos da Áustria para dar infantes à coroa portuguesa e até hoje ainda não emprenhou” (p. 11).

O sujeito enunciador também exhibe, em alguns trechos, uma atitude de proximidade com o coenunciador, patente nas formas de primeira pessoa gramatical, que marcam uma relação de identificação: “Baltasar não tem espelhos, a não ser estes nossos olhos que o estão vendo a descer o caminho lamacento para a vila (...)” (p. 326). Aquando da construção da personagem Baltazar, o sujeito enunciador faz, igualmente, uso de formas de primeira pessoa do plural, que marcam a identificação entre S_0 e um coletivo (os portugueses, por oposição aos espanhóis) que pode incluir, ou não, o coenunciador, mas que inclui, certamente, Baltazar:

Este que por desafrontada aparência, sacudir da espada e desparelhadas vestes, ainda que descalço, parece soldado, é Baltasar Mateus, o Sete-Sóis. Foi mandado embora do exército por já não ter serventia nele, depois de lhe cortarem a mão esquerda pelo nó do pulso, estraçalhada por uma bala em frente de Jerez de los Caballeros, na grande entrada de onze mil homens que fizemos em Outubro do ano passado e que se terminou com perda de duzentos nossos e debandada dos vivos, acossados pelos cavalos que os espanhóis fizeram sair de Badajoz. (p. 35)

É neste registo de proximidade (leia-se, de identificação subjetiva e de simultaneidade espaço-temporal) que se enquadra a construção da personagem

Baltazar, através de um deíctico espacial, um demonstrativo relacionado com a primeira pessoa (“este”).

Assim construído, estabilizado enunciativamente e situado, este sujeito é retomado anaforicamente por Sebastiana, que, enquanto sujeito locutor, constrói a interrogativa parcial: “aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda” (anexo 1A, linha 41). A relação predicativa que lhe é subjacente é não saturada, na medida em que um dos seus lugares não foi preenchido. Caberá ao seu interlocutor preencher o lugar vazio com um dos elementos da classe aberta de ocorrências abstratas passíveis de saturar a relação predicativa, que poderá, assim, ser validada (cf. Campos & Xavier, 1991: 345; Campos, [1985] 1997: 88).

Porém, o interlocutor de Sebastiana é virtual, é um desdobramento de si mesma, pelo que, havendo uma relação de identificação entre locutor e interlocutor, fica excluída a possibilidade de a relação predicativa ser saturada. É Blimunda quem se vai apropriar da interrogação, mas, não a podendo saturar (“ai que não sabe quem é ele”, linhas 41-42), assume-se como sujeito locutor e interpela Baltazar, com nova interrogativa parcial: “Que nome é o seu” (linha 45). É então Baltazar que satura e valida a relação predicativa (“Baltazar Mateus, também me chamam Sete-Sóis”, linha 47), concluindo o processo anafórico iniciado por Sebastiana.

É só chegando ao fim do excerto analisado que se compreende que a cadeia de localizações construída tem como fim relacionar as restantes personagens com Baltazar, personagem já anteriormente construída e estabilizada enunciativamente. Em última análise, Sebastiana é a mãe de Blimunda, que é a mulher que está perto de Baltazar, ou seja, Baltazar era a referência que faltava para reconstituir a cadeia de localizações. Baltazar, que é, no excerto analisado, o último elemento na cadeia, revela-se, afinal, o localizador de base das restantes personagens, que permite situá-las na obra.

Já em *O Arquipélago da Insónia*, as primeiras linhas são determinantes, não só para a construção dos sujeitos, como para a própria construção da obra. Ao criar-se a identificação entre o narrador e uma personagem, com a qual se vão relacionar as outras, através de relações de parentesco, institui-se a base de um registo autobiográfico.

O jogo de reajustamentos intersubjetivos evidencia o relacionamento complexo entre as personagens. Por exemplo, o facto de a mãe quase não intervir como locutor é compatível com a caracterização da personagem: uma mulher sem vontade própria,

subjugada pelos homens que a cercam (“sem coragem de desobedecer”, “incapaz de negar-se”, “uma rapariga que lhe obedecia não por afeição, por medo e devia detestá-lo por medo igualmente, inerte à sua beira”, cf. anexo 1C).

De igual modo, o narrador, o sujeito ($S_2 = (S_1 = S_0)$), que constrói vários tipos de distância em relação às restantes personagens (temporal, emocional), não surge como interlocutor de nenhuma delas, apenas se dirigindo verbalmente ao pai febril, que não o podia ouvir, ou, pelo menos, compreender.

De notar, ainda, que a maioria dos enunciados em discurso direto, aqueles em que, no anexo 1C, se dão os reajustamentos intersubjetivos, é constituída por frases imperativas, não pedindo nem obtendo retorno, pelo que não chega a haver diálogo entre os sujeitos.

E, ao contrário do que se verificou em Saramago (anexo 1A), em que não havia pontuação gráfica canónica que identificasse as mudanças de voz, apenas os marcadores linguísticos, em *O Arquipélago da Insónia* essas mudanças contam com pontuação gráfica forte (parágrafo e travessão), demarcando-se, assim, muito claramente, o narrador dos enunciados atribuídos às personagens.

Já *Plâncton* se constrói sobre a própria indefinição do estatuto dos sujeitos. A escassez de pronomes pessoais e o recurso a formas verbais ambíguas entre a primeira e a terceira pessoa singular, como o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito simples, concorrem para essa indefinição, que está no cerne do romance. A complexa estabilização (ou falta dela) enunciativa e referencial dos sujeitos materializa a própria ausência ou negação da alteridade:

[a Personagem desdobra-se] em duplos, multiplicando-se num jogo de espelhos em sucessivas imagens que sempre de novo são redutíveis a si própria. Nenhuma das outras figuras tem por isso existência autónoma, todas são apenas «reflexos», pretextos para um diálogo que é sempre finalmente *monólogo*.⁷

Nos cinco excertos analisados, a construção dos sujeitos reflete a construção dos textos, o que é extensível às próprias obras em que se inserem. As relações mais ou menos complexas que as personagens estabelecem entre elas e com o narrador são

⁷ Gersão, Teolinda (1983). Recensão crítica a *Plâncton*, de Nuno Júdice. *Revista Colóquio/Letras* 71, 98.

fundamentais para a caracterização dos sujeitos e definem o seu estatuto diegético e, em última análise, o desenrolar da narrativa.

Estas considerações, apesar de acessíveis ao leitor, de forma intuitiva, beneficiam de uma análise linguística que dê conta da complexidade das operações envolvidas. É nas formas linguísticas que podemos encontrar as pistas para a interpretação dos sentidos contidos nos textos literários, na medida em que essas formas refletem um conjunto de operações enunciativas, que lhes estão subjacentes e que presidem à estruturação dos textos.

Como se procurou mostrar, a análise linguística, ao permitir identificar, através dos respetivos marcadores, as diferentes operações subjacentes à construção dos sujeitos, esclarece as relações existentes entre os diversos sujeitos que se cruzam nos textos, assim como o papel que desempenham na construção do texto. Assumo, pois, com Campos ([1985] 1997: 91), que a relação entre os sujeitos “pode estar na base de uma determinada estratégia discursiva, que um tratamento exclusivamente linguístico apenas pode sugerir”.

I.3. Os sujeitos e a construção dos valores modais

Como julgo ter ficado claro com a análise acima desenvolvida, o parâmetro subjetivo é fundamental para a construção da significação. Retomando a citação já referida de Campos (1998: 25), é o sujeito enunciador S_0 que define uma situação de enunciação Sit_0 , e, a partir desta, constrói um sistema referencial que é condição e, simultaneamente, consequência da própria enunciação. Neste sentido, o conjunto de processos através dos quais o sujeito localiza uma relação predicativa define, no âmbito da teoria das operações predicativas e enunciativas, a categoria linguística modalidade (cf. Moreno, 2005: 173). De acordo com Campos (1998: 37),

(...) as operações de modalização têm como localizador a classe dos sujeitos enunciativos (S_0, S_1). O valor construído exprime, em diferentes tipos e graus, a relação entre o enunciador e a relação predicativa afectada de valores referenciais que resultam da sua localização em $Sit(S_0, T_0)$ (...).

É com base nos valores modais construídos que, tradicionalmente, têm sido elaboradas tipologias de modalidade, herdeiras, na sua maioria, da abordagem lógica. Muito resumidamente, os principais tipos de modalidades lógicas consistem nas modalidades aléticas (que funcionam ao nível dos estados de coisas, articulando os valores de necessário/contingente e possível/impossível), modalidades epistémicas (certo/contestável, plausível/excluído) e modalidades deônticas (obrigatório/facultativo, permitido/interdito) (cf. Mateus *et al.*, 1989: 103-104).

Numa perspetiva linguística, a modalidade é encarada como “a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (Oliveira, F., 2003b: 245). No quadro da teoria das operações predicativas e enunciativas, Culioli ([1968] 1999a: 24) agrupa os valores modais em quatro categorias, a saber:

Modaliser signifie « affecter d’une modalité » et *modalité* sera entendu ici au quadruple sens de (1) affirmatif ou négatif, injonctif, etc. (2) certain, probable, nécessaire, etc. (3) appréciatif : « il est triste que..., heureusement » (4) pragmatique, en particulier, mode allocutoire, causatif, bref, ce qui implique une relation entre sujets.

Esta proposta é reformulada por Campos, usando os seguintes argumentos:

Metodologicamente dissociados, os tipos (2) e (4) desta classificação podem manter-se distintos (...). O tipo (1), porém, não pode ser dissociado nem de (2), nem de (4). Com efeito, (1) recobre parcialmente o tipo (4), com o qual partilha a propriedade definitória (“ce qui implique une relation entre sujets”), uma vez que inclui a injunção e a interrogação. E, por outro lado, deve ser associado ao tipo (2): a asserção estrita, positiva ou negativa, marca a assunção da validação de uma relação predicativa num sistema de coordenadas enunciativas, situando-se, enquanto expressão do ‘certo’, numa escala de valores a que pertencem diversos graus do ‘não-certo’ (o possível, o provável). (Campos, 1998: 39)

Assim, Campos propõe uma tipologia tripartida entre modalidade epistémica, modalidade apreciativa e modalidade intersujeitos (cf. Campos & Xavier, 1991: 339-343). Segundo esta proposta, o valor modal epistémico está relacionado com a atitude do sujeito enunciador em relação à validação ou não validação da relação predicativa, a que corresponde a construção de uma distância, maior ou menor, que exprime o seu grau de conhecimento relativamente ao acontecimento construído. Quanto à modalidade apreciativa, consiste na construção de um juízo de valor de tipo

apreciativo sobre uma relação predicativa já constituída e validada (ou validável). A modalidade intersujeitos, por seu lado, corresponde a uma relação interagentiva entre S_0 e S_2 : S_0 age sobre S_2 , com vista a desencadear uma situação dinâmica em que S_2 é Agente.

Esta tipologia, conforme definida por Campos, está na base da perspectiva sobre a modalidade que é adotada neste trabalho. O conceito de modalidade epistémica, em particular, mostra-se central na discussão sobre a construção da distância enunciativa.

Concretamente, tem sido motivo de debate, em diferentes quadros teóricos, a natureza da distância que é construída, por exemplo, com o condicional (e o futuro, no português europeu) em uso jornalístico ou com a expressão linguística do raciocínio inferencial. O que está em causa são os valores subjacentes à distância construída: se são de tipo modal epistémico, se de tipo mediativo.

O mediativo, entendido como a categoria que exprime o distanciamento e o não compromisso do sujeito enunciador em relação aos factos que enuncia (cf. Guentchéva, 1995: 301), enquadra-se no domínio mais amplo da evidencialidade, definida como a categoria gramatical que codifica as fontes da informação veiculada (cf. Aikhenvald, 2004: 1). Estes dois conceitos são fundamentais para o estudo da construção da distância enunciativa, pelo que o próximo capítulo lhes será dedicado.

Capítulo II. Valores e categorias subjacentes à construção da distância: evidencialidade e mediativo

II.1. O conceito de evidencialidade

A evidencialidade⁸ é um conceito-chave para o estudo da distância enunciativa. Centra-se na marcação linguística das fontes da informação, mas o seu estatuto categorial é ainda hoje motivo de polémica.

Segundo Dendale & Tasmowski (2001: 339), o termo *evidentiality* foi introduzido por Franz Boas, numa gramática do kwakiutl (ou kwakwala, língua indígena da América do Norte, da família wakash), publicada em 1947⁹. Foi retomado, em 1957, por Roman Jakobson, num artigo sobre o verbo russo (Jakobson, [1957] 1963).

Os estudos sobre a evidencialidade afirmaram-se, sobretudo, a partir da década de 1980. Em 1981, foi organizado em Berkeley (Estados Unidos da América) um congresso que se assumia como “first conference ever assembled to compare evidentiality in a variety of languages” (cf. Dendale & Tasmowski, 2001: 340) e cujas atas, editadas por Wallace L. Chafe e Johanna Nichols e publicadas em 1986, são, ainda hoje, uma referência incontornável nos estudos sobre a evidencialidade: *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology*.

A partir daí, foi produzida uma ampla bibliografia sobre a evidencialidade, em monografias, dissertações académicas e artigos científicos, quer dispersos, quer

⁸ Assumo “evidencialidade” como tradução para o termo inglês *evidentiality*, devido à semelhança fonológica e morfológica existente entre ambos. A problemática relativa à tradução deste termo será desenvolvida mais à frente.

⁹ De entre os diversos estudos em que o autor aborda a questão, é habitualmente referido o seguinte título, que não consultei:

Boas, Franz (1947). Kwakiutl grammar, with a glossary of the suffixes. *Transactions of the American Philosophical Society* 37, 201-377.

agrupados em compilações temáticas. Elenco, de seguida, alguns dos títulos de capa mais relevantes (a referência a artigos isolados será feita ao longo do trabalho).

Em 1994, Patrick Dendale e Liliane Tasmowski organizaram o número 102 da revista *Langue française*, consagrado ao tema “Les sources du savoir et leurs marques linguistiques”. Os mesmos organizadores dirigiram, em 2001, um número do *Journal of Pragmatics*, o 33(3), subordinado ao tema “Evidentiality”, que coligiu sete comunicações apresentadas a dois painéis da 6.^a Conferência Internacional de Pragmática, que teve lugar em Reims (França), em julho de 1998.

Zlatka Guentchéva editou, em 1996, *L'énonciation médiatisée* (Guentchéva (ed.), 1996), que compila as comunicações a um colóquio organizado em Paris, em 1994. Em 2007, editou, com Jon Landaburu, *L'énonciation médiatisée II. Le traitement épistémologique de l'information: illustrations amérindiennes et caucasiennes*.

Em 2000, Lars Johanson e Bo Utas editaram *Evidentials: Turkic, Iranian and neighbouring languages*, uma compilação de textos procedentes de comunicações ao colóquio “Types of Evidentiality in Turkic, Iranian and Neighbouring Languages”, que teve lugar em Istambul (Turquia), em abril de 1997.

Alexandra Y. Aikhenvald e Robert M. W. Dixon organizaram, em 2003, *Studies in evidentiality*, uma compilação de apresentações ao Workshop Internacional sobre Evidencialidade, que teve lugar na Universidade de La Trobe (Austrália), em agosto de 2001. Aikhenvald publicou, em 2004, *Evidentiality* (Aikhenvald, 2004), um estudo muito amplo (abrange cerca de 500 línguas) e incontornável.

Em 2009, Lena Ekberg e Carita Paradis organizaram o número 16(1) da revista *Functions of Language*, sobre “Evidentiality in language and cognition”. Em 2010, Gabriele Diewald e Elena Smirnova editaram *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Cécile Barbet e Louis de Saussure dirigiram, em 2012, o número 173 da revista *Langue française*, subordinado ao tema “Modalité et évidentialité en français”.

Esta enumeração, que não pretende ser exaustiva, mas tão-só elencar alguns dos marcos mais relevantes e/ou mais citados no âmbito da evidencialidade, deixa antever a amplitude que este campo de estudos assumiu, assim como a diversidade de abordagens teóricas, o que tem consequências ao nível da delimitação do próprio conceito de evidencialidade.

Aikhenvald (2004: 1) define evidencialidade como “[the] grammatical category, whose primary meaning is information source”, ou ainda: “Evidentiality refers to a grammatical system whereby for every statement of a certain type made in the language, the evidence on which it is based must be stated” (Aikhenvald & Dixon, 1998: 244).

A marcação linguística das fontes da informação diz respeito à especificação da forma como o conhecimento transmitido pelo enunciador foi adquirido: por exemplo, se o viu, se o ouviu, se é produto de uma inferência ou se o recebeu de outra pessoa (cf. Aikhenvald, 2004: 1). Esta marcação faz-se através de quatro tipos de processos: formas construídas a partir do perfeito, afixos (geralmente sufixos) integrados no predicado, auxiliares (que podem combinar-se com sufixos e/ou partículas) e partículas especializadas na marcação de valores evidenciais (cf. Guentchéva, 1996: 12).

As línguas que codificam morfologicamente a evidencialidade (cerca de um quarto das línguas do mundo, segundo Aikhenvald, 2004: 1) possuem sistemas de complexidade variada, consoante o número de fontes de informação que codificam: podem permitir duas, três, quatro ou mais escolhas, de entre diversas combinações possíveis de marcação de informação adquirida através dos sentidos (um, geralmente a visão ou a audição, ou mais), ou relatada, citada, inferida (sobre os sistemas evidenciais, ver Aikhenvald, 2004, em particular o capítulo 2, páginas 23 e seguintes).

Observem-se, a título de exemplo, as seguintes frases em tuiuca, língua tucana oriental falada na Colômbia e no Brasil (recolhidas por Barnes e citadas, entre outros, por Palmer, 2001: 29), com os marcadores evidenciais destacados a negrito:

- (1) a. díga apé-**wi**
“Ele jogou futebol” (Eu vi-o jogar)
- b. díga apé-**tí**
“Ele jogou futebol” (Eu ouvi o jogo e ouvi-o a ele, mas não vi o jogo nem o vi a ele)
- c. díga apé-**yi**
“Ele jogou futebol” (Eu vi indícios de que ele jogou – como a marca do sapato dele no campo –, mas não o vi jogar)
- d. díga apé-**yig†**
“Ele jogou futebol” (Eu obtive a informação de outra pessoa)
- e. díga apé-**hīyi**
“Ele jogou futebol” (Há razões para assumir que ele o fez)

Todos estes exemplos significam e são traduzíveis por “ele jogou futebol”, asserção à qual é obrigatoriamente acrescentada a forma como o sujeito enunciador obteve a informação que veicula.

A obrigatoriedade de exprimir as fontes da informação, através de marcadores morfológicos específicos, é fundamental para a definição de evidencialidade de Aikhenvald, e para a respetiva delimitação como categoria gramatical:

Every language does of course have the capability of providing information about the evidence on which a statement is based (e.g. *They say...* or *I guess...* or *I saw...* in English [...]). But the existence of an obligatory morphological system of evidentiality choices – in certain tense(s) and/or certain clause types, etc. – is uncommon, and where it applies to all or most of the languages in a certain geographical area it will be a significant diagnostic for those languages constituting a linguistic area. (Aikhenvald & Dixon, 1998: 244)

Neste sentido, não se poderá reivindicar, para qualquer língua, a evidencialidade como categoria gramatical. Aikhenvald & Dixon (1998: 245) são muito claros, ao definirem a distribuição geolinguística da evidencialidade: as línguas com sistemas evidenciais concentram-se, sobretudo, nas Américas; na Ásia, encontram-se apenas em algumas línguas tibeto-birmanesas; na família indo-europeia, apenas se pode falar em sistemas evidenciais, mesmo que incipientes, no búlgaro, no macedónio, no albanês e no turco; finalmente, são a ter em conta alguns casos dispersos em línguas urálicas e o japonês clássico.

Assim, de modo a poder considerar as formas de marcação das fontes da informação, em línguas que não possuem um dispositivo gramatical para o efeito, Aikhenvald propõe a distinção entre sistemas evidenciais e estratégias evidenciais: a evidencialidade como categoria gramatical está dependente da existência de marcas morfológicas específicas e é obrigatória; o uso de formas lexicais para exprimir as fontes da informação, assim como o desenvolvimento de sentidos evidenciais por formas e categorias várias, enquadram-se no que a autora designa como “estratégias evidenciais”:

Every language has some way of making reference to the source of information; but not every language has grammatical evidentiality. Having lexical means for optional specification of the source of knowledge is probably universal – cf. English *I guess, they say, I hear that* etc. as well as lexical verbs such as *allege*

(e.g. *the alleged killer of X*). These lexical means can be of different status – adverbial expressions such as *reportedly* in English (...), or introductory clauses with complementation markers, such as *it seems to me that*, or particles, such as Russians *jakoby*, *mol*, *deskatj* ‘hearsay’ (...). Modal verbs are often used to express meanings connected with information source (...). These expressions are not obligatory and do not constitute a grammatical category; consequently, they are tangential to the present discussion. (...)

A number of grammatical categories, such as conditional mood or perfective aspect, can each acquire a secondary evidential-like meaning without directly relating to source of information. Such extensions of grammatical categories to evidential-like meanings will be referred to as ‘evidential strategies’. (Aikhenvald, 2003: 1-2)

Porém, diversos autores assumem a inclusão dos diversos tipos de “estratégias evidenciais” no âmbito da evidencialidade, estendendo assim o seu campo de estudo a qualquer língua, que não apenas as dotadas de um sistema de marcas morfológicas específicas. Dendale & Tasmowski (1994: 5) consideram, então, marcador evidencial uma expressão linguística que surge no enunciado e que indica se a informação transmitida nesse enunciado foi retomada pelo locutor a outrem ou se foi criada pelo próprio locutor, através de uma inferência ou de uma percepção.

II.1.1. Tipos de evidencialidade

Tradicionalmente, o domínio da evidencialidade tem sido organizado em função dos tipos de fontes de informação codificados. A tipologia que tem merecido mais destaque é a de Willett (1988), que faz uma primeira distinção entre fontes diretas (atestadas pelos sentidos do sujeito enunciadador) e fontes indiretas. As fontes indiretas são divisíveis em informação reportada (em segunda ou terceira mão, ouvir dizer, boatos, conhecimento geral, folclore, etc.) e informação inferida (a partir de resultados observáveis ou de raciocínio). Na figura 1, reproduz-se a esquematização delineada por Willett, que organiza os diferentes tipos de evidência:

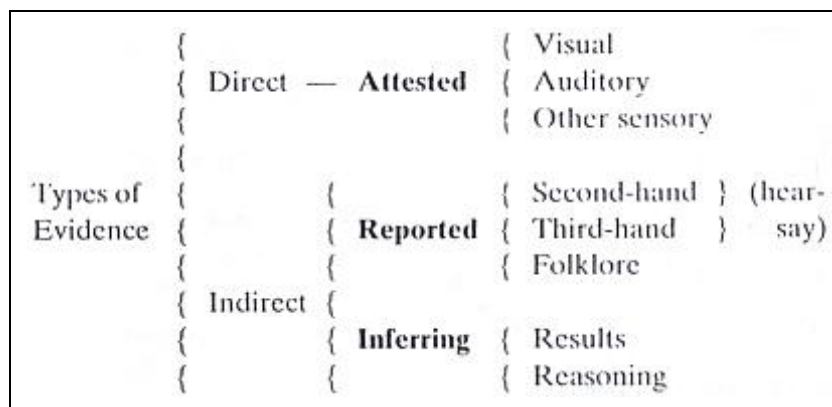


Figura 1. Tipos de evidência (Willett, 1988: 57)

Esta tipologia tem sido amplamente utilizada e tem servido de base à discussão sobre a estruturação do domínio da evidencialidade. Alguns autores têm especificado alguns destes tipos e subtipos, com ajustamento da terminologia aos dados das línguas em causa.

Isto verifica-se, por exemplo, com a criação de uma subcategoria da evidencialidade indireta, designada “mirativo” ou “admirativo”, que dá conta, por via inferencial, de factos novos e surpreendentes para o sujeito enunciador: “perceptions of unexpected events at the very moment of speaking” (Lazard, 2001: 361). Indo mais longe, DeLancey, que desenvolveu especialmente a marcação do mirativo, em línguas como o tibetano e o hare (língua atabascana, falada no Canadá), reivindica para a miratividade o estatuto de categoria semântica e gramatical distinta da evidencialidade:

(...) mirativity refers to the marking of a proposition as representing information which is new to the speaker (...) mirativity must be recognized as a distinct semantic and grammatical category. (DeLancey, 2001: 369)

Palmer, por seu lado, restringe a evidencialidade aos tipos relatado e sensorial (*Reported* e *Sensory*), na medida em que considera a inferência intrinsecamente ligada à modalidade epistémica:

Although there are formal systems with multiple terms that are primarily evidential, there are basically only two types of purely evidential categories, Reported and Sensory (evidence of the senses). (Palmer, 2001: 35)

Palmer considera, de resto, que a marcação evidencial é, na sua essência, do domínio da modalidade, posição assumida, igualmente, por diversos outros autores. A relação da evidencialidade com a modalidade tem alimentado acesa discussão e tem constituído um dos aspetos mais problemáticos da delimitação do conceito de evidencialidade e do seu estatuto como categoria gramatical, pelo que merece ser aqui abordada.

II.2. Evidencialidade e modalidade

A definição da evidencialidade como uma categoria gramatical não é consensual e tem estado no centro da maior discussão em torno do tema, com diversos autores a debaterem a relação entre a evidencialidade e outras categorias conexas, como o tempo, o aspeto e a modalidade (cf. Dendale & Tasmowski, 1994: 4; Dendale & Tasmowski, 2001: 341-343; Barbet & Saussure, 2012).

Por seu lado, Aikhenvald (2003: 1) é muito clara: “Evidentiality is a category in its own right, and not a subcategory of epistemic or some other modality, or of tense-aspect”, sendo que: “Not all languages have ‘evidentiality’ as a grammatical category, and those that do vary in how many types of evidence they mark”. Defendendo o estatuto autónomo da evidencialidade como categoria gramatical de pleno direito, a autora argumenta que os marcadores evidenciais podem, no entanto, desenvolver sentidos adicionais, que podem ou não relacionar-se com outras categorias:

Evidential markers may gain additional meanings and extensions such as the probability of an event or the reliability of information (often called ‘epistemic’ meanings), or unusual and ‘surprising’ information (called ‘mirative’ in the recent literature, following DeLancey [...]).

Evidentiality may be independent of clause type, modality or tense-aspect choice. Alternatively, evidentiality may be fused with a tense-aspect marker; or a choice made in the evidentiality system may depend on tense, aspect, or clause type. Evidentials may acquire specific uses in discourse as a means of backgrounding or foregrounding information; the ways in which evidentials are employed may correlate with narrative genres. (Aikhenvald, 2003: 2)

Outros autores, porém, defendem que a explicitação das fontes da informação tem consequências diretas sobre a forma como a proposição é assumida, envolvendo

diferentes graus de certeza sobre o conteúdo proposicional veiculado, o que aproxima a evidencialidade da modalidade epistémica.

É o caso de Palmer (2001: 8), por exemplo, que considera a evidencialidade um subtipo de modalidade proposicional. Na proposta deste autor, a modalidade organiza-se em dois sistemas: a modalidade eventiva e a modalidade proposicional. A modalidade proposicional tem como subtipos a modalidade epistémica e a modalidade evidencial: “epistemic modality and evidential modality are concerned with the speaker’s attitude to the truth-value or factual status of the proposition (Propositional modality)”.

Autores há, ainda, que consideram a modalidade epistémica como parte integrante da evidencialidade, na medida em que a fonte da informação condiciona a sua fiabilidade e, consequentemente, a atitude do sujeito enunciador sobre o conteúdo proposicional em causa (cf. Dendale & Tasmowski, 2001: 342).

Por exemplo, num balanço recente, Barbet & Saussure (2012: 4; mas também Dendale & Tasmowski, 1994: 4; Dendale & Tasmowski, 2001: 341-342; Valentim, 2004: 201-202; Valentim, 2006: 29) dão conta das diferentes perspetivas sobre a relação entre os conceitos de modalidade e evidencialidade e organizam-nos em torno de definições restritas e definições latas. Numa definição lata, a modalidade diz respeito ao conjunto de atitudes do locutor em relação ao conteúdo proposicional do enunciado, nas quais se podem enquadrar os diferentes graus de certeza que podem advir de diferentes fontes da informação; numa definição restrita, a modalidade é concebida como a expressão do possível e do necessário. Por seu lado, a evidencialidade, em sentido restrito, diz respeito à indicação da fonte da informação veiculada; em sentido lato, à indicação da fiabilidade da informação, englobando, assim, a modalidade epistémica. Ou seja (cf. Dendale e Tasmowski, 1994: 4), numa conceção alargada, a evidencialidade engloba a noção de modalidade como expressão da atitude epistémica do locutor; numa conceção restrita, a evidencialidade é a contrapartida e o complemento epistémico da modalidade. Sintetizando:

En fait, on peut considérer que modalité et évidentialité sont (i) exclusives, (ii) que l’une (souvent l’évidentialité) subsume l’autre (...), ou encore (iii) qu’elles ont des propriétés communes (...). (Barbet & Saussure, 2012: 4)

Entre os autores que defendem a autonomia de ambas as categorias, de Haan, tal como Aikhenvald, traça uma linha clara entre a evidencialidade e a modalidade epistémica. Segundo este autor, a asserção da natureza da fonte da informação é distinta da avaliação da atitude do falante para com o seu enunciado:

It is not the case that evidentiality is a subcategory of epistemic modality. Rather, we are dealing with two distinct categories: one, evidentiality, deals with the *evidence* the speaker has for his or her statement, while the other, epistemic modality, *evaluates* the speaker's statement and assigns it a commitment value. This evaluation is obviously done on the basis of evidence (which may or may not be expressed overtly, or which may or may not be expressed by means of evidentials), but there is nothing inherent in evidentials that would compel us to assign an *a priori* epistemic commitment to the evidence. (de Haan, 1999: 25)

A mesma posição, ainda numa abordagem funcionalista, é defendida por Cornillie (2009: 46-47):

(...) the two notions are conceptually different. Evidentiality refers to the reasoning processes that lead to a proposition and epistemic modality evaluates the likelihood that this proposition is true.

Segundo este autor, a evidencialidade marca a avaliação da fiabilidade das fontes da informação, expressa em diferentes graus, enquanto a modalidade epistémica exprime diferentes graus de compromisso em relação ao conteúdo proposicional veiculado, compromisso este dependente de uma avaliação de probabilidade:

A source of information can be attributed different degrees of reliability, but these should not automatically be translated into degrees of epistemic speaker commitment. The latter involves an evaluation of the likelihood, which is quite different from the evaluation of the reliability of the source of information. (Cornillie, 2009: 44)

Saussure (2012: 133) nota, por seu lado, que, “empiriquement, un effet de sens modal épistémique s’accompagne souvent d’un effet de sens évidentiel”. Mas este autor considera, igualmente, que as relações que existem entre a modalidade epistémica e a evidencialidade não constituem um impedimento à manutenção de duas categorias distintas:

Nous observerons également que (...) si l'évidentialité inférentielle porte naturellement (mais non obligatoirement) à tirer une conclusion épistémique, l'inverse n'a pas de sens. Nous suggérons (...) une approche qui tient la modalité épistémique et l'évidentialité comme des faits disjoints et indépendants sémantiquement, mais qui peuvent entretenir des relations sur le plan pragmatique. (Saussure, 2012: 132)

Também Dendale & Tasmowski (1994: 4) consideram o ganho em clareza teórica que pode advir da oposição entre os dois conceitos:

Il nous semble qu'on ne peut que gagner en clarté si l'on oppose, plutôt qu'on n'intègre, les concepts de modalité et d'évidentialité et qu'on réserve donc le terme de modalité à l'expression de l'attitude du locuteur et celui d'évidentialité à l'expression du mode de création et/ou de récolte de l'information, quitte à utiliser éventuellement un autre terme – par exemple celui de *marquage épistémique* – comme hyperonyme métalinguistique, pour mieux souligner le lien naturel qui existe entre les deux phénomènes linguistiques.

Para o desenrolar deste estudo, assumo, com Aikhenvald, de Haan, Cornillie, Saussure, Dendale & Tasmowski, entre outros, a distinção entre modalidade e evidencialidade, prestando, porém, particular atenção às consequências modais que advêm da necessidade de explicitar as fontes da informação, nomeadamente, uma atitude de maior ou menor segurança, ou mesmo de compromisso, na validação do enunciado, conducente a diversos graus de distanciamento enunciativo.

Uma questão aqui fundamental prende-se com a distinção, dentro do domínio da evidencialidade, entre as fontes validadas pelo sujeito enunciador e aquelas das quais ele se assume como um intermediário, com o consequente distanciamento enunciativo que daí advém. Esta problemática enquadra-se no estudo do mediativo.

II.3. O conceito de mediativo

O termo *evidentiality* é amplamente utilizado na produção científica em língua inglesa. Porém, a sua adaptação ao francês levantou questões terminológicas, que se prendem, sobretudo, com a tradução de *evidence* por *évidence*, expressões que não são, de todo, sinónimas. *Evidence* significa prova, indício, enquanto *évidence* remete para o

que é certo, claro, óbvio¹⁰. O mesmo sucede no português, em que *evidência* é a qualidade do que é evidente, claro, incontestável. A tradução para o português, como *evidencialidade*, tem sido, no entanto, comumente utilizada, de forma a manter uma ligação mais clara com o termo inglês¹¹.

Por seu lado, alguns autores franceses optaram pelo termo *médiation* (também *médiatisation*, *médiatif*, *énonciation médiatisée*), que evoca o que é indireto, o que faz uso de um intermediário. É o caso de Lazard, que propôs o termo, em 1956, e de Guentchéva, que o recuperou, nos anos de 1990. A opção é, todavia, mais do que terminológica:

The semantic domain of *mediativity* is related to, but not fully identical to, that of *evidentiality*. The difference is prefigured by the root elements of the respective terms. Instead of focusing on the kind of evidence at the speaker's disposal, the term *mediativity* focuses on the special character of utterances mediated by references to the evidence, i.e., on distances between speakers and what they say. (Dendale & Tasmowski, 2001: 341)

Partindo de uma perspectiva enunciativa, Guentchéva vai destacar, na problemática da mediatização, a construção da distância entre o sujeito enunciador e o seu enunciado. A autora define mediativo (*médiatif*) como a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao coenunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem (cf. Guentchéva, 1996: 11). Ou ainda: “catégorie grammaticale qui, au moyen de procédés grammaticaux, exprime la *distanciation* et le *non engagement* de l'énonciateur à l'égard des faits qu'il rapporte” (Guentchéva, 1995: 301).

O conceito de distanciamento enunciativo é, pois, central no estudo do mediativo e está associado a uma operação de rutura. Segundo Guentchéva: qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada Sit_M que está em rutura com a situação de enunciação origem, Sit₀:

¹⁰ Sobre a discussão terminológica, na língua francesa, ver Guentchéva (1994: 8-9), Guentchéva (1995: 303) e Guentchéva (1996: 12-13).

¹¹ Vejam-se, a título de exemplo, Martins (2010), Gonçalves (2003) e Vendrame (2010).

Les procès (états et événements) d'un énoncé médiatif sont repérés par rapport à une Sit_M qui à son tour est repérée par rapport à Sit₀. La situation Sit_M introduit un point de vue médiatisé par rapport aux procès isolés ou aux procès successifs d'une énonciation ou d'une narration. Sit_M crée un référentiel indépendant de celui qui a pour origine Sit₀. Ce nouveau référentiel peut cependant être relié au référentiel origine par une relation supplémentaire : synchronisme des événements par exemple ou changement des relations de rupture à la suite d'une inférence. (Guentchéva, 1994: 11)

A rutura entre Sit_M e Sit₀ pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um enunciador mediatizado (S_M), em rutura com S₀, é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado (T_M), em rutura com T₀, surge como fictício (cf. Guentchéva, 1994: 11-12).

Desta forma, a codificação das fontes da informação que, na tipologia de Willett (1988), correspondem à evidencialidade direta não é tida em conta nesta abordagem. Segundo Guentchéva & Landaburu (2007: 1), “le médiatif exclut de son champ sémantique tout fait présenté comme un constat ou lié à la perception visuelle”, na medida em que não comporta nenhum tipo de distanciamento enunciativo.

Assim, Lazard (2001: 361) especifica que:

[Mediativity] may be used to refer to sayings of other people, to inferences drawn from the evidence of traces of events, or to perceptions of unexpected events at the very moment of speaking.

O mediativo agrupa, então, três valores diferentes, a saber, o citacional (também quotativo ou enunciação de factos relatados), o inferencial (factos inferidos) e o admirativo (ou mirativo, factos de surpresa), consoante os factos são relatados a partir do discurso de outrem, incluindo os rumores e os conhecimentos transmitidos pela tradição (mitos, lendas, narrativas históricas, etc.), inferidos pelo sujeito enunciator ou quando a sua constatação imprevista é motivo de surpresa (cf. Guentchéva, 1994: 8-9; Guentchéva *et al.*, 1994; Danon-Boileau in Danon-Boileau *et al.*, 1994: 178). Ou seja, o domínio do mediativo abarca a evidencialidade indireta de Willett (1988), como se pode ver na seguinte esquematização:

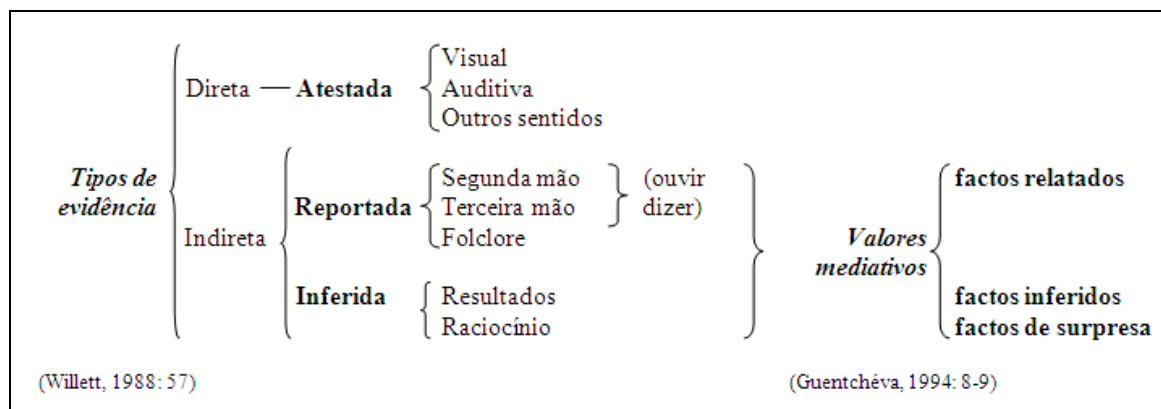


Figura 2. Tipos de evidência e valores mediativos

Os factos relatados cobrem, assim, o domínio da evidencialidade indireta de tipo reportado, enquanto os factos inferidos e os factos de surpresa estão relacionados com a construção do raciocínio inferencial.

Guentchéva faz ainda, tal como Aikhenvald, a distinção entre sistemas gramaticais e formas lexicais (entre outras) de exprimir as fontes da informação. No primeiro caso, fala em mediativo (*médiatif*): “catégorie grammaticale [...] fondée sur des oppositions formelles au sein du système grammatical d’une langue” (Guentchéva, 1996: 11). O segundo caso, que designa como enunciação mediatizada (*énonciation médiatisée*),

n’implique pas nécessairement de procédés grammaticalisés qui s’organisent en un système cohérent au sein de la langue, bien que, dans un contexte particulier, une forme verbale puisse recevoir une valeur médiative ou qu’un élément syntaxique comme certains adverbes ou expressions adverbiales (*apparemment, de toute évidence, paraît-il...*) puisse conduire à une interprétation médiative de la phrase. (Guentchéva & Landaburu, 2007: 1)

Também como Aikhenvald, Guentchéva assume o estatuto de categoria gramatical para o mediativo. E Donabédian lembra que várias línguas que possuem marcas morfológicas de mediativo comportam uma distinção clara entre o mediativo e outros valores próximos, como valores modais e discurso indireto, utilizando diferentes recursos linguísticos para exprimir cada um destes valores (cf. Donabédian in Danon-Boileau *et al.*, 1994: 180):

Il ne faut pas oublier qu’en turc, en albanais, en arménien et en bulgare le médiatif est une forme supplémentaire et non une forme de remplacement. Si

l'on veut exprimer une réserve, on peut aussi avoir recours à la modalité, elle existe. Si l'on veut construire un discours rapporté, on peut le faire, le discours rapporté existe aussi en tant que forme. Le médiatif est quelque chose qui existe en plus et qui se situe dans l'intervalle entre l'assertion et une assertion assortie de modalités. C'est important de savoir que le médiatif n'est pas une modalité. Utiliser le médiatif, c'est dire « j'asserte, mais ». Et c'est dans ce « mais » que viennent s'insérer les différentes valeurs dont on a discuté. Il s'agit à mon avis d'effets de sens, qui sont dictés par le contexte. Avec le médiatif, le sujet énonciateur se place dans une position qui n'est pas de l'assertion toute simple, et qui n'est pas non plus la suspension modale. Du coup, par ricochet l'assertion, quand elle n'est pas assortie du médiatif, acquiert un statut beaucoup plus fort.

O mediativo aproxima-se, pois, da modalidade, sem no entanto se identificar com ela: o enunciador não põe em causa o valor de asserção, antes constrói uma asserção complexa, pela introdução de uma distância subjetiva, construída sobre o tipo de raciocínio ou a fonte enunciativa que sustenta a asserção:

On peut considérer, au moins à l'étape actuelle, que l'articulation des valeurs sémantiques dégagées repose sur le degré de non engagement de l'énonciateur à l'égard des situations décrites, ce qui le conduit à établir un continuum de distanciation par rapport aux faits présentés sans pour autant se prononcer sur le vrai ou le faux du contenu propositionnel de l'énoncé. (Guentchéva, 1994: 10)

Porém, esta posição não reúne consenso, com alguns autores a retomarem, a propósito do mediativo, a polémica sobre a relação entre evidencialidade e modalidade (cf., entre outros, Campos, 2001; Campos, 2003; Valentim, 2006). A discussão torna-se tanto mais relevante quanto a inferência assume um papel de destaque no domínio do mediativo, já que a enunciação dos factos como produto de um raciocínio inferencial é indissociável da atitude epistémica de maior ou menor certeza em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. Veja-se a frequente utilização dos chamados verbos modais na expressão do raciocínio inferencial:

- (1) a. A esta hora, o João **deve** estar em casa.
- b. Ele **pode** apenas não ter ouvido a campanha.

Neste estudo, que incide sobre dois fenómenos do domínio do mediativo – por um lado, o condicional e o futuro, como marcadores de factos relatados; por outro, os verbos de percepção como marcadores de factos inferidos –, a inferência assume um papel relevante, pelo que merece ser abordada em detalhe.

II.4. A construção inferencial do conhecimento

A enunciação de factos inferidos é, de entre as formas como as línguas codificam as fontes do conhecimento veiculado, a que tem levantado mais polémica e sido alvo de maior reflexão. O ponto mais sensível na relação entre, por um lado, tanto a evidencialidade como o mediativo, e, por outro lado, a modalidade diz respeito ao estatuto da inferência, que tem propriedades modais e evidenciais¹². Por exemplo, Palmer (2001: 8-9) cita Coates e a análise que este autor faz do verbo modal inglês *must*, na qual a fonte da informação (raciocínio dedutivo) é inseparável de uma atitude modal de certeza:

In its most normal usage, Epistemic MUST conveys the speaker's confidence in the truth of what he is saying, based on a deduction from facts known to him (which may or may not be specified).

Palmer (2001: 24-25) subordina, então, a inferência (que designa como *Deductive*) à modalidade epistémica, juntamente com os valores especulativo e assuntivo (*Speculative* e *Assumptive*, respetivamente), ficando a modalidade evidencial restrita aos tipos relatado e sensorial (*Reported* e *Sensory*), os únicos que o autor assume como puramente evidenciais (Palmer, 2001: 35).

Já Willett (1988: 57) classifica a inferência como um dos tipos de evidência indireta, podendo envolver quer o resultado de indícios observáveis quer um raciocínio; Guentchéva (1994, 1996) e Lazard (2001: 361) consideram-na um dos três valores de mediativo, marcando a construção do conhecimento a partir de indícios.

Na prática, na expressão linguística da inferência cruzam-se diferentes valores: quer a explicitação das fontes da informação, quer a marcação de uma atitude epistémica. Estes valores são indissociáveis e podem ser analisados em função dos respetivos tipos e subtipos e das operações que lhes subjazem.

¹² Uma precisão terminológica se impõe: ao longo deste estudo, utilizo ambos os termos, evidencialidade e mediativo (e enunciação mediatizada). Mediativo é usado para referir o conceito de Guentchéva (entre outros), nomeadamente no que diz respeito à construção de distância enunciativa; evidencialidade refere-se à (e é usado em referência aos estudos sobre a) marcação das fontes da informação, de forma genérica.

Nos estudos sobre marcadores de evidencialidade, a codificação morfológica da inferência tem sido atestada em línguas que possuem sistemas com três ou mais escolhas. À semelhança de Willett, Aikhenvald (2004: 174) distingue dois tipos de inferências. Por um lado, a inferência baseada em resultados (geralmente, visíveis ou, pelo menos, acessíveis por meio de algum tipo de evidência física direta), de que são exemplo, entre outros:

- (2) a. Qiang (língua tibeto-birmanesa, Ásia) (cf. Aikhenvald, 2004: 45):

panə-le: fia-χə-k-ən
thing-DEF:CL OR-broken-INFR-2sg

“Parece que partiste a coisa”¹³

- b. Tucano (língua tucana, América do Sul) (cf. Aikhenvald, 2004: 52):

diâyî wa'î-re yaha-ápî
dog fish-TOP.NON.A/S steal-REC.P.INFR.3sgnf

“O cão roubou o peixe” (inferi-o eu)¹⁴

- c. Pomo oriental (língua pomoana, América do Norte) (cf. Aikhenvald, 2004: 53):

bé'k-al p^ha-bé-k-ine
3pl-PATIENT burn-PUNCTUAL-INFERENTIAL

“Eles devem ter-se queimado” (vejo indícios circunstanciais – marcas de fogo, ligaduras, creme para queimaduras)

- d. Tsáfiki ou colorado (língua barbacoana, América do Sul) (cf. Aikhenvald, 2004: 54):

Manuel ano fi-nu-e
Manuel food eat-INFR-DECL

“O Manuel comeu” (o falante vê os pratos sujos)

Por outro lado, a suposição baseada no raciocínio, de que são exemplo, entre outros:

¹³ Contextualização: “Here, the statement is based on inference from seeing the broken pieces in the person’s hands” (Aikhenvald, 2004: 45).

¹⁴ Contextualização: “If the owner of the fish comes into the kitchen area, and sees that the fish is gone, there are bones scattered around, and the dog looks happy and satisfied, the inferred evidential is appropriate” (Aikhenvald, 2004: 52).

- (3) a. Quíchua huanca (língua quíchua, América do Sul) (cf. Aikhenvald, 2004: 43):

Daañu pawa-shra-si ka-ya-n-**chr**-ari
field finish-PART-EVEN be-IMPF-3-INFR-EMPH

“(O campo) pode ser completamente destruído” (infiro eu)

- b. Retuarã (língua tucana, América do Sul) (cf. Aikhenvald, 2004: 49):

kūpahī-ki ki-ībē weheherāka ki-eya-wa?-ri-**rihi**-yu
small-masc 3masc.sg-be year 3masc.sg-reach-AWAY-EP-ASSUM-PRES

“Ele é pequeno, deve ter um ano” (suponho eu)

- c. Tsáfiki ou colorado (língua barbacoana, América do Sul) (cf. Aikhenvald, 2004: 54):

Manuel ano fi-**n**-ki-e
Manuel food eat-NOMN-VCLASS:do-DECL

“O Manuel comeu” (ele come sempre às 8 horas e são agora 9 horas)

Como se pode observar nos exemplos, algumas línguas têm marcadores diferenciados para os dois tipos de inferência, como é o caso do tsáfiki; outras, como um dialeto do patwin (língua wintuana, da América do Norte), chegam a ter cinco sufixos inferenciais¹⁵, o que comprova a produtividade linguística da marcação inferencial.

Em línguas que não possuem marcadores morfológicos das fontes do conhecimento, os trabalhos sobre a inferência têm-se centrado na respetiva forma lógica. Assim, é fundamental para este estudo a discussão à volta dos conceitos de inferência, dedução, indução e abdução.

II.4.1. Os conceitos de inferência, dedução, indução e abdução

A inferência é, na sua origem, um conceito do domínio da lógica, definido como o processo de, partindo de uma ou mais proposições consideradas verdadeiras, obter

¹⁵ “Hill Patwin (Southern Wintun: Whistler 1986) has five inferential suffixes: indirect evidential ‘based on other than direct sensory evidence requiring no inference’; two suffixes marking ‘tentative inference’ (‘implied insufficient grounds for certain knowledge’), one of which is used with realis and the other with irrealis; confident inference, and circumstantial inference.” (Aikhenvald, 2004: 176)

mentalmente outra ou outras, cuja verdade está dependente da verdade das anteriores (cf. Wood, 1942; Douven, 2011). É, pois, uma atividade mental que permite extrair ou extrapolar informação de premissas para uma conclusão (cf. Swoyer, [2003] 2010), de três formas: classicamente, uma inferência pode ser dedutiva ou indutiva (cf. Wood, 1942); Peirce insiste na possibilidade de uma inferência se poder basear num raciocínio de tipo abdutivo.

Desta forma, o raciocínio dedutivo é aquele em que a conclusão deriva necessariamente das premissas (cf. Runes, 1942; Douven, 2011). No tipo de dedução mais canónico (o esquema de *modus ponens*), a conclusão é mais restrita do que uma das premissas (a premissa maior, regra ou lei geral), pelo que o raciocínio permite explicar o particular com base no geral (cf. Peirce, [1878] 1992: 187). Por seu lado, o raciocínio indutivo promove generalizações a partir de observações particulares ou, mais genericamente, é um raciocínio apoiado em dados estatísticos (cf. Peirce, [1878] 1992: 189; Douven, 2011). Já a abdução (a que Peirce chamou, inicialmente – desde 1867 –, *hipótese*) pode ser entendida como o tipo de raciocínio que visa obter a melhor explicação possível para os factos verificados (cf. Peirce, [1878] 1992: 189; Douven, 2011). Peirce ilustra os três tipos de raciocínio com os seguintes silogismos:

DEDUCTION	
<i>Rule.</i>	— All the beans from this bag are white.
<i>Case.</i>	— These beans are from this bag.
<i>∴ Result.</i>	— These beans are white.
INDUCTION	
<i>Case.</i>	— These beans are from this bag.
<i>Result.</i>	— These beans are white.
<i>∴ Rule.</i>	— All the beans from this bag are white.
HYPOTHESIS	
<i>Rule.</i>	— All the beans from this bag are white.
<i>Result.</i>	— These beans are white.
<i>∴ Case.</i>	— These beans are from this bag.

Figura 3. Dedução, indução e hipótese (Peirce, [1878] 1992: 188)

Concretamente, Peirce defende que a dedução é o tipo de raciocínio que, partindo de uma regra geral, infere um resultado que explica um caso particular; a indução infere a regra a partir do caso e do resultado; a abdução consiste na inferência de um caso a partir de uma regra e de um resultado (cf. Peirce, [1878] 1992: 188).

Deste modo, Peirce classifica as inferências como analíticas (a dedução) e sintéticas (a indução e a hipótese), como se pode ver na seguinte esquematização:

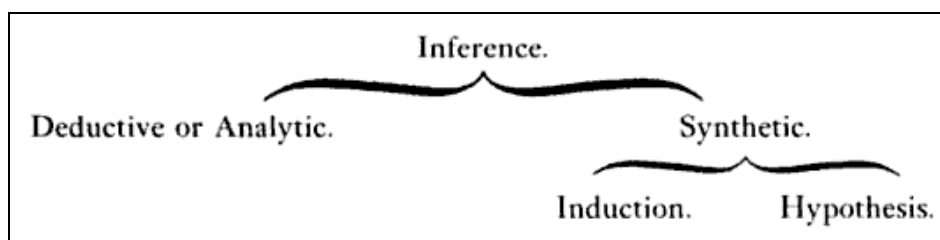


Figura 4. Classificação das inferências (Peirce, [1878] 1992: 189)

Basicamente, o que distingue os três tipos de inferências é o facto de a dedução ser uma inferência necessária, enquanto a indução e a abdução não o são (cf. Douven, 2011): em ambos os casos, há um grau de probabilidade ou de plausibilidade a ser considerado na conclusão. No caso da abdução, a hipótese formulada é suficiente, mas não necessária, para explicar os factos observados. Alguns autores formulam esta distinção em termos de inferência lógica e não lógica, a dedução pertencendo ao primeiro tipo e a indução e a abdução ao segundo (cf. Dendale, 1994).

Posteriormente, Peirce reelabora o conceito de abdução, à qual atribui a seguinte forma:

The surprising fact, *C*, is observed;
 But if *A* were true, *C* would be a matter of course.
 Hence, there is reason to suspect that *A* is true.

Figura 5. Forma da inferência abdutiva (Peirce, [1903] 1998: 231)

Esta forma é produto da condição que Peirce especifica para a abdução: a hipótese só pode ser admitida se servir para explicar os factos, ou seja, *A* só pode ser inferido abdutivamente se o seu conteúdo estiver inteiramente contido na premissa maior (a segunda, na forma) (cf. Peirce, [1903] 1998: 231). Note-se que esta evolução no conceito de abdução se reflete na ordem das proposições: em 1878, Peirce defendia que a hipótese consistia na inferência de um caso a partir de uma regra e de um resultado, partindo o raciocínio da premissa maior (a regra); em 1903, é o resultado (o facto observado) que desencadeia a explicação geral (a regra ou premissa maior) que permite inferir a conclusão (o caso). Por outro lado, ao substituir uma formulação implicativa pela expressão de uma hipótese (veja-se o uso de *were* e *would*, na forma de

1903), Peirce evita a leitura da abdução como uma falácia de afirmação do consequente ($P \rightarrow Q, Q \vdash P$). Note-se que, neste mesmo texto, o autor caracteriza os três tipos de inferências como “(...) the concepts of deductive necessity, of inductive probability, of abductive expectability (...)” (Peirce, [1903] 1998: 233).

Estes três conceitos, de dedução, indução e abdução, têm assumido especial relevo nos trabalhos sobre a inferência e, em particular, sobre o seu estatuto como valor mediativo. Alguns autores têm mantido uma discussão sobre o tipo de inferência em causa nos enunciados com valor mediativo, a qual é relevante para este estudo.

II.4.2. Mediativo, dedução e abdução

Guentchéva (1994: 18), no seguimento de Desclés, defende que, no que diz respeito ao mediativo, a inferência codificada é, invariavelmente, de tipo abduativo. Ilustra com os seguintes exemplos do francês, em que dois interlocutores apresentam diferentes explicações para uma mesma constatação (Guentchéva, 1994: 19):

- (4) – Regarde les yeux rouges du concierge !
– Il a pleuré !
– Non, il a dû boire.

- (5) – Tiens ! La valise de François n’est plus dans sa chambre !
– Il est parti !
– Non, il a dû la déplacer.

Em ambos os casos, o segundo interlocutor formula uma inferência abduativa, utilizando o *passé composé*; a terceira fala introduz uma suposição, marcada pelo verbo modal *devoir*. A inferência abduativa permite avançar uma causa possível para o facto constatado. Por seu lado, o *passé composé* marca a verbalização do estado resultante de um evento reconstruído, e não o estado constatado, verbalização essa efetuada em três etapas (adaptado de Guentchéva, 1994: 20):

Etapa I: constatação de um estado, o estado constatado, do domínio do certo realizado e simultâneo ao ato de enunciação: nos exemplos, “o porteiro tem os olhos vermelhos” ou “a mala do François já não está no quarto dele”.

Etapa II: processo de reconstrução por abdução, com vista a encontrar uma hipótese possível que explique o estado constatado:

a) Parte-se do conhecimento geral (formulado como uma lei) que *um determinado processo é a causa de um determinado estado constatado* e que *o estado resultante do processo é simultâneo ao estado constatado*;

b) Uma vez que *o estado resultante do processo é simultâneo ao estado constatado* e que *o estado constatado* é observado, obtém-se por abdução que *o processo que deu origem ao estado resultante* é uma hipótese plausível, ou pelo menos uma possibilidade.

O processo de abdução necessita da construção de um referencial mediatizado enunciativo distinto do referencial propriamente enunciativo.

Etapa III: projeção do processo reconstruído possível com o seu estado resultante no referencial enunciativo. Assim, o processo e o seu estado resultante, reconstruídos ambos por inferência, estão no realizado do enunciador.

Desta forma, Guentchéva (1994: 18) assume o mesmo valor de inferência por abdução para algumas ocorrências do condicional francês, como a destacada no seguinte exemplo:

- (6) Les résultats des examens réalisés, notamment à l’hôpital neuro-cardiologique de Lyon, par le docteur T., neuro-cardiologue, et par le professeur V., toxicologue, font état de la présence dans le sang, où le taux d’alcoolémie atteignait 1,8 gramme, d’opiacés, de la morphine en particulier. La cause de la mort **serait** ainsi une crise cardiaque déclenchée dans un contexte de prise d’opiacés par voie buccale qui ne semble pas devoir être assimilée à une « surdose ». Ces constatations des experts donnent lieu à l’ouverture d’une instruction pour infraction à la législation sur les stupéfiants qui va tenter de retrouver le fournisseur d’éventuels produits prohibés (*Le Monde*, 17/06/1993, citado por Guentchéva, 1994: 17-18).

Neste caso, segundo a autora, o condicional tem como função permitir ao jornalista apresentar uma hipótese explicativa para as circunstâncias da morte, baseando-se num raciocínio inferencial a partir dos indícios assinalados pelos especialistas¹⁶.

¹⁶ Mais à frente, desenvolvo a questão da origem do raciocínio inferencial em texto jornalístico, nomeadamente, se a inferência é da autoria do jornalista ou se é relatada por este a partir de outra fonte.

No entanto, Guentchéva (1994: 19, nota 22) mostra-se cautelosa, quanto à exclusividade do raciocínio abdutivo, no que diz respeito ao mediativo inferencial, duvidando, com Dendale, que a dedução possa ser liminarmente excluída da interpretação de frases como:

- (7) a. Paul doit être fatigué (parce qu'il a beaucoup travaillé).
b. Paul doit avoir beaucoup travaillé (parce qu'il est fatigué).

Dendale (1994), por seu turno, revela-se muito crítico em relação à leitura abdutiva de todas as inferências mediativas, preferindo interpretá-las como processos dedutivos. Na base da sua objeção, está a forma atribuída à premissa maior, tradicionalmente uma implicação entre uma causa e a sua consequência. Culioli ([1989b] 1990: 175) explica deste modo a dependência da inferência de uma relação de causalidade subjacente:

Dans l'inférence, on marque la différence irréductible entre les deux termes et l'on établit une relation asymétrique d'entraînement (x entraîne normalement y) qui se fonde sur la notion de causalité. (...) En fait, l'inférence est caractérisée par une double relation; d'un côté, (...) on a une relation de consécution, avec une différenciation foncière entre la cause et l'effet, l'agent et l'agi: p provoque q , q découle de p . (...) si p entraîne normalement q , cela signifie que chaque fois que l'on a p , on a aussi q (on n'a pas p sans q), et lorsqu'on a q on en conclut que q découle vraisemblablement de p (ou, selon les circonstances, nécessairement). Nous venons de construire, de la sorte, une relation de concomitance.

Porém, Dendale defende que a premissa maior não tem, necessariamente, de comportar uma relação de implicação entre uma causa e uma consequência, não encontrando impedimentos teóricos para que não possa ser de qualquer outro tipo, como, por exemplo, identificação, categorização, caracterização/avaliação, extrapolação e diferenciação (cf. Dendale, 1994: 31), ou como a relação explicativa entre um efeito e a sua causa provável. Assim sendo, vê a abdução como um conceito desnecessário e explica as inferências linguísticas (no caso, as marcadas com o verbo *devoir*) com base em diferentes esquemas possíveis de dedução, mas também de indução, cálculo matemático e estimativa (cf. Dendale, 1994: 35-36).

Consequentemente, Dendale (1994: 30) analisa as frases em (7) supra, retomadas como (8a) e (9a), como inferências dedutivas, segundo um esquema de *modus ponens*, cujas premissas maiores serão, respetivamente, (8b) e (9b):

- (8) a. Paul doit être fatigué parce qu’il a beaucoup travaillé.
b. Si on travaille beaucoup, on est fatigué. ($p \rightarrow q$)
Paul a beaucoup travaillé. (p)
Paul doit être fatigué. (q)
- (9) a. Paul doit avoir beaucoup travaillé car il est fatigué.
b. Si on est fatigué, [c’est parce qu’]on a beaucoup travaillé. ($p \rightarrow q$)
Paul est fatigué. (p)
Paul doit avoir beaucoup travaillé. (q)

Ou seja, a premissa maior subjacente a (8a) é uma implicação causal, a que subjaz a (9a) é uma explicação.

Na sequência desta proposta, num trabalho posterior, Dendale & De Mulder (1996) equacionam os dois conceitos, de dedução e abdução, mantendo uma posição crítica em relação à abdução. Defendem a possibilidade de uma premissa maior ser de outro tipo que não apenas causal, mas concordam que o raciocínio subjacente a alguns dos casos analisados é não monotónico, ou seja, a validade da conclusão pode ser afetada pela adição de uma premissa suplementar¹⁷, o que exclui o raciocínio dedutivo, por definição monotónico (cf. Dendale & De Mulder, 1996: 315).

Esta interpretação de Dendale (1994) e Dendale & De Mulder (1996) é contestada por Desclés & Guentchéva (2001), que argumentam com a impossibilidade de se poder considerar uma explicação como a premissa maior de um raciocínio dedutivo. Segundo estes autores (Desclés & Guentchéva, 2001: 108), se bem que quer a dedução quer a abdução façam depender a conclusão de uma regra ou lei geral, formulada sob a forma de uma condicional, não é qualquer condicional que pode ser aceite como regra ou lei geral. Estes autores defendem a preponderância da relação entre uma causa e um dos seus efeitos, na construção da condicional, não excluindo, no

¹⁷ Por exemplo, se a (9) adicionássemos a premissa “O Paul hoje não trabalhou”, a conclusão “Ele deve ter trabalhado muito” seria invalidada.

entanto, a existência de outros tipos de relações, que não a de causalidade, na base do raciocínio abdutivo. A questão, segundo estes autores, põe-se ao nível dos conceitos de lei e de regra: a lei depende de um saber comum, memorizado e que, em geral, o interlocutor não contesta; a regra baseia-se num saber local que o enunciador supõe ser partilhado pelo seu interlocutor, numa situação particular de enunciação.

Outra distinção importante que é feita por Desclés & Guentchéva (2001) permite esclarecer a diferença entre os conceitos de probabilidade e de plausibilidade, a primeira derivada de uma avaliação, a segunda de um processo inferencial. A abdução joga, pois, com a plausibilidade da hipótese formulada e não com a sua probabilidade. A dedução, por seu lado, pode gerar uma conclusão apenas provável, probabilidade essa que pode ser marcada por um verbo modal, como *devoir* (cf. Desclés & Guentchéva, 2001: 115).

Assim, estes autores retomam a definição dos raciocínios por dedução e por abdução como instanciações, respetivamente, dos seguintes silogismos:

vrai ($(\forall x) [P(x) \Rightarrow Q(x)]$)	loi générale acceptée comme vraie
vrai ($P(a) \Rightarrow Q(a)$)	instanciation par a
vrai ($P(a)$)	fait posé comme vrai, au moins par hypothèse
<hr/>	
vrai ($Q(a)$)	conclusion déduite (de l'hypothèse $P(a)$)

Figura 6. Raciocínio por dedução (Desclés & Guentchéva, 2001: 105)

vrai ($(\forall x) [P(x) \Rightarrow Q(x)]$)	loi générale acceptée comme vraie
vrai ($P(a) \Rightarrow Q(a)$)	instanciation par a
vrai [$Q(a)$]	fait reconnu vrai (par exemple, par observation)
<hr/>	
plausible [$P(a)$]	hypothèse $P(a)$ plausible (pour le fait $Q(a)$)

Figura 7. Raciocínio por abdução (Desclés & Guentchéva, 2001: 106)

Estes silogismos reduzem-se aos esquemas clássicos:

DÉDUCTION		ABDUCTION
<i>Modus ponens</i>	<i>Modus tollens</i>	
vrai (p)	faux (q)	vrai (q)
vrai (p \Rightarrow q)	vrai (p \Rightarrow q)	vrai (p \Rightarrow q)
-----	-----	-----
vrai (q)	faux (p)	plausible (p)

Figura 8. Dedução e abdução (Desclés & Guentchéva, 2001: 108)

Retomando os exemplos analisados em (8) e (9), à luz da proposta de Dendale (1994), e submetendo-os a nova abordagem (no caso, a tradicional, proposta por Peirce, defendida por Desclés & Guentchéva e que eu perfilho), enquanto (8) é corretamente interpretado com base num raciocínio dedutivo, (9) seria mais claramente entendido como produto de um raciocínio abduativo, como demonstrado em (10):

- (10) a. Paul doit avoir beaucoup travaillé car il est fatigué.
b. Paul est fatigué. (q)
Si on travaille beaucoup, on est fatigué. (p \rightarrow q)
Paul doit avoir beaucoup travaillé. (p)

Deste modo, Desclés & Guentchéva (2001: 120-121) admitem a interpretação dos processos inferenciais (referindo-se, especificamente, aos marcados pelo verbo *devoir*) nuns casos como deduções noutros casos como abduções, dependendo dos enunciados concretos e do contexto, não privilegiando *a priori* um tipo de raciocínio ou o outro.

Campos (2001: 332-333) admite, igualmente, a possibilidade de raciocínios por abdução e por dedução na base de algumas ocorrências inferenciais, no português, como, por exemplo, com o verbo *dever*. Ilustra com os seguintes exemplos de abdução e dedução, respetivamente:

- (11) a. (...) [o bairro] **deve** ser pobre porque mesmo a maneira de apresentação das crianças, o asseio, isso tudo, é muito pouco. (*Corpus* do Português Fundamental, PF485)
b. p \rightarrow q (bairro pobre implica má apresentação das crianças) premissa maior
q (as crianças do bairro têm má apresentação) premissa menor
então plausivelmente
p (o bairro é pobre) conclusão

- (12) a. Se esse animal é um urso então **deve ser** (é necessariamente) omnívoro
 b. $p \rightarrow q$ (os ursos são omnívoros) premissa maior
 p (este animal é um urso) premissa menor
 então necessariamente
 q (este animal é omnívoro) conclusão

Por seu lado, Moreno (2005; 2010) assume, com Campos (2001) e Dendale & De Mulder (1996), a possibilidade de os dois tipos de raciocínio serem subjacente aos processos inferenciais. No entanto, na análise que propõe para os enunciados exclamativos correspondentes a processos inferenciais que mediatizam um valor de surpresa, apenas considera raciocínios dedutivos, o que o leva a generalizar esse tipo de raciocínio para todos os enunciados do mesmo tipo. À semelhança de Dendale & De Mulder (1996), Moreno admite que a premissa maior de um raciocínio dedutivo possa ser não causal.

A análise que eu proponho contempla a possibilidade de os enunciados inferenciais terem subjacente um raciocínio de tipo dedutivo ou abduutivo, consoante os casos concretos. Estes conceitos são particularmente importantes para a análise que desenvolvo no capítulo IV.

A título de exemplo, proponho-me analisar, no ponto seguinte, as estratégias mediativas de marcação de factos relatados e de factos inferidos em textos concretos, no caso, da imprensa de língua portuguesa.

II.5. Enunciação mediatizada no discurso jornalístico: análise de casos

O discurso jornalístico é particularmente sensível à questão da fonte enunciativa, na medida em que a construção da significação está fortemente dependente de algumas características inerentes ao jogo das relações, aos interesses dos responsáveis (jornalistas, editores, donos das empresas jornalísticas), às expectativas dos leitores, já para não falar das implicações de ordem judicial que podem ocorrer como consequência das palavras ou expressões veiculadas. Há, por isso, situações que requerem um distanciamento do sujeito enunciadador em relação quer aos factos quer às fontes da informação. Esse distanciamento pode assumir diferentes formas, no âmbito da

marcação de valores mediativos, e permite ao jornalista desresponsabilizar-se em relação às afirmações produzidas.

Em português, como noutras línguas que não possuem marcas morfológicas específicas (cf. Dendale & Tasmowski, 1994: 5, a propósito do francês), o mediativo é veiculado por meios lexicais e sintáticos e por marcadores não exclusivos deste valor. Como exemplos, podem ser destacados: advérbios de frase, do tipo *aparentemente*, *certamente*, *alegradamente*, fórmulas introdutórias do discurso relatado (“de acordo com X”, “segundo X”, “para X”), as aspas de citação, os verbos modais *dever* e *poder* com valor epistémico (cf. Campos, 2001), verbos de percepção em sentido cognitivo (em construções como “parece que” e “cheira a esturro”, entre outras; cf. capítulo IV, *infra*), as formas de futuro e de condicional nos seus usos conjetural e reportativo (cf. capítulo III), entre muitos outros recursos disponíveis para indicar a fonte da informação.

Se tivermos em conta o discurso jornalístico, as estratégias mediativas incidem, principalmente, na enunciação de factos relatados e na enunciação de factos inferidos. Em ambos os casos, o enunciado comporta uma distância entre o sujeito enunciador e os factos enunciados.

Longe de serem atuais, estas estratégias eram comuns no jornalismo de língua portuguesa do século XIX. Isto mesmo foi constatado por Neves (2012), que fez um levantamento de enunciados mediatizados em duas publicações periódicas do início desse século, a *Gazeta de Lisboa* (abreviada, abaixo, como *GL*) (1808 a 1820) e o *Correio Braziliense ou Armazem litterario* (*CB*) (1808 a 1822). Nestes jornais, a autora encontrou uma grande quantidade de expressões que tinham como objetivo dar conta das diferentes fontes da informação. Reproduzo, em (13), alguns exemplos, com as ocorrências mais relevantes destacadas:

- (13) a. **Corre voz**, de que 60 mil homens do Grande Exercito Francez ficáraõ estacionados, parte na gallicia, e parte na Ukrania. (*GL*, 30/11/1809, citada por Neves, 2012: 13)
- b. A 15 deste mez **deve** chegar aqui [Liorne, Itália] o Grã-Duque, e se demorará até ao fim do mez. **Parece que** receberá nesta Cidade as Deputações de diversas terras, convocadas para tratar do arranjo das obras necessarias para dessecar alguns pantanos, reparar os diques, etc. (*GL*, 20/02/1817, citada por Neves, 2012: 13)

- c. **Segundo o tom do Juiz Washington no seu discurso, parece que** os Estados Unidos estão firmemente resolvidos a conservarem-se neutraes (...). (*GL*, 28/01/1818, citada por Neves, 2012: 93)
- d. **Parece certo** que Bonaparte tentou passar o Danubio com todo o seu exercito, e falhou completamente, na tentativa. (*CB*, 07/1809, citado por Neves, 2012: 93)
- e. Primeiramente os factos que se referem **podem ou não podem** ser verdades: **he muito possivel**, que, em tempos calamitosos, alguns malvados se aproveitem dos seus empregos, para roubar um carro pão de munição. (*CB*, 07/1809, citado por Neves, 2012: 97)
- f. **Há indícios para crer**, que os Inglezes não estão despostos deixar a Murat a Coroa de Napoles. (*GL*, 15/12/1814, citada por Neves, 2012: 100)
- g. **Segundo se infere de noticias particulares de Paris**. (*GL*, 29/03/1814, citada por Neves, 2012: 101)
- h. **Pessoa de caracter nos acaba de informar** que vira **hum Carta de Gerona de sujeito fidedigno, afirmando que** no assalto, que deraõ os Francezes a Monjuich, e outros pontos da Praça na noite de 20 para 21, **se calcula** terem perdido de 1 mil a 1500 homens. (*GL*, 24/08/1809, citada por Neves, 2012: 103)
- i. **Hum sujeito Estrangeiro**, que gastou estes dois últimos anos em viajar por França e Hespanha, e nesse tempo teve relação com **pessoas bastantemente bem informadas, nos comunicou** as seguintes particularidades a respeito do estado da opinião pública nestes paizes. (*GL*, 05/12/1809, citada por Neves, 2012: 103)

Nestes exemplos é possível encontrar uma diversidade de estratégias mediativas que visam a desresponsabilização do sujeito enunciador em relação aos conteúdos veiculados, o que era particularmente necessário numa época em que a informação era escassa e incerta e a sua circulação acidentada.

Assim, as expressões que marcam os factos como relatados são: “Parece que” (13b); “nos acaba de informar” (13h); “afirmando que” (13h); “nos comunicou” (13i). As fontes da informação são frequentemente referidas, apesar de, mais do que identificadas, se reportarem, sobretudo, a boatos e a pessoas não reconhecidas: “Corre voz” (13a); “Pessoa de caracter” (13h); “hum Carta de Gerona” (13h); “sujeito fidedigno” (13h); “Hum sujeito Estrangeiro” (13i); “pessoas bastantemente bem informadas” (13i).

Por outro lado, é notória a relevância dada ao conhecimento construído por raciocínio inferencial, o que é hoje pouco comum no género notícia (cf. capítulo III). Vejam-se os seguintes marcadores de factos inferidos: “deve” (13b); “parece que”

(13c); “Parece certo” (13d); “podem ou não podem” (13e); “he muito possível” (13e); “Há indícios para crer” (13f); “Segundo se infere” (13g); “se calcula” (13h). Os indícios em que se sustenta o raciocínio (ou a sua origem, ou mesmo a sua existência) são referidos algumas vezes: “Segundo o tom do Juiz Washington no seu discurso” (13c); “Há indícios” (13f); “notícias particulares de Paris” (13g).

Uma questão interessante prende-se com o uso da estrutura “parece que”, que, como foi referido, marca, em (13b), um facto relatado (e é parafraseável por “ao que se diz/ao que se sabe [o Grã-Duque receberá nesta Cidade as Deputações de diversas terras]”) e, em (13c), um facto inferido (“pode inferir-se/tudo leva a crer [que os Estados Unidos estão firmemente resolvidos a conservarem-se neutraes]”).

A partir da análise dos excertos reproduzidos acima, conclui-se que estes evidenciam várias formas de mediatização do discurso, que apenas diferem das que hoje são usadas em virtude do disposto nos códigos de ética a que os jornalistas estão sujeitos¹⁸.

A título de comparação, podemos deter-nos agora sobre um texto recente (reproduzido no anexo 2), que constitui um exemplo de uma notícia atual que relata informação obtida de fonte considerada pouco fidedigna e que versa acontecimentos polémicos e em curso. O texto é, por isso, rico em marcadores de factos relatados, que garantem a desresponsabilização do jornalista e do jornal em relação aos conteúdos noticiados.

Desta forma, a informação é, quase exclusivamente, atribuída a outras fontes enunciativas, maioritariamente identificadas: “Televisão estatal síria” (linhas 1, 3 e 18); “[autoridades da] Síria” (linha 2); “O ministro do Interior” (linha 4); “AFP” (linha 8); “BBC” (linha 16). Por seu lado, a contra-argumentação é remetida para fonte enunciativa não identificada – “um activista” (linha 8); “activistas d[os] direitos humanos” (linhas 14 e 22) – e/ou boato, sob a forma de construções impessoais – “Sabe-se que” (linha 8); “chegou a ser referida” (linhas 9-10).

¹⁸ Veja-se o disposto no Código Deontológico dos Jornalistas portugueses, de 1993 (disponível no sítio do Sindicato dos Jornalistas, na Internet, URL: <<http://www.jornalistas.eu/?n=24>> (consult. 21/10/2012)), assim como as recomendações de diferentes livros de estilo, como o *Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo*, de 1996 (URL: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/circulo/manual_texto_v.htm> (consult. 26/10/2012)), ou o *Livro de Estilo* do jornal *Público*, de 1998 (URL: <http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/> (cons. 03/07/2013)), entre outros.

De igual modo, a sistemática atribuição da informação a outras fontes enunciativas resulta numa forte utilização de verbos declarativos (*dizer, referir, denunciar, noticiar, garantir, adiantar*), assim como no recurso a fórmulas introdutórias do discurso relatado – “O ministro do Interior foi à televisão garantir que” (linhas 4-5); “um activista disse à AFP que” (linha 8); “activistas de direitos humanos terem denunciado que” (linhas 14-15); “[a televisão estatal síria] diz ainda que” (linha 18) – e a aspas de citação – “massacre” (linha 2); “o Estado não ficará de braços cruzados” (linha 5); “ataques contra a segurança da pátria” (linhas 5-6); “um motim” (linha 9); “gangs armados” (linhas 10-11). São também utilizadas formas de futuro do indicativo para marcar informação atribuída a outra fonte enunciativa: “terá sido levado a cabo” (linha 17); “Terão também sido incendiados” (linhas 19-20); “terá causado pelo menos 1100 mortos” (linhas 21-22) (cf. capítulo III).

O sujeito enunciador escuda-se atrás da falta de informação fidedigna (“Com o país fechado aos jornalistas estrangeiros, é difícil perceber a situação.”, linha 7), explicitando o carácter incerto da informação (“A confirmar-se”, linha 12), apenas se comprometendo com factos cujo conhecimento é do domínio comum (“A repressão das forças do regime aos opositores (...) levou à aplicação de sanções por parte dos EUA e da União Europeia.”, linhas 21-23).

A análise deste texto permite detetar a ausência de marcadores de factos inferidos, o que era previsível, face à objetividade que se exige hoje a uma notícia. Como desenvolverei mais à frente (cf. capítulo III), o raciocínio inferencial, quando aparece neste género textual, é ele próprio relatado a partir de outras fontes, não sendo validado pelo sujeito enunciador. Assim, a marcação de factos inferidos está atualmente, na imprensa, circunscrita, sobretudo, aos textos de opinião.

A título de exemplo, reproduzo, no anexo 3, uma crónica recente, em que o autor exprime uma opinião muito crítica sobre um produto audiovisual emanado de um organismo do Estado. A partir da descrição do filme publicitário em causa, e fazendo uso de uma profusão de formas do verbo *ver* (cf. linhas 24-30), apresentadas como indícios visuais, o sujeito enunciador desenvolve o raciocínio inferencial que sustenta a sua opinião.

Neste texto, os factos inferidos são marcados pelas seguintes formas: “Desconfio que” (linha 9); “parece ser” (linhas 12 e 20). No primeiro caso (linha 9), o raciocínio em causa é de tipo falacioso, por via da afirmação do consequente: se a Ana é uma

portuguesa comum ($p \rightarrow q$) e a filha do leitor é uma portuguesa comum (q), então a filha do leitor é a Ana (p). Note-se que considero este raciocínio falacioso, e não abdutivo, em virtude do baixo grau de plausibilidade envolvido: a propriedade “ser uma portuguesa comum” é demasiado genérica para poder suportar a hipótese de a filha do leitor ser a Ana.

Já no segundo caso (linha 12), o raciocínio é de tipo abdutivo: se uma campanha interna visa ditar comportamentos ($p \rightarrow q$) e esta campanha retrata comportamentos indignos (q), então esta campanha visa promover comportamentos indignos (p).

Por seu lado, o terceiro caso (linha 20), revela um raciocínio dedutivo, por *modus ponens*: se uma campanha do Turismo tem sempre subjacente uma estratégia do Estado ($p \rightarrow q$) e esta campanha faz a apologia da subserviência (p), então a subserviência é a estratégia do Estado (q).

É, portanto, na sequência destas inferências que o sujeito enunciador desenvolve a sua opinião, por via dedutiva: se o filme mostra portugueses subservientes e em atitudes indignas, é porque é isso que o Estado/Governo pretende que os portugueses façam.

Note-se que este texto não apresenta qualquer facto relatado, nem qualquer informação objetiva: assenta, sim, em opiniões subjetivas, baseadas em indícios perceptivos (visuais, sobretudo), que podem facilmente ser contestadas. Lembro a polémica gerada pelo texto, aquando da sua publicação, que contou com vozes críticas que argumentavam que o que se via no filme não eram comportamentos subservientes, mas hospitaleiros.

Convém, ainda, lembrar que estas estratégias mediativas não são específicas do português europeu: Neves & Oliveira (2003) e Oliveira & Neves (2007) procuram mostrar que a imprensa portuguesa e a sua congénere brasileira utilizam as mesmas formas de mediatização enunciativa. A única exceção relevante é a ausência de formas de futuro do indicativo como marcadores de factos relatados, no que diz respeito ao português do Brasil, que, ao que tudo indica, não lhes reconhece esse valor (cf. capítulo III).

De entre as estratégias mediativas abordadas pelas autoras, merece destaque o uso dos verbos *dever* e *poder* como marcadores inferenciais, por não ter sido ainda objeto de análise neste trabalho. A título de exemplo, vejam-se os seguintes enunciados

(Oliveira & Neves, 2007: 51-52), ambos retirados de comentários, num caso, desportivo, no outro, cultural (com os marcadores relevantes assinalados a negrito):

- (14) a. Os problemas financeiros do Sevilha **podem** colocar em causa a transferência do defesa portista Ibarra para a Andaluzia. O mesmo **parece** passar-se em relação ao Villareal, que também não tem dinheiro para a contratação. O jogador de 26 anos não **deve** continuar nas Antas, pois a contratação de Paulo Ferreira (V. Setúbal) e a continuidade de Secretário roubam-lhe espaço no lado direito da defesa. (s/a, Ibarra | Mais longe do Sevilha. *Correio da Manhã*, 02/06/2002, secção “Desporto”, p. 35)
- b. O que **pode** afugentar alguns leitores mais conservadores do mago [Paulo Coelho] são as cenas de sexo, descritas com tintas fortes. Mas essa polémica só ganhará os holofotes no fim do ano, quando *Onze Minutos* será lançado. (Lauro Jardim, Radar. *Veja*, 20/02/2002, p. 33)

O excerto em (14a) é um caso muito claro de informação baseada, sobretudo, em inferências, marcadas pelas formas “podem”, “parece”, “deve”. Neste exemplo, o futuro próximo da carreira do jogador Ibarra é analisado à luz de uma série de fatores: os problemas financeiros do Sevilha e do Villareal e a reestruturação da equipa do Futebol Clube do Porto diminuem as probabilidades de o jogador ter cabimento em qualquer das três equipas. O verbo *poder* marca a inferência (dedução por *modus tollens*) de que, se o clube não tem meios suficientes para a aquisição do passe do jogador, existe a possibilidade de a transação não se realizar.

Também em (14b), o raciocínio subjacente ao verbo *poder* é uma dedução por *modus tollens*: se os leitores conservadores não gostam de livros com cenas de sexo e *Onze Minutos* tem cenas arrojadas, é possível que não agrade a esses leitores. Note-se que, em ambos os casos, o verbo *poder* deixa em aberto as duas possibilidades, *p* e *não-p* (o Sevilha pode vir a comprar o jogador; o livro de Paulo Coelho pode vir a ser bem recebido pela generalidade dos leitores).

Por seu lado, o verbo *dever* exprime uma probabilidade mais forte. Em (14a), verbaliza a dedução, por *modus ponens*, de que, havendo na equipa outros jogadores capazes de ocupar a posição de Ibarra, este deixará de aí ter lugar. Ou seja, uma equipa tem dois lugares de defesa direito; se esses lugares estão ocupados, não há vaga para mais ninguém. No caso, a equipa tem já dois defesas direitos, logo, não há (ou dificilmente haverá) lugar para Ibarra.

Os casos analisados acima pretenderam mostrar como os conceitos de mediativo, de factos relatados e de factos inferidos podem ser verificados em textos concretos. Nos capítulos seguintes, a análise centrar-se-á na marcação do valor mediativo de factos relatados, através das formas de futuro e de condicional, e de factos inferidos, em expressões idiomáticas com verbos de percepção.

Assim, o próximo capítulo será dedicado à análise e classificação dos valores das formas de futuro e de condicional como marcadores mediativos de factos relatados.

Capítulo III. Marcadores de factos relatados: o futuro e o condicional

III.1. Futuro e condicional: entre tempo e modalidade

Como foi referido anteriormente, as formas verbais de futuro e condicional são, em particular no discurso jornalístico, marcadores de mediativo, podendo codificar factos relatados e factos inferidos. A utilização da flexão verbal para exprimir valores mediativos é frequente nas línguas românicas, como meio de marcar uma fonte enunciativa distinta do sujeito enunciador e a sua não responsabilização em relação à asserção. Este uso do futuro e do condicional é possibilitado pelas suas propriedades básicas, não se afastando radicalmente dos outros tipos de ocorrências que permitem.

O futuro e o condicional têm grande proximidade morfológica e semântica e assumem ambos uma ambivalência entre a expressão de valores temporais e de valores modais (cf. Oliveira, T., 2001). Segundo Rodrigues (2001: 66), “[v]árias são as afinidades entre os dois tempos [verbais]:

- diminuto emprego temporal;
- predominância dos empregos modais dos dois tempos;
- paridade em certos empregos modais dos dois tempos” (cf. “se fizer bom tempo, ele virá” e “se fizesse bom tempo, ele viria”).

No que diz respeito ao futuro, Mateus *et al.* (1989: 86) defendem que “o futuro linguístico exprime sempre, associadamente a um valor temporal, um valor modal de não factuality”. A não factuality é uma consequência da localização da situação

expressa pelo verbo em relação a um momento temporal posterior ao momento da enunciação¹⁹. Neste sentido, F. Oliveira (1986: 369) sustenta que:

O Futuro, por não ser factual, é um lugar da não-certeza, por se referir a intervalos de tempo posteriores e em muitos casos por ser modalização sobre os conhecimentos que se têm no momento da enunciação, aproxima-se de um modo.

Num texto posterior, a mesma autora refere ainda que “[o] Futuro Simples raramente expressa tempo posterior ao tempo da enunciação. De facto, é, tendencialmente, mais próximo de um modo do que de um tempo”. (Oliveira, F., 2003a: 158). Isto porque, ao lado de ocorrências predominantemente temporais do futuro, encontramos, mais frequentemente, outras com valores de carácter modal (possibilidade, suposição, etc).

Quanto ao condicional, a sua classificação como tempo verbal sempre foi polémica, dividindo-se os autores entre os que o consideravam um tempo e os que o classificavam como um modo. Atualmente, impera, em Portugal, a leitura do condicional como um modo verbal, o que ficou fixado na terminologia linguística para o ensino básico e secundário²⁰. No entanto, F. Oliveira (2003b: 257) salienta que “o Futuro Simples e Composto são muito mais frequentemente utilizados para exprimir modo do que o Condicional”.

Deve-se esta oscilação entre tempo e modo à variedade de empregos que o condicional (tal como o futuro) permite, e que vão de um uso temporal (o chamado futuro do pretérito) às ocorrências como marcador de possibilidade condicionada, de incerteza, etc.

Esta ambivalência entre valores temporais e modais, e a forma como ela tem sido encarada por diferentes autores, reflete-se, frequentemente, na terminologia utilizada. Os termos “futuro” e “condicional” são polémicos, por destacarem, em relação a formas verbais com grandes afinidades, valores diferentes – temporal, no caso do futuro; modal, no caso do condicional. As designações de “futuro do presente” e

¹⁹ F. Oliveira (1986: 370, nota 3) precisa que: “Não-factual quer dizer que a frase não se refere a um facto mas não exclui a possibilidade de uma eventual factualidade em T_{0+1} . Um acontecimento não factual é aquele em que a factualidade não está estabelecida, isto é, não é marcado quanto à factualidade.”

²⁰ Cf.: *DT – Dicionário Terminológico para consulta em linha*. ME/DGIDC. URL: <<http://dt.dgicd.min-edu.pt/>> (consult. 12/11/2012).

“futuro do pretérito”, adotadas por alguns autores, pecam por, privilegiando o valor temporal, omitirem a forte carga modal de ambos.

Pesando as vantagens e as desvantagens de cada uma destas designações, opto, neste estudo, pelas de futuro e condicional, quer por serem de uso mais corrente, quer por serem lexicalmente mais sintéticas, o que simplifica a escrita e a exposição de ideias. Igualmente, assumo um mesmo valor unificador para ambas as formas, o de tempos verbais do modo indicativo, modo este que, longe de ser homogêneo em termos modais, acomoda outras formas que oscilam entre valores temporais e modais, do domínio do real e do irreal (basta lembrar o presente com valor de futuro e o pretérito imperfeito com valor de condicional ou de cortesia, por exemplo).

Adopto, também, as classificações de simples e composto, respetivamente, para as formas sem e com auxiliar, por corresponderem a descrições morfossintáticas, sendo menos marcadas do que outras designações mais comprometidas com valores aspetuais (perfeito/imperfeito) ou temporais (anterior).

III.2. Operações enunciativas subjacentes ao futuro e ao condicional

No quadro da teoria das operações predicativas e enunciativas, entendem-se os tempos verbais como marcadores de categorias (tempo, aspeto, modalidade), que desencadeiam valores na e pela enunciação. Cada valor caracteriza-se por um conjunto de propriedades (definidas em função de um determinado número de operações abstratas) que permite delinear uma invariância de funcionamento, deixando espaço para uma plasticidade que decorre da interação com outros valores subjacentes aos enunciados. Cada marcador linguístico obedece, assim, a uma forma esquemática, que lhe determina as propriedades básicas, invariantes, mas com uma plasticidade que permite ocorrências diversificadas. As propriedades básicas do condicional e do futuro (em português como em francês) derivam das operações de rutura, mira (*visée*) e translação.

A rutura é, como já foi referido, um dos valores que pode tomar a operação de localização e consiste numa não localização ou dissociação entre parâmetros enunciativos. Esta operação é central no funcionamento do futuro e do condicional. É a

rutura com o parâmetro enunciativo sujeito da enunciação (S_0) que permite o valor mediativo de desresponsabilização do enunciador. Segundo Culioli ([1978] 1990: 150), com o condicional jornalístico, “l’on construit un repère fictif, ce qui permet de dissocier l’énonciateur du locuteur (ou scripteur). (...) Ceci permet de dire, sans prendre en charge ce qu’on dit”.

A rutura com o parâmetro T é igualmente considerável. A rutura temporal dá-se entre o momento de enunciação a partir do qual é visada (operação de mira) uma validação (T_0 , no caso do futuro; outra coordenada temporal que lhe sirva de referência, no caso do condicional) e o da situação de validação visada. Este tipo de rutura assume vincados contornos modais, ao refletir a forma como o enunciador encara a validação do processo (cf. Bouscaren & Chuquet, 1987: 133), e está na origem do valor aorístico do futuro (cf. Culioli, [1978] 1990: 149).

A rutura temporal é também significativa no que diz respeito ao condicional. Segundo Guentchéva (1994: 16), a estrutura de sucessão de processos no condicional não releva do certo e por esse facto não pertence ao universo espaço-temporal do enunciador, estando globalmente em relação de rutura com Sit_0 . Mas o narrador deixa-lhe a possibilidade de mudar de estatuto e cria assim um registo de distanciamento mediatizada que permite marcar apenas reservas em relação aos factos relatados.

Por seu lado, a operação de mira (cf. Campos, 1998: 104),

consiste em, a partir da situação de enunciação origem, visar, entre os valores da classe, aquele que permite validar a relação predicativa numa situação Sit_2 definida pela coordenada temporal T_2 (...).

Por definição, faz parte da operação de mira a construção de um hiato entre Sit_0 e Sit_2 .

Esse hiato pode corresponder a uma distância cronológica ou a uma distância não cronológica entre a situação de enunciação origem e a situação do acontecimento linguístico: no primeiro caso tem valor temporal, no segundo tem valor modal. A operação de mira, nas suas componentes temporal e modal, é subjacente ao condicional e ao futuro, e dela é operador linguístico o morfema *-r-* (cf. Campos, 1998: 104-105).

Note-se que ao morfema *-r-*, comum, em línguas românicas, ao futuro e ao condicional, têm sido atribuídos quer um valor de virtualidade/potencialidade (que

adviria da sua génese no infinitivo) quer um valor de ulterioridade (cf. Azzopardi, 2011: 81-108), valores estes de caráter, respetivamente, modal e temporal.

A operação de mira está subjacente ao condicional, da seguinte forma: o condicional opera uma rutura subjetiva, pela construção de um localizador origem fictício (translato), do qual se visa uma relação predicativa (deste localizador fictício, são efetuadas miras fictícias) (cf. Culioli, [1978] 1990: 149):

Le conditionnel marque la construction, à partir de Sit_0 , d'un repère-origine fictif Sit_0^1 , d'où l'on vise une relation prédicative. De ce repère fictif, on effectue des visées fictives (...). L'énonciateur peut imaginer tous les envisageables, à la fois viser du non-validé et asserter ce visé, le temps d'un jeu (« tu serais gendarme et moi voleur ») ; d'une hypothèse (« il serait ici, tu agirais autrement ») (...) ; d'un souhait, contrecarré ou non, réalisable aux yeux d'autrui ou non (« je m'achèterais bien une caméra », « *lui* déménagerait, mais sa femme ne veut pas ») ; d'une possibilité projetée (« Jacques resterait à la ferme et sa femme travaillerait en ville »). D'où également, le conditionnel dans *si j'avais le temps, j'irais au cinéma*.

“É portanto um enunciador fictício S_0^1 o responsável pela informação que o enunciador recusa assumir”, nas palavras de Campos (2001: 331). Ou ainda, como refere Péroz (1992: 143), com o condicional podemos conceder um valor perspectivável no plano fictício, mantendo um outro valor no plano factual, articulando-se, assim, os dois planos: o factual e o fictício. Esta característica do condicional está subjacente a uma variedade de usos que, no francês, abarcam os domínios do jogo, da hipótese, do desejo, da possibilidade projetada e do uso em orações condicionais (cf. Culioli, [1978] 1990: 149, citado acima).

A operação de mira é igualmente subjacente ao futuro, na medida em que as situações futuras são projetadas, como validáveis, a partir do presente da enunciação:

(...) le futur implique une *visée*. On entend par là que, du repère énonciatif Sit_0 , on vise une relation prédicative non encore validée λ_i . Puisque la relation prédicative n'est pas encore située (repérée énonciativement), elle est un énonçable (un construit notionnel) qui a la propriété (p, p') ; dire que l'on vise λ_i signifie que l'énonciateur distingue une des valeurs de (p, p'), p pour fixer les idées. Il dit, considère, espère, veut, ordonne, craint, suppose, etc., etc., que, en T_i , la relation prédicative sera validée. Ainsi en $T_1 = \mathcal{T}_0$, on a (p, p') et l'on vise p en T_i . (Culioli, [1978] 1990: 146)

Por seu turno, a operação de translação consiste na transposição do sistema de coordenadas enunciativas, marcada pela “construção de um localizador (ou sistemas de localizadores) a partir de um outro localizador: o localizador origem. Há, portanto, uma mudança de localizador” (Sousa & Araújo, 2000: 563). Corresponde à construção de um localizador distinto do localizador origem, Sit₀, a partir do qual se pode considerar a validabilidade de uma relação prediativa.

A propriedade de translação do localizador é comum ao condicional e ao pretérito imperfeito do indicativo, e é marcada morfologicamente pelas desinências, que são as mesmas para ambos, tanto em português como em francês (cf. Lebaud, 1993: 163, nota 2, para o francês). No português, o condicional tende a ser muito pouco utilizado, sendo substituído, na maior parte dos casos, pelo imperfeito.

Assim, nos casos em que a translação do localizador está associada a uma operação de mira com caráter modal, o imperfeito tende, em português, a desempenhar a função antes atribuída ao condicional:

- (1) a. Se viesses cá jantar, **fazia/faria** o teu prato preferido.
- b. Agora eu **era** o herói.
- c. Ele, por ele, **mudava** de casa, mas a mulher não quer.
- d. Se tivesse tempo, **ia** ao cinema.

Sistematizando, as operações subjacentes ao condicional são a mira, a translação e a rutura; subjacentes ao futuro, a mira (-r-) e a rutura, mas não a translação. Esta é a diferença básica entre o futuro e o condicional, em francês, o que tem consequências ao nível da marcação de valores mediativos: nesta língua, a mudança do localizador subjetivo é marcada pelo condicional, daí o seu uso como marcador de retoma enunciativa, especialmente no discurso jornalístico. O futuro tem, em francês, valor inferencial (cf. Saussure, 2012; Saussure & Morency, 2012), mas não de retoma.

Já em português europeu, o futuro e o condicional são ambos usados como marcadores de factos relatados, em distribuição complementar, tipicamente, no discurso jornalístico. A diferença entre o futuro e o condicional passará, nesta língua, pela ativação de outros valores. Isto apenas na variante europeia, porque a variante brasileira, tal como o francês, não reconhece o futuro com valor de retoma enunciativa.

É na sistematização dos valores e das diferenças do condicional e do futuro como marcadores de factos relatados, em português europeu, que se centra este capítulo.

III.3. Valores do condicional

As gramáticas do português descrevem, geralmente, os usos mais habituais do condicional, referindo, de forma mais ou menos sistemática, os valores em causa. No caso de Cunha & Cintra (1986), estes autores listam os empregos do futuro do pretérito, simples e composto, sem sistematizarem os valores temporais e modais em causa:

O futuro do pretérito simples emprega-se:

- 1.º) para designar acções posteriores à época de que se fala (...)
- 2.º) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre factos passados (...)
- 3.º) como forma polida de presente, em geral denotadora de desejo (...)
- 4.º) em certas frases interrogativas e exclamativas, para denotar surpresa ou indignação (...)
- 5.º) nas afirmações condicionadas, quando se referem a factos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão (...) (Cunha & Cintra, 1986: 461-462)

O futuro do pretérito composto emprega-se:

- 1.º) para indicar que um facto teria acontecido no passado, mediante certa condição (...)
- 2.º) para exprimir a possibilidade de um facto passado (...)
- 3.º) para indicar a incerteza sobre factos passados, em certas frases interrogativas que dispensam a resposta do interlocutor (...) (Cunha & Cintra, 1986: 463)

O único uso temporal que estes autores destacam é o primeiro do condicional simples, todos os outros têm uma componente modal (incerteza, probabilidade, dúvida, suposição, desejo, surpresa, indignação, condição, possibilidade). De notar que, em relação ao condicional composto, não referem nenhum uso puramente temporal. Os únicos destes empregos que podem ter valor mediativo são o segundo do condicional simples e o segundo e o terceiro do condicional composto, que os autores ilustram, respetivamente, com os seguintes exemplos (cf. Cunha & Cintra, 1986: 461, 463):

- (2) a. Eu **teria**, talvez, uns doze anos. (Jorge de Sena)
b. Calculou que a costureira **teria ido** por ali. (Machado de Assis)
c. Que **teria acontecido** para que Margarida não viesse nem uma vez ao muro? (Vitorino Nemésio)

Note-se que, em (2a), o uso da primeira pessoa gramatical bloqueia o valor mediativo, ao não permitir a rutura subjetiva. Em (2b), o condicional composto tem valor inferencial, assim como em (2c), neste caso, num enunciado interrogativo.

Por seu lado, Vilela (1999) analisa o condicional quer como tempo quer como modo. Como tempo, o autor defende que o condicional:

perspectiva a acção verbal a partir de um tempo passado, visto como futuro, mas sem qualquer relação com o presente (...) ou a suposição acerca de algo que no passado foi afirmado acerca do passado (Vilela, 1999: 168)

É de notar que este uso tem já uma componente modal (suposição). Como modo, este autor sustenta que o condicional “exprime o “irreal” no passado (...) ou pedido (...) ou ainda a suavização de uma afirmação” (Vilela, 1999: 174) e o condicional composto “exprime a “irrealidade” no passado (...) a expressão de “desejo” com verbos de “vontade” (...) avaliação (do valor) de informações obtidas por canais intermediários” (Vilela, 1999: 174-175). Este último uso é claramente mediativo, como se pode ver pelo exemplo que o ilustra:

- (3) Segundo o jornal «O Público», o incêndio **teria começado** por volta da meia noite.

O autor não refere, porém, qualquer uso mediativo do condicional simples.

Por sua vez, na análise que desenvolve, F. Oliveira (2003a: 158) sustenta que o condicional simples se comporta como tempo “desde que o ponto de perspectiva temporal seja passado. Se esse ponto for um tempo futuro, então adquire um valor modal”. O exemplo que apresenta para ilustrar o uso modal contempla uma construção condicional, logo, sem valor mediativo. Já quanto ao condicional composto, esta autora (Oliveira, F., 2003a: 165-166), além de referir as duas possibilidades de leitura, temporal e modal, apresenta, entre os exemplos de valor modal, alguns casos com

valores mediativos (facto relado, no primeiro caso; inferência, no segundo; possibilidade de ambas as leituras, no terceiro):

- (4) a. Disseram-me que o grupo se **teria organizado** na festa...
- b. Ontem ele **teria ido** ao cinema quando tu chegaste.
- c. Falei com dois estudantes que já **teriam estado** no Brasil.

Já na sua dissertação de mestrado, Rodrigues (2001), baseando-se em Dendale (1993), apresenta uma classificação tripartida, que agrupa os diferentes empregos do condicional em função dos valores subjacentes. Esta proposta distingue o condicional temporal, o condicional epistémico (ou condicional de desasserção) e o condicional hipotético. O primeiro enquadra o uso temporal (futuro do pretérito); o segundo, o condicional jornalístico, mas também os condicionais de atenuação, de surpresa ou indignação e de suposição; o terceiro, o uso em construções condicionais (do tipo *se p, então q*).

Esta classificação, tendo sido elaborada com base no francês, é facilmente transponível para o português, dadas as semelhanças do condicional nas duas línguas. O condicional francês conta com uma bibliografia já vasta que pode, assim, constituir uma mais-valia para o estudo do condicional português.

Um dos autores que, nos últimos anos, mais se têm evidenciado no estudo do condicional francês é Haillet (2002), que distingue o condicional temporal, o condicional de hipótese e o condicional de alteridade enunciativa, que correspondem, em larga medida, aos empregos enunciados por Dendale (1993) e Rodrigues (2001), conforme exposto acima. Haillet (2002) descreve as propriedades dos diferentes usos do condicional, com base nas paráfrases que admitem, e considera, ainda, a forma específica como estes três tipos se comportam em asserções e em interrogações.

Segundo este autor, em uso temporal, o condicional representa o processo como situado num momento posterior a um localizador temporal construído como passado, ou seja, anterior a T_0 (corresponde, assim, ao futuro do pretérito). Admite, por isso, a paráfrase com o futuro perifrástico em *allait + INFINITIF*. Haillet (2002: 24) distingue, ainda, a representação subjetiva da representação objetiva do processo – a primeira, derivando da transposição das palavras de outrem (condicional temporal do discurso

indireto, na terminologia de Kronning, 2002: 567); a segunda, assumida pelo sujeito enunciador, respetivamente:

- (5) a. Ils nous disaient qu'on ne **passerait** pas.
b. qu'on n'allait pas passer
- (6) a. Margarete entra à Ravensbruck le 2 août 1940. Elle n'en **sortirait** pas avant avril 1945. (Korzen & Nølke, citados por Haillet, 2002: 24)
b. elle n'en allait pas sortir avant avril 1945

O condicional temporal subjetivo é, em português, parafraseável pela estrutura equivalente, em $ir_{IMPERF} + V_{INF}$, e apresenta um comportamento semelhante ao do condicional francês:

- (7) a. Ele disse que não se **sujeitaria** a tal humilhação.
b. não se ia sujeitar
- (8) a. Ela prometeu que **ficaria** connosco até o vento mudar.
b. ia ficar

O condicional temporal objetivo, dado o seu caráter de relato histórico, é dificilmente parafraseável por $ir_{IMPERF} + V_{INF}$, mostrando-se mais adequada a glosa com $haver\ de_{IMPERF} + V_{INF}$. O verbo *haver*, como auxiliar com valor de posterioridade, é marcador de um valor modal de certeza (cf. Rodrigues, 2001: 102-103), o que o torna mais apropriado ao relato de factos consumados, num tempo posterior a um localizador temporal anterior a T_0 :

- (9) a. Tiveram um filho que **seria**, aos 30 anos, eleito presidente da Câmara.
b. *ia ser / havia de ser
- (10) a. Foi detido e enviado para o exílio, de onde só **voltaria** após a revolução.
b. *ia voltar / havia de voltar

Por seu lado, o condicional de hipótese, no francês, em contextos assertivos, representa o processo como imaginado, em função de um quadro hipotético (cf. Haillet,

2002: 12), tornando, assim, inadequada a sua substituição pelo futuro perifrástico. Haillet (2002: 31-32) recorre a dois tipos de paráfrases:

- substituição do *conditionnel passé* pelo *plus-que-parfait du subjonctif*;
- reformulação, por meio de asserções, no presente (*présent*, em substituição do *conditionnel présent*) e no pretérito (*passé composé*, substituindo o *conditionnel passé*), de polaridade (negativa ou positiva) oposta à dos enunciados de partida.

Os seguintes exemplos (retirados de Haillet, 2002: 31-34) ilustram a aplicação destas glosas – substituição pelo *plus-que-parfait du subjonctif*, nas alíneas (d); reformulação do quadro hipotético (o antecedente ou prótase) por uma asserção de polaridade oposta, nas alíneas (b); reformulação da hipótese (o conseqüente ou apódose) por uma asserção de polaridade oposta, nas alíneas (c); entre parênteses retos, a reformulação através de uma asserção de mesma polaridade:

- (11) a. Si nous avions conservé la ligne de 1981-1982, nous **aurions été** réélus en 1986.
b. nous [*avons] n'avons pas conservé la ligne de 1981-1982
c. nous [*avons] n'avons pas été réélus en 1986
d. nous eussions été réélus en 1986
- (12) a. Si j'avais des doutes, je ne **serais** pas ici.
b. je [*ai] n'ai pas de doutes
c. je suis [*ne suis pas] ici
- (13) a. S'il ne parvenait pas, lors de sa prochaine intervention télévisée, à convaincre qu'il est déterminé à aller jusqu'au bout, l'opinion publique le **prendrait** très mal.
b. il *parvient [*ne parvient pas] à convaincre
c. l'opinion publique [*le prend] *ne le prend pas très mal
- (14) a. La livre sterling **aurait été** dévaluée même si je n'étais pas né.
b. je suis [*ne suis pas] né
c. la livre sterling [a] *n'a pas été dévaluée
d. la livre sterling eût été dévaluée

- (15) a. Luc **serait** désagréable même si on le ménageait.
 b. on [*le ménage] ne le ménage pas
 c. Luc [est] *n'est pas désagréable
- (16) a. Même si ces négociations aboutissaient, cela ne **réglerait** pas le problème des réfugiés.
 b. ces négociations [*aboutissent] *n'aboutissent pas
 c. cela *règle [*ne règle pas] le problème des réfugiés

Desta manipulação ressalta que:

- as hipóteses dependentes de um antecedente em *même si* não se adaptam a paráfrases de polaridade oposta (cf. (14c), (15c) e (16c));
- as hipóteses e quadros hipotéticos projetados no futuro não se deixam parafrasear por glosas no *présent* ou no *passé composé*, o que torna irrelevante a polaridade em causa (cf. (13a, b) e (16a, b)).

De facto, a reformulação por meio de asserções no presente e no pretérito está dependente da existência de pré-construídos, que são reequacionados à luz das hipóteses que estão a ser construídas. É isso mesmo que podemos constatar nas alíneas (b) e (c), à exceção de (13b, c) e (16b, c). Nos exemplos (13) e (16), estamos perante hipóteses em que quer os antecedentes quer os consequentes são projetados em intervalos temporais posteriores a Sit₀, não havendo, por isso, qualquer pré-construído.

Adaptando ao português os exemplos (11) a (16), assim como as respetivas manipulações, obtemos resultados equivalentes aos do francês. A exceção é a substituição do condicional composto pelo pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo, que, em português, terá de ser feita pelo pretérito mais-que-perfeito do indicativo:

- (17) a. Se tivéssemos mantido a estratégia de 1981-1982, **teríamos sido** reeleitos em 1986.
 b. nós [*mantivemos] não mantivemos a estratégia de 1981-1982
 c. nós [*fomos] não fomos reeleitos em 1986
 d. tínhamos sido reeleitos

- (18) a. Se eu tivesse dúvidas, não **estaria** aqui.
 b. eu [*tenho] não tenho dúvidas
 c. eu estou [*não estou] aqui
- (19) a. Se ele não conseguisse, aquando sua próxima intervenção televisiva, convencer que está decidido a ir até ao fim, a opinião pública **levar-lho-ia** a mal.
 b. ele *consegue [*não consegue] convencer
 c. a opinião pública [*leva-lho] *não lho leva a mal
- (20) a. A libra esterlina **teria sido** desvalorizada, mesmo se eu não tivesse nascido.
 b. eu nasci [*não nasci]
 c. a libra esterlina [foi] *não foi desvalorizada
 d. a libra esterlina tinha sido desvalorizada
- (21) a. O Luís **seria** malcriado mesmo se o castigássemos.
 b. nós [*castigamo-lo] não o castigamos
 c. O Luís [é] *não é malcriado
- (22) a. Mesmo se as negociações resultassem, isso não **resolveria** o problema dos refugiados.
 b. as negociações [*resultam] *não resultam
 c. isso *resolve [*não resolve] o problema dos refugiados

Note-se que as construções em (19) e (22), apesar de enquadrarem hipóteses projetadas no futuro, têm subjacentes os pré-construídos de que “ele vai conseguir convencer” e “as negociações não vão resultar”, o que justifica o uso do pretérito imperfeito do conjuntivo, no antecedente, e do condicional simples, no consequente. Hipóteses não condicionadas, no futuro, constroem-se, habitualmente, com o futuro do conjuntivo e com o futuro – ou o presente – do indicativo (“se não conseguir... levar-lho-á/leva-lho a mal”; “mesmo se resultarem... não resolverá/resolve”).

Por sua vez, o condicional de alteridade enunciativa, em francês, caracteriza-se, segundo Haillet (2002: 75), por apresentar o processo como não integrado na realidade do locutor (valor básico do condicional, segundo este autor) e, em particular, por criar um efeito de dissociação entre dois pontos de vista sobre o processo: “celui qu’adopte le locuteur de l’énoncé constitue une version « mise à distance » de celui qui

s’accommode de la paraphrase au passé composé, au présent ou au futur simple”. Não é, por isso, parafraseável por nenhuma das glosas, anteriormente referidas, que identificam o condicional temporal e o condicional hipotético.

Assim, o condicional de alteridade enunciativa agrupa, segundo Haillet (2002; 2003), os usos jornalístico e de atenuação, consoante os dois pontos de vista em causa são atribuídos a dois sujeitos enunciadorees diferentes, ou não:

Le procès est, là encore, représenté comme non intégré à la réalité du locuteur ; les assertions au conditionnel d’altérité énonciative produisent un effet de dissociation entre deux points de vue sur le procès. Suivant que ces deux points de vue se trouvent ou non représentés comme attribués à deux locuteurs-auteurs distincts, on distingue deux types d’effets de sens, « allusion à un locuteur distinct » et « dédoublement du locuteur ». (Haillet, 2003: 43)

Quanto ao condicional de atenuação, este implica um desdobramento do locutor. Esse desdobramento materializa-se numa relação entre dois enunciados, conforme explica o autor:

cette relation s’établit alors entre deux représentations spécifiques – plus précisément, entre un énoncé qui représente le procès comme intégré à la réalité du locuteur et sa version « désactualisée », interprétée dans de tels environnements discursifs comme moins « directe », moins « catégorique », etc. (Haillet, 2002: 88)

Vejam-se alguns exemplos deste valor, de entre os apresentados pelo autor (Haillet, 2002: 88-93):

- (23)
- a. Il **serait** temps que le gouvernement commence à traiter le public en adulte.
 - b. Cette épreuve éveille en chacun de nous le syndrome que j’**appellerais** « du radeau de la Méduse » (...).
 - c. Je **voudrais** vous faire part de mes réflexions (...).
 - d. Il **faudrait** prévenir Jacques au plus vite.

O condicional jornalístico envolve, por seu lado, a construção da distância através da atribuição das afirmações a outra fonte enunciativa. As construções com o condicional de alteridade enunciativa em uso jornalístico, no francês, são parafraseáveis por asserções da mesma polaridade, fazendo uso de tempos do modo indicativo,

combinadas com *paraît-il* (cf. Haillet, 2002: 75-76) – em português, *ao que parece, ao que tudo indica, diz-se*, etc.:

- (24) a. Le gourou de la secte du Temple solaire, dont le dernier massacre remonte exactement à un an, ne **serait** pas **mort** dans les décombres du chalet de Salvan en Suisse. Il **aurait été aperçu** la semaine dernière dans le Vaucluse.
b. n'est pas mort, paraît il, dans... a, dit-on, été aperçu...
- (25) a. Christine Bravo **animerait** à partir du 12 septembre à 18 h 30 un magazine plus particulièrement destiné aux femmes. (*Télé Magazine*, 29/08/1992, citado por Haillet, 2002: 76)
b. animera, paraît-il, ...

Esta análise de Haillet é retomada por Kronning (2002: 561), que sintetiza, na seguinte tabela, a tipologia dos usos do condicional (\approx lê-se “parafraseável por”; \neq significa “não parafraseável por”):

1. (S’il épousait Marie,...)	<i>Pierre serait /HYP/ riche.</i>	\neq Pierre allait être riche. \neq Selon Y, Pierre est riche.
2a. (Marie /se/ disait que...)	<i>Pierre serait /TEMP/ riche.</i>	\approx Pierre allait être riche. \neq Selon Y, Pierre est riche
2b. (Deux ans plus tard,...)	<i>Pierre serait /TEMP/ riche.</i>	\approx Pierre allait être riche. \neq Selon Y, Pierre est riche.
3. (Selon Y,...)	<i>Pierre serait /EMPR/ riche.</i>	\approx Selon Y, Pierre est riche. \neq Pierre allait être riche.

Tabela 1. Empregos do condicional, segundo Haillet (Kronning, 2002: 561)

Note-se que a tripartição dos usos do condicional em francês é mais ou menos unânime (alguns autores mantêm o condicional de conjectura numa classe à parte). A respetiva classificação, porém, depende bastante da perspectiva que os diferentes autores adotam sobre a relação entre a modalidade e a evidencialidade ou o mediativo.

Ao etiquetar os diferentes usos do condicional (temporal, de hipótese e de alteridade enunciativa), Haillet abstém-se de usar termos como modalidade,

evidencialidade ou mediativo. Outros autores, no entanto, apresentam propostas das quais sobressaem diferentes perspetivas teóricas sobre a relação entre estas categorias.

É o caso de Dendale (2012a: 210), que, baseando-se numa análise de gramáticas dos séculos XVIII e XIX, que cruza com os estudos atuais, delimita três grandes grupos de emprego do condicional em francês:

- (a) les emplois *temporels*, indiquant un futur dans le passé, « subjectif » ou « objectif »;
- (b) les emplois *modaux*, indiquant la localisation d'un procès dans un monde possible distinct du monde actuel, lié ou non à une proposition conditionnelle ;
- (c) les emplois *évidentiels*, indiquant d'une part la reprise à autrui et la non-prise en charge par le locuteur et d'autre part la conjecture.

que ilustra, respetivamente, com os seguintes exemplos:

- (26) a. Elle disait qu'elle **accepterait** l'enfant en pension (Brunot)
b. les deux Guises [...] se quittèrent sans tourner la tête : ils ne se **reverraient** plus (Robert)
- (27) a. Si j'étais venu, il **serait** parti (Frei)
b. Oui je vous **tromperais** de parler autrement (Grevisse)
c. Il **n'aurait** rien **dit**, on n'aurait pas su qu'il était malade
- (28) a. L'ouragan de Honduras. Il y **aurait** plusieurs milliers de victimes (Wilmet)
b. Les films français voient leur audience fléchir. La critique en **serait**-elle responsable ? (Haillet)

Num outro texto, Dendale (2012b: 230-232) divide os usos do condicional em dois grandes grupos: “les emplois *temporels*” e “des emplois dits *modaux*”. Neste segundo grupo, engloba:

(a) os condicionais que exprimem a eventualidade ou o imaginário, onde inclui os empregos em construções condicionais e os usos de delicadeza;

(b) os condicionais marcadores de MDS (*modalisation en discours second*), nos termos de J. Authier-Revuz:

(...) dans la MDS, le locuteur-rapporteur représente directement la réalité (le plus souvent non verbale), mais il le fait en « modalisant » sa représentation par le renvoi à un discours autre. (Dendale, 2012b: 229)

(c) os condicionais de conjectura ou inferenciais (cf. exemplo (28b) supra).

É, portanto, na segunda divisão dos condicionais modais que Dendale (2012b: 230) situa:

(...) un emploi particulier du conditionnel, désigné, selon les auteurs comme *conditionnel de l'information empruntée, conditionnel de citation, conditionnel de la rumeur, conditionnel d'altérité énonciative, conditionnel évidentiel, conditionnel journalistique*.

Num texto anterior, Dendale (1993: 165) chama epistémico a este uso do condicional e caracteriza-o com base em três traços semânticos:

- (A) expressão do caráter de *incerteza* da informação no condicional (traço de valor modal);
- (B) indicação da *retoma* (*reprise*) ou do *empréstimo* (*emprunt*) de uma informação de outrem (traço evidencial);
- (C) expressão da *não assunção* (*non-prise en charge*) do locutor em relação ao que é afirmado (traço alético).

Conclui, porém, que o valor evidencial de retoma é o valor de base, com o qual se articulam, com maior ou menor grau de variabilidade, os outros valores (cf. Dendale, 1993: 167, 175).

Por seu lado, Abouda (2001: 15) agrupa, igualmente, vários usos do condicional francês, a saber, jornalístico, polémico e de atenuação, sob o valor unitário de não assunção: “le trait qui leur est commun et qui en constitue en même temps, selon nous, le trait basique n’est autre que la non-prise en charge”.

Já Kronning (2002: 561) assume a proposta de Haillet (2002), mas reclassifica os três empregos do condicional como modal (o uso hipotético de Haillet), temporal e mediativo. Este autor faz igualmente uso da expressão “condicional epistémico” (Dendale, 1993), que considera um termo neutro em relação à dicotomia mediativo/modalidade, quando defende que “le conditionnel épistémique

(« journalistique ») est un marqueur grammatical mixte, médiatif et modal” (Kronning, 2002: 563):

le COND épistémique, que l’on ne saurait exclusivement qualifier de « journalistique », est un *marqueur grammatical mixte* qui relève aussi bien de la catégorie *médiative* de l’« information empruntée » que de la catégorie *modale* de la modalisation zéro (la « non-prise en charge »). (Kronning, 2002: 571-572)

Assim, consoante a perspectiva de cada autor sobre a relação entre a evidencialidade ou o mediativo e a modalidade, o condicional jornalístico é classificado como modal, epistémico ou evidencial/mediativo, sendo que as suas propriedades básicas são descritas em termos de retoma discursiva, alteridade enunciativa, dissociação entre pontos de vista e não assunção do conteúdo proposicional do enunciado.

III.4. Valores do futuro

Tal como acontece com o condicional, Cunha & Cintra (1986) listam os empregos do futuro do presente, simples e composto, sem sistematizarem os valores temporais e modais em causa:

O futuro do presente simples emprega-se:

- 1.º) para indicar factos certos ou prováveis, posteriores ao momento em que se fala (...)
- 2.º) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre factos actuais (...)
- 3.º) como forma polida de presente (...)
- 4.º) como expressão de uma súplica, de um desejo, de uma ordem, caso em que o tom de voz pode atenuar ou reforçar o carácter imperativo (...)
- 5.º) nas afirmações condicionadas, quando se referem a factos de realização provável (...) (Cunha & Cintra, 1986: 457-458)

O futuro do presente composto emprega-se:

- 1.º) para indicar que uma acção futura estará consumada antes de outra (...)
- 2.º) para exprimir a certeza de uma acção futura (...)

3.º) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre factos passados (...) (Cunha & Cintra, 1986: 460)

A proximidade entre o futuro e o condicional é destacada pela semelhança entre as descrições dos repetitivos usos. Também em relação ao futuro, o único uso temporal que é referido é o primeiro da forma simples. Já os valores modais das duas formas de futuro estão muito presentes nestas descrições, sobretudo no que diz respeito à modalidade epistémica (certo/incerto). Os valores mediativos podem ser enquadrados no segundo emprego do futuro simples e no terceiro do futuro composto, respetivamente (cf. Cunha & Cintra, 1986: 457, 460):

- (29) a. Quem está aqui? **Será** um ladrão? (Graciliano Ramos)
b. Não sei se me engano, mas creio que nem uma só vez ele **terá falhado**. (Manuel Bandeira)

Em ambos os casos, está em causa um valor inferencial.

Por seu lado, Vilela (1999: 167) sustenta que o futuro “indica factos posteriores ao momento da enunciação”, sendo que o “sema ‘futuridade’” pode perder relevância para outros valores em causa no enunciado, como a atenuação ou a modalização de uma ordem. Consoante a hierarquia de semas presente em cada enunciado, assim ele pode ser, segundo este autor, integrado num significado temporal absoluto ou no campo da modalidade (cf. Vilela, 1999: 162). O autor sistematiza, então, os valores do futuro em: futuro do presente, futuro de suposição, futuro de incerteza e ordem de natureza moral intemporal, respetivamente (cf. Vilela, 1999: 167):

- (30) a. A ponte **estará** em funcionamento no dia tal
b. Ele **estará** agora a chegar à Samardã
c. **Será** que ele **terá** razão?
d. Não **matarás**

Em relação ao futuro composto, Vilela (1999: 167-168) recusa-lhe um valor temporal estrito, defendendo que se emprega atualmente para exprimir o futuro como acontecimento acabado, com um valor modal preponderante. Por exemplo, em:

(31) Amanhã às dez, eles **terão chegado** ao castelo encantado

o futuro composto reporta-se “a uma suposição no futuro e o acontecer verbal é apresentado como acabado” (Vilela, 1999: 162). Já em:

(32) Ele não **terá apanhado** o autocarro na paragem certa

Vilela (1999: 162) sustenta que o futuro composto exprime “uma suposição sobre acontecimentos que deverão ter sido concluídos no passado”. Este autor sistematiza assim “as relações expressas por este tempo” (Vilela, 1999: 168): o passado de um futuro, suposição acerca do passado do ponto de vista do presente e incerteza acerca do passado, respetivamente:

- (33) a. Quando chegares já eu **terei saído**
b. Onde **terá ido** ele ontem? **Terá ido** às Antas?
c. **Terá** ele **mentido** à namorada?

O valor mediativo do futuro pode ser enquadrado, na perspetiva deste autor, no valor modal de suposição (acerca do passado, no caso do futuro composto), ou ainda no de incerteza.

Também F. Oliveira (1986: 362) defende a preponderância dos valores modais do futuro simples:

(...) em muitos casos, a forma de Fut. simples está pouco relacionada com a expressão de tempo, mas (...) apresenta frequentemente uma modalização que lhe imprimiu o Loc., como estratégia comunicativa, considerando-se que estas modalizações sobrevêm quando se alteram factores determinantes da enunciação (sujeito ou tempo) (...).

Entre as ocorrências com valor modal, esta autora refere os seguintes exemplos (Oliveira, F., 1986: 360):

- (34) a. **Será** verdade o que dizes [mas eu não creio].
b. A esta hora já **estará** em Nova Iorque.

que parafraseia através de construções com verbos modais, respetivamente, “pode ser” e “deve estar”. Estas paráfrases realçam, segundo a autora, “diferentes estimativas de veredicto”: no primeiro caso, admite-se um leque mais amplo de possibilidades (*p* e *p'*); no segundo, apenas se considera uma única possibilidade, “estar em Nova Iorque” (Oliveira, F., 1986: 360). Ambos os casos radicam em inferências.

Quanto ao futuro composto, F. Oliveira (1986: 363-364) destaca também alguns exemplos de marcação de alteridade enunciativa, como:

- (35) a. A Maria **terá dito** que não gosta de cinema.
b. Ainda não chegou. **Terá perdido** o comboio.

que a autora analisa da seguinte forma:

Trata-se aqui de uma projecção sobre o eixo (das abcissas) do tempo, de conteúdos proposicionais diferenciados entre si, de parte de outros mundos possíveis. Esta projecção é realizada através da alteração de um dos factores da enunciação, isto é, o Loc., que não assume a verdade ou falsidade do que diz, pois limita-se a transferir para outrem (segundo consta) ou outra enunciação de tal facto, característica, aliás muito comum em discursos relatados (ou indirectos). Neste caso, não se trata de intervalos de tempo anteriores ou posteriores mas de mundos ou estados de coisas possíveis. (Oliveira, F., 1986: 364)

Estes são alguns exemplos de valor modal das formas de futuro, para a autora, que defende que,

de um modo geral, os Fut.'s utilizam-se quando se fazem inferências acerca de um estado de coisas sobre o qual não se tem a certeza e, nessa medida, um Fut. depende sempre de uma condicional implícita, pois se considera que a proposição só pode ser (...) verdadeira se se verificarem determinadas condições, pois, caso contrário, podem surgir muitas outras possibilidades. (Oliveira, F., 1986: 367-368)

O valor modal do futuro simples e do futuro composto é igualmente posto em destaque num texto posterior (Oliveira, F., 2003a: 158, 164), em que a mesma autora reclama, para ambas as formas, quer um valor temporal (e aspetual, no caso do futuro composto) quer um valor modal, admitindo ser este último valor o mais comum.

Por seu lado, Rodrigues (2001) reivindica para o futuro um valor temporal de posterioridade e diversos valores modais, entre os quais, os de não facticidade, de incerteza, contingência, suposição e probabilidade, de atenuação e ainda de certeza (futuro histórico), de que dá alguns exemplos (cf. Rodrigues, 2001: 45, 50, 54, 55):

- (36) a. Esta tarde **terá havido** um ciclone no México.
 b. – E o amo? Onde está ele?
 – **Andará** lá p'rá Ribeira, mais o Ti'Martinho (Selvagem, citado por Campos 1998: 243 e Rodrigues, 2001: 55)
 c. Eu não **direi** tanto!
 d. Exilado na ilha de Santa Helena, dita as suas recordações a Las Cases, que delas **fará** o Memorial de Santa Helena (1823). Napoleão morre em 1821. Os seus restos mortais **serão trazidos** para França em 1840 e **depositados** nos Inválidos. (*Nova Enciclopédia Larousse*, citada por Rodrigues, 2001: 50)

Esta autora refere que, com alguma frequência, “o recurso ao Futuro serve ao enunciador para se distanciar da asserção da relação predicativa por ele construída, não se responsabilizando pela sua validação” (Rodrigues, 2001: 52). Este distanciamento releva, segundo a autora, da construção de valores modais epistémicos de incerteza e de suposição. O exemplo (36a) é, para Rodrigues (2001: 55), um caso de “construção do valor modal de incerteza”:

S_0 não assume a validação da relação predicativa, não há certezas sobre um determinado estado de coisas. S_0 constrói S_1 , a quem cabe a responsabilidade da asserção de $\langle r \rangle$ (ter havido um ciclone no México). S_1 é aqui um parâmetro enunciador abstracto subjacente, não se encontrando realizado lexicalmente.

Quanto a (36b), é analisado como outro caso de “distanciação do enunciador face ao seu enunciado”, através da construção de um valor epistémico de contingência, suposição, probabilidade (Rodrigues, 2001: 55). Campos (1998: 243-244) explica desta forma o valor de suposição do futuro:

O valor de suposição do futuro gramatical é geralmente explicado pela construção de uma localização temporal fictícia. Ao projectar num Tempo T_1 , posterior a T_0 , a validação de uma relação predicativa que refere, efectivamente, um estado de coisas contemporâneo de T_0 , o enunciador S_0 está (em T_0) a construir, entre si próprio e a validação dessa relação predicativa, uma distância

temporal que é, realmente, uma distância modal. Dissociada de Sit₀, é construída uma situação de locução Sit₁, na qual um locutor S₁, assim teoricamente distinto de S₀, assume a responsabilidade pela asserção que S₀ não quer assumir.

Note-se que esta dissociação subjetiva é, igualmente, interpretável como de cariz mediativo.

Por outro lado, os valores definidos nas situações em que ocorre o futuro de suposição podem, de acordo com Campos (1998: 243), ser relacionados com os do futuro francês, no seu uso conjectural (ou de probabilidade, de eventualidade ou epistémico, na terminologia de diferentes autores). Este uso do futuro tem, em francês, um funcionamento e valores de base sensivelmente semelhantes aos que tem em português, assim como em espanhol (cf. Azzopardi, 2011) e em italiano (cf. Rocci, 2000). Esse funcionamento típico encontra-se em enunciados como (exemplos em (37) e (38) retirados de Rocci, 2000: 241):

- (37) a. On a sonné. Ce **sera** le facteur.
b. Louis est en retard. Il **aura manqué** son train.
- (38) a. Luigi oggi non è venuto in università. **Sarà** malato.
“O Luís não veio hoje à universidade. Deve estar doente.”
b. Giorgio è contento del suo lavoro. Lo **pagheranno** molto.
“O Jorge está contente com o trabalho dele. Devem pagar-lhe muito.”
c. Bella stoffa, bella... l’**avrà pagata** un occhio, immagino, laggiù in città non scherzano. (Buzzati, citado por Rocci, 2000: 245)
“Belo tecido, belo... deve ter pago os olhos da cara, imagino, que lá na cidade não brincam.”
- (39) a. Ahora **estarás** en tu casa o en el coche... quizá estés trabajando, pero estaré contigo hasta las cuatro de la madrugada, no me separaré de ti... (Motos, citado por Azzopardi, 2011: 397)
b. – ¿Qué ha sido esto?
– Señor, yo no he sido... **Habrán entrado** los gatos. (Alas Clarín, citado por Azzopardi, 2011: 398)

Conforme se verifica em todos os exemplos acima apresentados, as formas de futuro podem ser parafraseadas por estruturas do tipo *dever_{PRES} + INF*.

Quanto à noção de conjectura, que os autores citados defendem estar na base deste uso das formas de futuro, nas línguas referidas, Azzopardi (2011: 401) define-a como uma hipótese de base inferencial que apresenta uma explicação plausível ou provável para a situação em causa:

L'expression de la conjecture consiste pour le locuteur à émettre une hypothèse au sujet de l'occurrence d'un procès dans le PRÉSENT ou dans le PASSÉ. La conjecture est une opinion fondée sur la probabilité ou la plausibilité qui présuppose une argumentation – par déduction, par induction, ou par abduction (Peirce) – mettant en jeu deux prémisses (majeure, mineure), et une conclusion. L'hypothèse explicative plausible ou probable formulée est, conformément aux différentes analyses portant sur l'expression de la conjecture, inférée par le locuteur à partir de prémisses livrées par le co(n)texte.

Porém, da mesma forma que o futuro de suposição ou conjetural apresenta variações entre o francês e o espanhol (cf. Azzopardi, 2011: 397-482) e, em menor grau, entre o francês e o italiano (cf. Rocci, 2000), pelo desenvolvimento de valores derivados, específicos de cada uma das línguas, também em português, o futuro desenvolveu usos que o diferenciam do que está descrito para outras línguas românicas.

Numa proposta de sistematização e classificação dos valores semânticos do futuro, em português e em italiano, Giomi (2010: 202) postula, para o futuro,

(...) uma gama de empregos hierarquicamente organizada, que se funda na identificação de dois valores gramaticais de base do futuro do indicativo: o temporal “puro”, que caracteriza a situação descrita como real e posterior ao momento da enunciação, e o epistémico, que coincide com a expressão de uma avaliação modal orientada para a proposição.

Este autor organiza os usos do futuro em torno dos valores gramaticais temporal e epistémico e seus valores derivados, respetivamente: deontico, volitivo, gnómico e retrospectivo, derivados do valor temporal; concessivo e reportativo, derivados do valor epistémico (cf. Giomi, 2010: 206).

O valor reportativo, ou evidencial, é registado por Giomi apenas no português, mas não no italiano. Squartini (2001: 319; 2004: 69) avança mesmo a possibilidade de o valor reportativo do futuro português ser único nas línguas românicas.

De facto, no português europeu, o futuro pode ser marcador de valores mediativos, referindo factos inferidos e factos relatados. No português do Brasil, o futuro apenas se usa com o valor mediativo de inferência.

Procedo, de seguida, à descrição e análise dos valores mediativos do futuro e do condicional, como marcadores de factos relatados, em português europeu, sistematizando diferenças e semelhanças, e proponho um quadro de distribuição complementar das formas de futuro e de condicional.

III.5. O futuro e o condicional como marcadores de factos relatados em português europeu

Procura mostrar-se, neste estudo, que as formas verbais de condicional e de futuro são usadas, em português europeu, como marcadores do valor mediativo de enunciação de factos relatados e de factos inferidos. As quatro formas em causa (futuro simples, futuro composto, condicional simples e condicional composto), que têm vindo a perder vitalidade, sobretudo na linguagem oral, são muito frequentes em textos noticiosos, na imprensa portuguesa.

Duarte (2009a: 4) exprime a intuição de que “o *futuro perfeito* [é] muito mais utilizado do que o condicional composto, em Portugal, no discurso de imprensa, para sugerir informação com a verdade da qual o locutor não se [quer] comprometer”. Baseando-se numa análise do *corpus* CETEMPúblico²¹, diz a autora que “em 7030480 orações analisadas, há 34633 (0.49%) casos de *futuro perfeito* e 15540 (0.22%) ocorrências de condicional composto”. Esta autora (Duarte, 2009a; 2009b) defende para o futuro composto um valor modal, de que a noção de mediativo é um dos componentes:

Este *futuro perfeito*, característico do PE, dos textos de imprensa e das últimas décadas, tem claro valor modal, aparece sobretudo em frases simples (por exemplo; títulos, antetítulos e subtítulos de notícias) e lucrará, a nosso ver, em ser descrito com base em três noções: a de “inscrição discreta de relato de

²¹ URL: <<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>>.

discurso” (Moirand [...]), a de mediativo (Guentchéva, 1996) e a de “effacement énonciatif” (Vion [...]). (Duarte, 2009b: 2)

Esta autora tenta, ainda, delimitar as diferenças entre o futuro composto e o condicional composto, neste uso específico. Segundo os seus informantes portugueses,

o futuro perfeito sugere mais certeza do locutor quanto à realidade dos factos relatados. Pelo contrário, o condicional composto revelaria maior distância do locutor não só em relação aos factos relatados, mas também às fontes de que se serve para obter a informação (e₁). (Duarte, 2009b: 6)

Por seu lado, Squartini (2004), na descrição dos valores associados às formas de futuro e de condicional, no português, defende que o condicional funciona, temporalmente, como o homólogo passado do futuro: “Da un punto di vista temporale il Condizionale portoghese, análogamente allo spagnolo, al francese e all’italiano, svolge la funzione di corrispettivo passato di un futuro (...)” (Squartini, 2004: 79). No entanto, em uso inferencial, este autor sustenta que a diferença entre ambos os tempos verbais tem a ver com o grau de compromisso com a factualidade da informação: “la scelta tra Futuro e Condizionale non esprime una diversa collocazione temporale, ma un diverso grado di impegno sulla fattualità della situazione congetturata” (Squartini, 2004: 81-82). O condicional marcaria, assim, um menor grau de compromisso com a factualidade da informação. Já quanto ao uso relatado, ou reportativo, destes verbos, este fator seria neutralizado (a informação é sempre em segunda mão), mantendo-se a diferença ao nível temporal (cf. Squartini, 2004: 85).

Em trabalhos anteriores (cf. Oliveira, T., 2001; Neves & Oliveira, 2003; Oliveira & Neves, 2007), defendi que, como marcadores de factos relatados, as formas do futuro são usadas quando o sujeito enunciador pretende desresponsabilizar-se das afirmações produzidas, sem, no entanto, as atribuir, necessariamente, a qualquer fonte identificável. Esta conclusão era consistente com o *corpus* de que então dispunha e baseava-se na perceção de que o futuro era, em português, produto das mesmas operações enunciativas que o futuro francês. Assim, o facto de o futuro não ter subjacente uma operação de translação justificaria que a mudança do localizador subjectivo fosse marcada preferencialmente pelo condicional.

Na mais recente fase da minha pesquisa, reuni um conjunto de cerca de 120 notícias recentes (publicadas entre abril e junho de 2013), da imprensa portuguesa

on-line, ricas em ocorrências de futuro e de condicional com valor mediativo de marcação de factos relatados. Todos os enunciados relevantes foram submetidos a diversas manipulações, que revelaram mais claramente a natureza dos valores em causa.

Os resultados obtidos confirmam a objeção, levantada a Oliveira & Neves (2007) por Duarte (2009b: 6), de que “o facto de as fontes serem externas e mais ou menos identificadas não será um bom critério para distinguir os valores e os usos das duas formas verbais”, na medida em que foram encontrados exemplos de futuro e de condicional com e sem fonte identificada.

Por outro lado, os dados não corroboram a percepção de Duarte (2009b: 2) de que o futuro composto “aparece sobretudo em frases simples (por exemplo; títulos, antetítulos e subtítulos de notícias)”. Tanto as formas de futuro como as de condicional são, atualmente, frequentes em qualquer dos constituintes da notícia: títulos, legendas de imagens, *lead* e corpo da notícia. Da mesma forma, todas podem ocorrer com e sem fonte identificada.

A questão da frequência relativa do futuro e do condicional, levantada por Duarte (2009a; 2009b), mesmo não tendo merecido a minha atenção, revela-se, igualmente, importante. Admito, com esta autora, que o futuro composto seja muito mais usado do que o condicional composto. A este facto será, no entanto, completamente alheia qualquer opcionalidade ou arbitrariedade no uso das formas de futuro e de condicional: elas constroem, no enunciado, valores específicos de cada uma, não sendo, por isso, regra geral, intersubstituíveis. A predominância de ocorrências de futuro, em relação às de condicional, não se deve a qualquer tipo de opcionalidade do uso de uma ou de outra, mas, sim, à especificidade do discurso jornalístico, que, nos seus diferentes géneros, privilegia a construção de determinados valores, em detrimento de outros.

A análise dos dados revela, então, que as quatro formas em causa (futuro simples, futuro composto, condicional simples e condicional composto) constroem, no enunciado, valores específicos, na construção dos quais se cruzam diversas categorias: mediativo, modalidade, tempo e aspeto. Cada uma das formas funciona, consistentemente, como a versão mediativa de outros tempos verbais do modo indicativo, conforme as seguintes correspondências:

<i>com valor mediativo</i>	futuro simples	futuro composto	condicional simples	condicional composto
<i>sem valor mediativo</i>	presente	pretérito perfeito	pretérito imperfeito	pretérito mais-que-perfeito

Tabela 2. Correspondências entre formas verbais com e sem valores mediativos

Ou seja, na prática, o futuro simples funciona como a versão mediativa do presente do indicativo; o futuro composto, como a do pretérito perfeito simples; o condicional simples, como a do pretérito imperfeito; o condicional composto, como a do pretérito mais-que-perfeito.

Estas relações entre os referidos tempos verbais estão amplamente documentadas, não especificamente no que diz respeito aos valores mediativos, mas em relação aos valores de modalidade, tempo e aspeto. Por exemplo, na oralidade, o presente substitui, regra geral, o futuro, na expressão da posterioridade (cf. Cunha & Cintra, 1986: 448; Oliveira, F., 2003a: 154). Por seu lado, o imperfeito é um substituto possível para o condicional, em empregos modais (cf. Sousa & Araújo, 2000: 569). F. Oliveira (2003a: 165-166) dá conta da intersubstituibilidade que se verifica entre o condicional composto e o pretérito mais-que-perfeito composto, em contextos modais, como nos exemplos (4a) e (4c) supra, aqui retomados e renumerados:

- (40) a. Disseram-me que o grupo se **teria organizado** na festa...
b. Disseram-me que o grupo se **tinha organizado** na festa...
- (41) a. Falei com dois estudantes que já **teriam estado** no Brasil.
b. Falei com dois estudantes que já **tinham estado** no Brasil.

Quanto aos usos mediativos do futuro e do condicional, como marcadores de factos relatados, Giomi (2010: 193, nota 188) refere a substituibilidade do futuro simples pelo presente ou pelo futuro perifrástico (consoante a referência temporal seja presente ou futura) e do condicional pelo imperfeito, mas faz equivaler as formas compostas ao pretérito perfeito simples do indicativo. Assim, assume como equivalentes formulações que, como se tornará claro mais à frente, têm valores

diferentes: “Segundo a acusação, o arguido mentiu no primeiro interrogatório” = “Segundo a acusação, o arguido terá mentido no primeiro interrogatório” ou “Segundo a acusação, o arguido teria mentido no primeiro interrogatório”.

Também Squartini (2004: 83) situa a diferença entre o futuro e o condicional no plano temporal (“il Condizionale riportivo rappresenta infatti il corrispettivo passato del Futuro”), assumindo para o futuro uma relação de contemporaneidade com o momento da enunciação: “Il Futuro (...) è invece giustificato per il riferimento temporale presente, che esprime contemporaneità rispetto al momento dell’enunciazione” (Squartini, 2004: 84). Este autor estabelece, então, uma relação entre o futuro composto e, por um lado, o pretérito perfeito simples, no caso de situações pontuais, e, por outro lado, o pretérito perfeito composto, no caso de situações durativas ou iterativas. A relação entre o futuro composto e o pretérito perfeito composto parece-me, no entanto, pouco clara. Atente-se no seguinte exemplo, usado pelo autor:

- (42) a. O *Jakarta Post* noticiava ontem em primeira página o aumento da tensão em Timor devido à acção de grupos armados de timorenses integracionistas, que levaram mais de cinco mil pessoas a refugiarem-se numa igreja e numa escola católica em Suai e que **terão matado** só nos últimos dias pelo menos seis pessoas. (*Diário de Notícias*, 01/02/1999, citado por Squartini, 2004: 84)
- b. ... ***têm matado** só nos últimos dias pelo menos seis pessoas

Com base no adverbial “só nos últimos dias” (que, aparentemente, interpreta como incluindo o momento da enunciação), o autor reclama para o processo um valor aspetual iterativo. No entanto, o processo em causa não se deixa parafrasear pelo pretérito perfeito composto, como se pode ver em (42b), não tanto por influência do adverbial temporal, mas pelas características do objeto (“pelo menos seis pessoas”), que impõe um *telos* ao processo, bloqueando a leitura iterativa. Admito, no entanto, que um objeto com uma determinação indefinida (por exemplo, “muitas pessoas”) poderia desencadear uma leitura iterativa, compatível com uma paráfrase pelo pretérito perfeito composto (“têm matado (?só) nos últimos dias muitas pessoas”). Note-se que, mesmo neste caso, o advérbio *só*, ao impor uma delimitação temporal, desencadearia um conflito na leitura iterativa. Em qualquer caso, não encontrei, nos textos que trabalhei, nenhum exemplo em que o futuro composto fosse o equivalente mediativo de um pretérito perfeito composto. Aparentemente, a iteratividade seria mais compatível com

uma perífrase verbal que fizesse uso do particípio presente (“terão vindo a matar nos últimos dias muitas pessoas”). De qualquer forma, não vejo como válida a hipótese de o futuro composto, em uso jornalístico, poder ser um substituto mediativo do pretérito perfeito composto, por razões tanto gramaticais como pragmáticas, como mostrarei mais à frente.

Ainda quanto à relação entre tempos verbais, Haillet (2002: 14) explicita, igualmente, para o francês, a correspondência entre o condicional de alteridade enunciativa e outros tempos verbais:

[Les assertions au conditionnel d’altérité énonciative] constituent une version « mise à distance » de l’assertion correspondante au passé composé, au présent ou au futur simple.

O autor dá, entre outros, os seguintes exemplos, em (a), parafraseáveis por (b) (Haillet, 2002: 15-16):

- (43) a. La Drac (Direction régionale de l’Action culturelle) **aurait antidaté** un document administratif (...)
b. La Drac [...] **a**, paraît-il, **antidaté**...
- (44) a. Mise en difficulté par les autorités en Belgique, la mafia des hormones **serait** florissante en Espagne.
b. la mafia des hormones **est**, paraît-il, florissante...
- (45) a. Les impôts **seraient** simplifiés plutôt que réformés en 1998. (*Le Monde*, 04/09/1997)
b. Les impôts **seront**, paraît-il, simplifiés...

Em português europeu, o maior número de tempos verbais disponíveis para exprimir valores mediativos reduz as correspondências a relações biunívocas, como proponho na tabela 2, supra.

Esta proposta é verificável através da manipulação dos enunciados. Exemplifico com os seguintes excertos de notícias recentes das versões *on-line* dos jornais *Público* e *Diário de Notícias*. A versão não mediativa dos enunciados em (a) seria a apresentada em (b), com as formas verbais alteradas, segundo as correspondências acima referidas:

- (46) a. Estão à procura de um suspeito de origem russa que já foi nomeado: Dzhokhar A. Tsarnaev, 19 anos (o outro atacante **seria** o seu irmão, Tamerlan). A imprensa americana diz que **serão** originários da Rússia, de uma região perto da Tchetchênia. (...) O “suspeito n.º 1”, que aparecia nas imagens divulgadas pelo FBI com óculos escuros e boné preto, está morto, confirmou a polícia. (...) O homem **terá morrido** no hospital de Beth Israel, com vários ferimentos. (...) o segundo conseguiu entrar num veículo da polícia e fugir. As autoridades não têm a certeza se o suspeito **terá deixado** este carro e **seguido** a pé, ou se **terá conseguido** seguir a fuga noutro carro. (*Público*, 19/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1591866>>)
- b. (...) (o outro atacante **era** o seu irmão, Tamerlan). A imprensa americana diz que **são** originários da Rússia (...) O homem **morreu** no hospital de Beth Israel (...) As autoridades não têm a certeza se o suspeito **deixou** este carro e **seguiu** a pé, ou se **conseguiu** seguir a fuga noutro carro.
- (47) a. O mais velho dos dois irmãos suspeitos da autoria do ataque à bomba no final da maratona de Boston **terá tido** uma namorada “meio portuguesa, meio italiana”, conforme o próprio disse em 2009. ¶ Tamerlan Tsarnaev, atualmente casado com uma colega de curso de 24 anos – não identificada até ao momento – de quem tinha uma filha de três anos, **terá namorado**, algures entre 2008 e 2009, com uma rapariga “meio portuguesa, meio italiana”, segundo o próprio disse nessa época. ¶ (...) Segundo algumas fontes, Tamerlan **terá sido interrogado** pela polícia sob acusação de ter agredido a namorada naquele ano. ¶ (...) De acordo com o seu perfil no YouTube, ela **ter-se-ia convertido** ao islão. ¶ Mas a mulher com a qual era casado Tamerlan não **seria** a namorada de há quatro anos. A jovem que surge nas fotos dessa época era loura enquanto a atual **seria** [sic²²] morena. (*DN*, 19/04/2013, URL: <<http://tiny.cc/crn6ww>>)
- b. O mais velho (...) **teve** uma namorada “meio portuguesa, meio italiana” (...) **namorou** (...) com uma rapariga “meio portuguesa, meio italiana” (...) Tamerlan **foi interrogado** pela polícia (...) ela **tinha-se convertido** ao islão. ¶ Mas a mulher com a qual era casado Tamerlan não **era** a namorada de há quatro anos. A jovem que surge nas fotos dessa época era loura enquanto a atual [?] **era** morena.

Os enunciados em (b) mantêm os valores temporais e aspetuais que encontramos em (a), assim como asseguram as relações de concordância temporal; perdem, no entanto, o valor mediativo, que permite, em (a), o distanciamento do sujeito enunciadador em relação ao conteúdo da informação veiculada.

²² Este enunciado parece-me, claramente, mal formado, na medida em que a localização temporal de anterioridade em relação a T₀, marcada pelo imperfeito, entra em conflito com a qualificação expressa por “atual”.

Outra questão importante na distribuição dos tempos verbais tem a ver com a classe aspetual dos predicados envolvidos, ou *Aktionsart*, e com a formatação interna das ocorrências: as formas simples do futuro e do condicional são usadas com predicados estativos, enquanto as formas compostas se empregam com situações não estativas. Guentchéva (1994: 16-17) refere a mesma distribuição quanto às duas formas de condicional do francês, assim como Azzopardi (2011) descreve o funcionamento epistémico do futuro e do condicional, em espanhol, igualmente em termos de oposições de tempo e de aspeto:

En espagnol, le futur et le conditionnel se répartissent en fonction de l'époque dans laquelle se situe le procès par rapport au moment de l'énonciation principale. Le futur, du fait de son instruction temporelle [+ PRÉSENT], est employé dans des énoncés contenant un procès situé en T_0 . Le choix entre le futur simple (forme tensive) et le futur antérieur (forme extensive) se fait selon que le procès est donné à voir en accomplissement (forme tensive) ou accompli (forme extensive) au moment de l'énonciation principale. Le conditionnel quant à lui, du fait de son instruction temporelle [+ PASSÉ] est utilisé dans des énoncés d'hypothèse probable ou plausible portant sur un procès antérieur à T_0 . Là encore, le choix entre le conditionnel présent et le conditionnel passé se fait en fonction de la vision qui est donnée du procès : en accomplissement ou accompli. On voit bien que le futur et le conditionnel ont des territoires temporels bien définis : les procès du PRÉSENT reviennent au futur et ceux du PASSÉ reviennent au conditionnel. (Azzopardi, 2011: 478)

É de salientar que, nos exemplos (46) e (47), as formas verbais simples do futuro e do condicional ocorrem todas com o verbo *ser*, enquanto as formas compostas ocorrem com situações não estativas. Surgem, no entanto, formas simples de futuro e de condicional de outros verbos, que não *ser*, nas notícias que constituem o *corpus* em análise: verbos estativos, como *estar*, *ter*, *sofrer*, *querer*, mas também outros, que constroem no enunciado um valor habitual ou de propriedade, definido como um intervalo temporal não fechado:

- (48) a. Uma das filhas de Castro, Emily Castro, **sofrerá** de depressão e **estará** a cumprir uma pena de 25 anos por ter tentado estrangular o bebé de 11 meses em 2007, quando tinha 19 anos. (*Público*, 08/05/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1593732>>)
- b. As vítimas eram manietadas durante longos períodos e daí resultaram lesões muito graves, sobretudo em Michelle Knight e Gina DeJesus, a qual **terá** dificuldades em mexer a cabeça. (...) A mulher de 32 anos **precisará** de

cirurgia maxilo-facial (...). (*Correio da Manhã*, 19/05/2013, URL: <<http://tiny.cc/qvqlxw>>)

- c. O arguido, que se encontra em prisão preventiva, é patrão do pai da vítima, qualidade de que se **aproveitaria** para conseguir o silêncio da menor. (*Público*, 22/05/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1595163>>)
- d. Ao todo na zona **estariam** cerca de 200 pessoas, sendo que em todo o desfile **participariam** perto de 400. (*Público*, 14/05/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1594335>>)
- e. O animal **teria** cerca de 60 anos de idade quando morreu e **estaria** morto entre há 10.000 a 15.000 anos, indicou à agência AFP o chefe da expedição, Semion Grigoriev, que qualificou a descoberta de excepcional. (*Público*, 29/05/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1595887>>)

Este conjunto de exemplos, para além de dar uma ideia do tipo de situações expressas pelo futuro e pelo condicional, permite clarificar a diferença entre o uso dos dois tempos verbais. O futuro ou o condicional são selecionados em função da localização temporal em causa. O futuro exprime uma situação localizada em relação a um momento simultâneo e identificado com T_0 ($T_2 = T_0$). O condicional localiza a situação em relação a um localizador temporal, T_3 , anterior a T_0 ($T_2 \subseteq T_3 < T_0$).

Assim, em (48a), “estará”, atualmente, enquanto, em (48d), “estariam”, na altura em que tudo se passou. A anterioridade em relação a T_0 bloqueia a possibilidade do uso do futuro, em (48d). O condicional poderia ser usado para exprimir o estado de coisas, em (48a), desde que se introduzisse uma translação subjetiva, como, por exemplo: “Segundo (nos confidenciou) um vizinho, Emily Castro sofreria de depressão e estaria a cumprir uma pena de 25 anos, mas estas informações não foram ainda confirmadas”. Neste caso, as relações predicativas <EC sofrer de depressão> e <EC estar a cumprir uma pena de 25 anos> seriam localizadas, não em relação a ($T_2 = T_0$), mas, sim, em relação a <vizinho confidenciar p>, onde iriam ocupar o lugar de p . Esta última relação predicativa vai ser localizada em relação a um localizador temporal T_3 , anterior a T_0 , o qual vai servir de localizador temporal a T_2 : ($T_2 \subseteq T_3 < T_0$).

O mesmo se passa em relação ao verbo *ter*, em (48b), com o futuro, e em (48e), com o condicional. Em (48e), o localizador T_3 é realizado por meio de uma oração subordinada temporal (“quando morreu”).

Estas mesmas operações atuam, de resto, de modo idêntico com as formas correspondentes de presente e de pretérito imperfeito. Assim, os dois tempos verbais são possíveis, num enunciado como o seguinte: “Estou-te a telefonar porque o João me

disse que estás/estavas doente”. Com o presente, a situação é localizada temporalmente em relação a T_0 ; com o imperfeito, a localização é feita em relação a “o João disse-me”.

Note-se, porém, a dificuldade em mediatizar a enunciação de situações posteriores a T_0 . Ao reportar-se a um momento posterior, o enunciado com futuro simples é parafraseável por uma estrutura em *ir* + *INF*, perdendo em valor mediativo o que ganha em valor temporal. Veja-se o caso de (48b): se interpretarmos *precisará* como reportado a um momento posterior a T_0 , o enunciado perde o valor mediativo, sendo parafraseável por: “A mulher de 32 anos vai precisar de cirurgia”. Também com o condicional, o valor mediativo é preterido, neste caso, em favor de um valor hipotético: “A professora disse que, amanhã, teríamos aula na sala 9 (se... / mas...)”.

A simultaneidade em relação a T_0 parece, pois, ser condição necessária para o emprego do futuro simples na expressão de factos relatados; o condicional simples, por seu lado, está dependente da construção de um localizador intermédio, T_3 , não sendo relevante a localização relativa entre T_2 e T_0 , no eixo temporal. Afigura-se, assim, que, neste uso específico, o futuro simples tem um funcionamento referencial que se aproxima da construção da referência de tipo défítico, enquanto o condicional simples tem um funcionamento de tipo anafórico.

Por seu lado, alguns autores distinguem o futuro e o condicional jornalístico com base no maior grau de certeza ou de compromisso conferido pelo futuro aos factos relatados. É o caso de Duarte (2009b: 6):

Para os respondentes portugueses, quase unanimemente, o *futuro perfeito* sugere mais certeza do locutor quanto à realidade dos factos relatados. Pelo contrário, o condicional composto revelaria maior distância do locutor não só em relação aos factos relatados, mas também às fontes de que se serve para obter a informação (...).

mas também de Squartini (2001: 320):

According to Mourin (...) the distinction between Conditional and Future in this case is connected with the factuality of the situation, the Future being used for situations presented as more reliable by the speaker. (...) As for the reportive usage, native speakers seem to confirm Mourin’s observation, noting that the reportive Future (...) requires a greater degree of the speaker’s commitment on the factuality of the situation with respect to the Conditional (...).

e de Giomi (2010: 193-194, nota 188):

Quanto ao valor modal, observa-se um grau de compromisso com a verdade da proposição ligeiramente maior com o futuro do que com o condicional. Ou melhor – visto que a interpretação epistémica pura não é acessível por a forma estar no escopo de uma marca lexical de evidencialidade reportativa –, enquanto o futuro reportativo não indica mesmo qualquer compromisso por parte do enunciador, o condicional pode ser usado para expressar alguma dúvida acerca da verdade da informação reportada (cf. Squartini 2004: 83). Creio que este facto se verifique por o condicional estar associado, na interpretação epistémica, a um grau de crença mais baixo do que o que é expresso pelo futuro.

Esta perceção parece-me residir, exatamente, nas diferentes localizações na base da construção das ocorrências com o futuro e com o condicional: ao ser localizado em relação a um localizador translato, o condicional ganha uma modalização epistémica que lhe confere um grau de incerteza, o que não sucede com o futuro, que é localizado em relação a T_0 .

Centrando-me, novamente, na questão da frequência relativa, afigura-se-me que o futuro e o condicional simples são menos recorrentes do que as formas compostas, no género específico de textos que analisei (notícia). Creio que esse facto é indissociável das características do próprio género: as notícias visam, sobretudo, relatar factos e, em grande medida, eventos. Por essa razão, o futuro composto e o condicional composto são mais frequentes nestes textos, na medida em que se referem sempre a situações não estativas.

Quanto às formas compostas, como já foi dito, o futuro composto funciona como a versão mediativa do pretérito perfeito; o condicional composto, como a do pretérito mais-que-perfeito. O futuro composto é utilizado para relatar factos, mantendo S_0 um grau de distanciamento em relação à validação da relação predicativa. Este distanciamento é, sobretudo, mediativo, porque não exprime, necessariamente, qualquer grau de incerteza: marca apenas que os factos são relatados (validados por outra instância subjetiva) ou inferidos. No exemplo seguinte, as duas primeiras ocorrências são claramente relatadas, ao passo que a terceira pode, igualmente, ser inferida:

- (49) As declarações do suspeito **terão sido feitas** no domingo, segundo o *New York Times*. (...) O suspeito **terá detonado** a segunda bomba, segundo a descrição da acusação. **Terá ficado** ferido na sequência da troca de tiros

com a polícia em que morreu o irmão, e da sua própria captura, várias horas depois. (*Público*, 23/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1592272>>)

Note-se que, em textos noticiosos, a veiculação de factos relatados é mais frequente que a de factos inferidos, na medida em que o que se espera do jornalista é a transmissão de informação factual e isenta. A inferência é, aparentemente (constatação empírica minha, não quantificada), mais comum em textos de opinião, como por exemplo:

- (50) A mesmíssima justiça portuguesa condenou-me a mim pelo uso da mesmíssima expressão. **Terá pesado** o facto de, em Tribunal, eu ter mantido até ao fim tudo o que escrevi, não ter manifestado qualquer arrependimento (e assim continuo) e ter explicado que o uso que dei à expressão era aquele que todos poderiam compreender (...). (Daniel Oliveira, Palhaço. *Expresso*, 27/05/2013, URL: <<http://expresso.sapo.pt/palhaco=f809710>>)

No género notícia, por sua vez, tende a verificar-se que os factos inferidos são, frequentemente, relatados: em (49), a inferência sobre a causa dos ferimentos é, muito provavelmente, retomada de outra fonte (o *New York Times* ou a acusação, como as informações anteriores).

Da mesma forma, por servir para relatar factos, o futuro composto é mais frequente, em textos noticiosos, que o condicional composto (cf. Duarte, 2009a; 2009b). O condicional composto depende, tal como o condicional simples, de um localizador intermédio, anterior a T_0 . Vejam-se os seguintes exemplos, relativos a um mesmo facto:

- (51) a. Os investigadores estão ainda a analisar uma viagem de Tamerlan à Rússia, em que o suspeito **terá visitado** a região do Norte do Cáucaso, de onde era originário (...). (*Público*, 23/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1592272>>)
- b. Segundo o jornal *The New York Times*, o pai de Tarmelan [sic] disse que o filho **teria viajado** para renovar o passaporte. (*Público*, 21/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1592032>>)

A informação sobre a viagem do suspeito é assertada apenas em (51a); em (51b), é dada uma explicação para a viagem, que é apresentada como um pré-construído e localizada em relação a <pai dizer p>, sendo que este processo é localizado temporalmente como anterior a T_0 (“disse”). Na prática, este enunciado comporta uma

sucessão de relatos, marcados por relações de anterioridade: o *Público* diz que o *NYT* disse que o pai do suspeito disse que ele foi renovar o passaporte, razão pela qual viajou/tinha viajado.

A coocorrência das formas de futuro composto e de condicional composto torna mais clara a diferença de valores em causa, como se pode verificar no exemplo seguinte:

- (52) Vinte e quatro horas antes, o PÚBLICO adiantou que Pedro Passos Coelho e Miguel Relvas já **teriam conversado** sobre o assunto há já algum tempo. ¶ Relvas **estaria** disponível para deixar o Governo, mas **terá pedido** que a sua saída aconteça de uma forma isolada, sem integrar qualquer remodelação governamental (...). (*Público*, 04/04/2013, URL: <<http://www.publico.pt/n1590143>>)

Neste exemplo, a forma de condicional composto surge num contexto de anterioridade, localizada em relação ao adverbial *já*, retomado, de forma inesperada e pouco habitual, por “há já algum tempo”. É importante sublinhar que este adverbial constrói uma leitura de anterioridade em relação a outro marcador e localizador temporal, “Vinte e quatro horas antes [da demissão do ministro]” (que remete, via hiperligação, para uma notícia da véspera). Note-se a impossibilidade de substituir o condicional composto pelo futuro composto, que induziria a localização temporal em relação a T_0 . Já a forma de condicional simples é localizada temporalmente em relação ao estado de coisas expresso pelo condicional composto.

Quanto à forma de futuro composto, ele surge, neste exemplo, a localizar o processo em relação a T_0 , elevando-o ao estatuto de facto noticiável, e justifica, por concordância temporal, o uso do presente do conjuntivo (“aconteça”).

III.6. Conclusões parciais

De forma a apresentar algumas conclusões parciais, será importante sublinhar, por um lado, que as formas verbais de condicional e de futuro são usadas, em português europeu, como marcadores do valor mediativo de enunciação de factos relatados e de

factos inferidos²³. Por outro lado, estas formas constroem, no enunciado, valores específicos, para os quais concorrem diversas categorias (mediativo, modalidade, tempo e aspeto), e funcionam como as versões mediativas de outros tempos verbais do modo indicativo, com os quais estabelecem relações biunívocas.

Em termos temporais, as formas de futuro ou de condicional são selecionadas em função da localização temporal em causa: o futuro exprime um processo localizado em relação a um momento simultâneo e identificado com T_0 ; o condicional localiza o processo em relação a um localizador temporal (T_3) anterior a T_0 .

Sob o ponto de vista aspetual, as formas simples do futuro e do condicional são usadas com predicados estativos, enquanto as formas compostas se empregam com situações não estativas.

Tendo em conta os valores modais construídos, a localização do condicional em relação a um localizador temporal translato (T_3) confere-lhe, numa escala de valores assertivos, um grau de incerteza, o que não sucede com o futuro, que é localizado em relação a T_0 .

Em termos mediativos, a localização em relação a um localizador subjetivo translato (S_M) dota estas formas de um valor de distanciamento em relação à validação das relações predicativas subjacentes. É precisamente o uso de retoma do futuro e do condicional que torna mais clara a distinção entre valor mediativo e valor modal. Esta posição é igualmente sustentada por outros autores, como, por exemplo, Giomi (2010: 193):

Significativamente, uma forma de futuro usada com valor reportativo não admite a substituição por perífrases verbais com *dever*, *poder* ou *haver de*, confirmando-se assim a independência da evidencialidade, enquanto categoria gramatical, em relação à modalidade epistémica.

e Martins (2010: 242):

(...) o futuro perfeito ocorre em contextos factivos, não estando em causa, pois, a posição do locutor face à situação que enuncia. Ora, se o futuro perfeito pode ser isolável no seu valor evidencial, como poderá esta forma ser incluída na

²³ Squartini (2001: 320) fala em “neutralização” das funções inferencial e reportativa destas formas, em português.

categoria dos recursos da modalidade epistémica? Este é um argumento forte em favor da consideração disjunta dos dois conteúdos, a saber, indicação da fonte de informação e indicação da avaliação do locutor sobre a fiabilidade dessa informação.

Se tivermos em conta o uso destas formas em textos concretos, a ocorrência preferencial destas formas em textos do género notícia tem como consequência a maior frequência das formas compostas, que exprimem eventos, em detrimento das formas simples, que denotam situações estativas. Da mesma forma, por servir para relatar factos, o futuro composto é mais frequente, em textos noticiosos, que o condicional composto. Igualmente, neste género textual, os factos relatados são mais frequentes que os factos inferidos.

Capítulo IV. Marcadores inferenciais: os verbos de percepção

Se, como foi até agora mostrado, os marcadores de factos relatados têm um valor mediativo claramente isolável de outros valores em causa nos enunciados (modais, temporais, aspetuais, entre outros), a marcação de factos inferidos levanta questões diferentes, na medida em que a análise do respetivo valor mediativo não pode, regra geral, ignorar a atitude epistémica do sujeito enunciador acerca do conteúdo proposicional do enunciado. É assim com o futuro de suposição ou de conjectura (cf. Campos, 1998: 243-244; Azzopardi, 2011) e com o condicional de conjectura (cf. Dendale, 2012b), ambos parafraseáveis por construções com verbos modais, de que são exemplos, respetivamente:

- (1) a. A esta hora o João já **estará** / **deve estar** em casa.
- b. Quando a conheci, ela **teria** / **devia ter** uns 15 anos.

Os verbos de percepção sensorial são, igualmente, marcadores complexos que podem exprimir tanto percepção física (“Eu vi/ouvi o João abrir a porta”), como percepção cognitiva (“Vejo agora que me enganei”), como ainda raciocínio inferencial (“O João parece estrangeiro.”). Nesse sentido, são frequentemente objeto de estudo no âmbito da evidencialidade, na medida em que são usados para exprimir as fontes da informação veiculada, quer de forma direta, quer de forma indireta, por via inferencial. Como ficou claro atrás, na discussão sobre o conceito de mediativo (cf. II.3), apenas a expressão indireta das fontes da informação marca distanciamento enunciativo, pelo que será essa a abordagem dos verbos de percepção desenvolvida neste estudo.

Tomarei, como ponto de partida, três verbos de percepção da língua portuguesa, *cheirar*, *saber* e *soar*. Estes verbos têm, na sua aceção habitual, no português europeu²⁴, um significado que exprime uma determinada percepção sensorial, indissociável de uma avaliação do sujeito enunciador, como por exemplo em:

- (2) a. Este vestido **cheira** a naftalina.
- b. Este bolo **sabe** a laranja.
- c. Esta parede **soa** a oco.

Simultaneamente, possuem significados, adquiridos por alargamento do seu campo semântico, que associam a percepção sensorial à construção do conhecimento, como em:

- (3) a. Este caso **cheira** a esturro.
- b. Tudo isto **sabe** a repetição.
- c. Isso **soa** a exagero.

Nestas construções, os verbos codificam um raciocínio inferencial do sujeito enunciador, baseado em indícios cognitivos. São interpretados como independentes da percepção sensorial, pelo que a relação entre percepção e conhecimento é entendida como transposição metafórica. Os indícios que sustentam o raciocínio inferencial são, regra geral, recuperados no contexto discursivo.

De modo a compreender o funcionamento destas construções, procedo a uma pesquisa em *corpus* e a uma análise que visa dar conta dos tipos de estruturas e dos valores inferenciais, metafóricos e de subjetividade em causa.

Antes, será necessário situar esta análise no âmbito dos estudos existentes sobre os verbos de percepção e o seu papel como marcadores de evidencialidade e de valores de mediativo.

²⁴ O português do Brasil apresenta algumas diferenças, sendo a principal a perda do significado de percepção gustativa pelo verbo *saber*. Para uma caracterização dos verbos de percepção no português brasileiro, cf. Vendrame (2010).

IV.1. Os verbos de percepção como marcadores das fontes da informação

Como referi acima, os verbos de percepção estão estreitamente ligados à enunciação das fontes do conhecimento, seja por, em algumas línguas, estarem na origem de morfemas com valor evidencial, através de processos de gramaticalização (cf. Aikhenvald, 2004: 273-274), seja porque permitem especificar a origem do conhecimento, em línguas que não possuem marcadores morfológicos para este propósito (cf. Whitt, 2009: 1083), como no exemplo já referido: “Eu vi/ouvi o João abrir a porta”. Assim, e apesar de constituírem uma pequena parte das formas de expressão linguística das fontes de informação e da atividade dos sentidos, estes verbos formam, segundo Viberg (2001: 1295), um campo léxico-semântico relativamente bem estruturado.

Parece, pois, consensual que é através dos sentidos que temos acesso a tudo o que nos rodeia, é na percepção que se baseia a conceção que temos do mundo e é o nosso sistema sensorial que determina os tipos de estímulos que somos capazes de perceber e a forma como os percebemos. A própria percepção sensorial é também fortemente conceptualizada, o que se manifesta na sua expressão linguística (cf. Huumo, 2010: 49-50). É para dar conta desta expressão que desenvolverei, nos pontos seguintes deste trabalho, algumas propriedades que caracterizam os verbos de percepção que constituem o objeto de análise deste capítulo.

IV.1.1. Verbos de percepção e operações enunciativas

Os verbos de percepção funcionam, segundo Culioli ([1989a] 1990: 206), como localizadores, na medida em que dotam um processo sensorial de um lugar²⁵, no caso, subjetivo: deste modo, o sujeito funciona como a sede do processo sensorial. De forma a suportar esta hipótese, Culioli equipara a função de um verbo como *voir* à de outros localizadores existenciais e possessivos, como *il y a* e *j’ai*, definindo-o como não interagentivo e localizador. *Voir* localiza, assim, estados de coisas e relações

²⁵ No original inglês, *seat*.

predicativas (“je vois Paul entrer”; “je vois entrer Paul”; “je vois Paul qui rentre”; mas também “je vois que Paul est de retour”), combinando, neste caso, percepção e cognição.

A descrição destes verbos é indissociável da consideração de questões sintáticas, a principal das quais diz respeito à ordenação da relação entre os termos, definida como a relação primitiva na base do processo que dá origem ao enunciado (cf. Culioli, [1971] 1999a: 34; Culioli, [1982] 1999a: 100; Campos, 1998: 19). A relação primitiva estabelece-se entre duas noções lexicais ou predicativas (designadas, na teoria, como de tipo α), /a/ e /b/, e é especificada por outra noção igualmente de tipo α , /r/. Sejam as noções /menina/ (/a/), /flor/ (/b/) e /percepção olfativa/ (/r/). Se tomarmos /a/ como a origem e /b/ como o alvo, teremos uma relação primitiva ordenada de /a/ para /b/ (a r b); se a origem for /b/ e o alvo /a/, a relação será ordenada de /b/ para /a/ (b r a). O primeiro caso estará na base de uma sequência como “a menina cheirou a flor”; o segundo, de uma como “a flor cheirou bem à menina”.

Se, em vez de /percepção olfativa/, tivermos /percepção auditiva/, por exemplo (que, em português, lexicaliza em itens verbais diferentes), consoante a ordenação da relação primitiva, poderemos vir a obter sequências como “a menina ouviu a música” e “a música soou bem à menina”, entre outras.

As diferentes realizações lexicais associadas à percepção sensorial dependem das propriedades das noções em causa e das relações entre as noções. Assim, a propriedade de intencionalidade ditará a escolha entre *olhar* e *ver*, *escutar* e *ouvir*; uma noção origem não animada bloqueará a lexicalização de uma noção predicativa em *olhar*, *ver*, *escutar* e *ouvir*; a qualidade da percepção determinará a diferenciação entre *cheirar* e *feder*, por exemplo.

A forma como as propriedades das noções se refletem na escolha dos itens lexicais que vão instanciar os lugares das variáveis da relação predicativa está na base das tipologias de verbos de percepção que serão discutidas no ponto seguinte. Note-se que, apoiando-se, embora, em diferentes quadros teóricos, estas tipologias e os estudos que as sustentam referem questões cruciais para a descrição destes verbos.

IV.1.2. *Tipologias dos verbos de percepção*

Vários autores têm elaborado propostas de tipologias para os verbos de percepção. De entre elas, pela sua relevância, passo a apresentar as de Viberg (2001), Whitt (2009) e Gisborne (1998).

Viberg (1983; 2001; 2008) propõe uma tipologia dos verbos de percepção que se baseia numa hierarquia que o autor estabelece para os cinco sentidos da percepção física. Este autor parte da constatação de que o conhecimento pode ser obtido por intermédio de qualquer um dos sentidos, sem, no entanto, apresentar o mesmo grau de fiabilidade. Regra geral, confiamos mais naquilo que os nossos olhos veem e naquilo que ouvimos do que naquilo que cheiramos. A frequência do uso dos verbos de percepção sensorial mostra isso mesmo, na medida em que uns são muito mais usados do que outros. Assim, Viberg (2001: 1297; 2008: 126), partindo de um estudo contrastivo de 50 línguas, propõe uma hierarquia para os verbos de percepção sensorial, baseada nos sentidos que eles exprimem – visão, audição, olfato, tato e paladar – e que constituem, segundo este autor, as chamadas “modalidades sensoriais”²⁶:

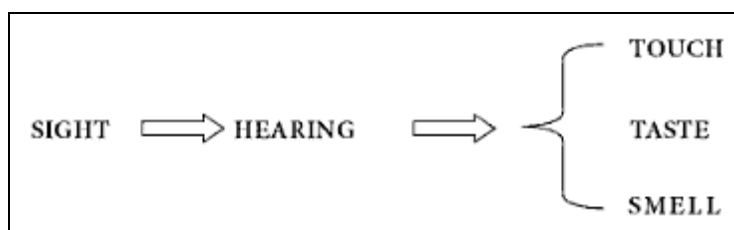


Figura 9. Hierarquia das “modalidades sensoriais” dos verbos de percepção (Viberg, 2008: 126)

Segundo esta hierarquia, os verbos que exprimem “modalidades sensoriais” mais elevadas (à esquerda) têm uma frequência de uso maior, um maior grau de polissemia e são lexicalmente mais variados do que os verbos das “modalidades sensoriais” mais baixas (à direita) (cf. Whitt, 2009: 1085). De igual modo, um verbo cujo significado básico reflete uma “modalidade sensorial” mais alta na hierarquia pode, através da

²⁶ Os termos habitualmente usados para referir as sensações a que se referem os verbos de percepção, como “sentido” (em “cinco sentidos”, “o sentido do olfato”) e “modalidade” (em “modalidades sensoriais”) são, em português, polissémicos, o que dificulta o seu emprego. Assim, uso a expressão “modalidades sensoriais”, entre aspas, como tradução para a designação de Viberg, *sense modalities*, e faço acompanhar o termo “sentido” pelo adjetivo “perceptivo”, para maior clareza do discurso.

extensão do seu significado, cobrir algumas das (ou todas as) “modalidades sensoriais” mais baixas (cf. Viberg, 2001: 1297). As “modalidades sensoriais” mais baixas (tato, paladar e olfato) são mais marcadas, já que fazem uso, em várias línguas, dos verbos que representam a visão e a audição, o contrário não tendo sido documentado em nenhuma das línguas estudadas por este autor (cf. Viberg, 2008: 126). Esta hierarquia tem, assim, segundo o autor, consequências importantes ao nível dos processos de lexicalização e de gramaticalização.

Viberg (2001: 1300) reconhece, igualmente, uma rede de relações semânticas entre as “modalidades sensoriais” mais marcadas: a partir das línguas estudadas, aparece como evidente uma relação estreita entre o olfato e o paladar ou entre o paladar e o tato. Viberg representa essas relações através do seguinte esquema:

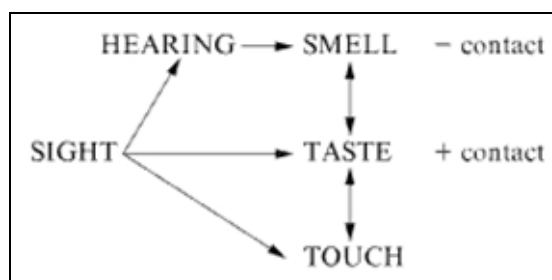


Figura 10. Relacionamento semântico entre experiências em diferentes “modalidades sensoriais” (Viberg, 2001: 1301)

Neste esquema, as setas bidirecionais simbolizam essas relações mais estreitas, que Viberg acredita serem motivadas pelos próprios atos perceptivos que os verbos significam. O fator *contacto* é um traço semântico igualmente importante: um ato de percepção que dispensa o contacto é, consequentemente, acessível a outros sujeitos (diferentes pessoas podem ver, ouvir ou cheirar as mesmas coisas); já o paladar e o toque não dispensam o contacto físico entre o sujeito Experienciador e o objeto da percepção (cf. Ibarretxe-Antuñano, 1999: 144).

Por seu lado, as setas unidirecionais indicam que a extensão semântica se processa sempre do menos para o mais marcado. Por exemplo, os verbos de visão e audição podem, em algumas línguas, significar outras “modalidades sensoriais”, com aparentes restrições: *ouvir* pode ter o seu significado suficientemente alargado para poder abarcar o tato ou o paladar, mas apenas se também puder significar o olfato (uma

relação estreita entre a audição e o olfato é recorrente em várias línguas); *ver* só estende o seu significado para *cheirar* se também puder abarcar outra “modalidade sensorial”.

Assim, na tipologia que propõe para os verbos de percepção, Viberg (2001) organiza-os, por um lado, em função das “modalidades sensoriais”, o parâmetro semântico dependente de campo primário ou específico na sua descrição (Viberg, 2001: 1295). Por outro lado, organiza-os segundo critérios sintático-semânticos (os parâmetros independentes de campo gerais, porque comuns à descrição dos verbos em geral), como a escolha do sujeito gramatical, entre os argumentos do verbo, os papéis semânticos e questões de aspeto lexical ou *Aktionsart* (Viberg, 2001: 1296). Esta tipologia encontra-se sintetizada na seguinte tabela, ilustrada com exemplos do inglês, por representar o tipo de língua que possui verbos diferentes para as diversas “modalidades sensoriais”:

	EXPERIENCER-BASED		PHENOMENON-BASED
	ACTIVITY	EXPERIENCE	
SIGHT	Peter was looking/looked at the birds.	Peter saw the birds.	Peter looked happy.
HEAR	Peter was listening/listened to the radio.	Peter heard the radio.	Peter sounded sad.
TOUCH	Peter felt the cloth /to see how soft it was/	Peter felt a stone under his foot.	The cloth felt soft.
TASTE	Peter tasted the food /to see if he could eat it/	Peter tasted garlic in the soup.	The soup tasted good/bad/of garlic.
SMELL	Peter smelled the food /to see if he could eat it/	Peter smelled garlic in the soup.	The soup smelled good/bad/of garlic.

Tabela 3. Distribuição sintático-semântica dos verbos de percepção em inglês (Viberg, 2001: 1295)

Os critérios sintático-semânticos permitem distinguir, em primeiro lugar, entre os verbos de percepção que são baseados no Experienciador e os que são baseados no Fenómeno, ou seja, entre os que têm como sujeito gramatical o argumento com papel

temático Experienciador e os que têm como sujeito gramatical o argumento com papel temático Tema (ou Fenómeno, segundo Viberg). Os primeiros surgem em construções transitivas, os segundos em construções intransitivas. Os verbos de percepção mostram-se, pois, semelhantes aos verbos mentais/psicológicos, no que diz respeito quer à sua grelha temática quer ao seu comportamento sintático.

Em termos aspetuais, Viberg (2001: 1296) caracteriza os verbos da coluna da esquerda como atividades (processos não resultativos, controlados ou intencionais, com um sujeito simultaneamente Experienciador e Agente), os da coluna central como experiências (estados ou processos incoativos, basicamente não agentivos e não controlados) e os da coluna da direita como estados. Os da coluna central são, segundo este autor, os verbos de percepção mais típicos. As diferenças entre os dois primeiros tipos de verbos podem ser clarificadas pelos seguintes conjuntos de exemplos (Viberg, 2001: 1296), nos quais o fator intencionalidade torna a explicação em (4a) grosseira e inviabiliza (5b):

- (4) a. ??Could you repeat that? I was not listening.
b. Could you repeat that? I didn't hear.
- (5) a. Bill persuaded Peter to listen.
b. *Bill persuaded Peter to hear.

Note-se que, em português europeu, a oposição em (4) não é dada por meios lexicais, mas aspetuais: os exemplos de Viberg poderiam ser traduzidos, respetivamente, por “eu não estava a ouvir” e “eu não ouvi”.

Por seu lado, Whitt (2009; 2011) reduz a distinção a verbos de percepção orientados para o sujeito e orientados para o objeto. Os verbos de percepção orientados para o sujeito são transitivos e apresentam o Experienciador como o sujeito gramatical do verbo, enfatizando o seu papel no ato de percepção. Podem ser subdivididos em verbos agentivos e verbos experienciais (*experiencer verbs*), consoante focam a volição do sujeito e a sua intenção de experienciar, ou apenas o próprio ato de percepção (cf. Whitt, 2009: 1085; 2011: 348). Este autor ilustra com os seguintes exemplos, do inglês e do alemão (em que (a) e (b) são equivalentes), de verbos de percepção orientados para o sujeito, respetivamente, de tipo agentivo e de tipo experiencial:

- (6) a. Anna **listened** to the music.
b. Anna **hörte** die Musik an.

- (7) a. Anna **heard** the music.
b. Anna **hörte** die Musik.

Whitt faz, igualmente, notar que distinções lexicais entre verbos de percepção orientados para o sujeito, de tipo agentivo e de tipo experiencial, como a que existe entre *listen/anhören* e *hear/hören*, *look/ansetzen* e *see/sehen*, são menos frequentes em relação a “modalidades sensoriais” mais baixas na hierarquia de Viberg, as quais agrupam ambos os valores num único verbo: *feel/fühlen*, *smell/riechen*, *taste/schmecken* (Whitt, 2009: 1085).

Ainda segundo a mesma classificação, os verbos de percepção orientados para o objeto são intransitivos, apresentam o objeto experienciado (ou estímulo) como o sujeito gramatical da oração e o Experienciador não necessita de estar expresso (definição e exemplos de Whitt, 2009: 1085):

- (8) a. The music **sounds** loud.
b. Die Musik **klingt** laut.

- (9) a. Anna **sounds** sick.
b. Anna **klingt** krank.

Estes verbos não se limitam a descrever um ato de percepção, mas tendem a exprimir uma avaliação ou um juízo de valor do sujeito enunciador, baseados na percepção. Este autor identifica, assim, dois usos diferentes destes verbos: em (8), é descrita uma característica da música; em (9), estamos perante uma inferência do sujeito enunciador, com base em indícios auditivos. Em (9), temos, segundo este autor, duas camadas de significação: um ato de percepção e uma inferência baseada nessa percepção. É o ato de percepção que proporciona a evidência à inferência do enunciador (a voz e a respiração de Anna, por exemplo, dão-me indícios de que está doente) (Whitt, 2009: 1086).

No mesmo trabalho, Whitt elenca outros verbos de percepção orientados para o objeto, a saber: *look/aussehen*, *sich anfühlen* (“sentir-se”), *smell/riechen*,

taste/schmecken, e destaca também o facto de os verbos que dizem respeito ao olfato e ao paladar serem os mesmos que exprimem a ação orientada para o sujeito, enquanto os que exprimem modalidades de percepção mais elevadas na hierarquia são diferentes (Whitt, 2009: 1085).

Os verbos de percepção intransitivos (baseados no Fenómeno (Viberg) ou orientados para o objeto (Whitt)) são estudados de forma mais detalhada por Gisborne (1998; 2000), sob a designação de verbos de aparência (*verbs of appearance*)²⁷. No texto de 1998, este autor define o seu objeto de estudo como a subclasse de verbos de percepção do inglês constituída pelos verbos *sound*, *look*, *feel*, *smell* e *taste*, nas construções em que são complementados por um complemento de tipo predicativo. Divide estas construções em três classes semânticas, assentes em diferentes usos, consoante as relações semânticas envolvidas e as entidades relacionadas (cf. Gisborne, 1998: 1, 5), a que faz corresponder três estruturas: de controlo, de elevação e atributária (*attributory*).

O primeiro uso, que o autor identifica como correspondendo a uma estrutura de controlo, é classificado como evidencial (e tem, de resto, valor mediativo) e nele, segundo o autor, o referente do sujeito gramatical tem propriedades que fornecem a evidência necessária para a avaliação pelo sujeito enunciador, como nos exemplos (10) (Gisborne, 2000: 60), parafraseáveis como em (11):

- (10) a. he **sounds** foreign
b. he **looks** foreign
c. the fabric **feels** foreign
d. the wine **smells** foreign
e. the food **tastes** foreign
- (11) a. to judge by his sound, he **is** foreign
b. to judge by his look/appearance, he **is** foreign
c. to judge by its feel, the fabric **is** foreign
d. to judge by its smell, the wine **is** foreign
e. to judge by its taste, the food **is** foreign

²⁷ A primeira designação que este autor usa é *SOUND-class verbs* (Gisborne, 1998). No texto de 2000, que aborda especificamente os verbos *appear*, *look*, *seem* e *sound*, utiliza a designação *verbs of appearance*.

Este uso corresponde ao segundo tipo de construções orientadas para o objeto que Whitt (2009) refere, como exemplificado em (9), acima.

Note-se que o conceito de avaliação utilizado por Gisborne é diferente do de Whitt: enquanto para Whitt (2009: 1085) os verbos de percepção orientados para o objeto pressupõem sempre uma avaliação do sujeito enunciador (“assessment or value judgment made by the speaker”), para Gisborne (1998: 1-5; 2000: 60-62) essa avaliação (“evaluation”, “speaker judgement”) está ligada à capacidade de produzir raciocínios inferenciais com base em indícios perceptivos. Neste sentido, Gisborne & Holmes (2007: 4) formulam assim a distinção entre interpretação avaliativa e interpretação evidencial, partindo do enunciado “Richard looks ill”:

From this, we can factor out evidential and evaluative interpretations: the evidential interpretation (...) says something like ‘he is ill and his appearance is the source of my information that he is ill’, whereas the evaluative interpretation is more like ‘I infer on the basis of his appearance that he is ill’.

A avaliação em causa, no exemplo dado, é, na prática, de tipo inferencial, por via de um raciocínio abdutivo.

O segundo uso, que Gisborne identifica como correspondendo a uma estrutura de elevação, é igualmente classificado como evidencial (e tem, também, valor mediativo), mas, neste caso, segundo o autor, o sujeito gramatical não é um argumento do verbo: a percepção expressa pelo verbo limita-se a indicar o meio pelo qual o sujeito enunciador teve acesso à informação que sustenta a sua avaliação. Vejam-se os exemplos em (12) e as respetivas paráfrases em (13) (Gisborne, 2000: 60-61):

- (12) a. (I’ve heard the forecast and) tomorrow’s weather **sounds** unsettled
b. (I’ve seen the forecast and) tomorrow’s weather **looks** unsettled
- (13) a. to judge by what I’ve heard, tomorrow’s weather **will be** unsettled
b. to judge by what I’ve seen, tomorrow’s weather **will be** unsettled

Os seguintes conjuntos de exemplos, com sujeitos extrapostos, ilustram outras construções possíveis deste mesmo uso (Gisborne, 1998: 4):

- (14) a. it **seems** unlikely that she will ever visit now
 b. it **looks** unlikely that she will ever visit now
 c. it **sounds** unlikely that she will ever visit now
- (15) a. it **feels** improbable that he will be found guilty
 b. it **smells** lovely to roast onions with cumin
 c. it **tastes** lovely to melt chocolate on your tongue

Quanto ao terceiro uso, designado por Gisborne “atributário”, o primeiro argumento do complemento predicativo é o sentido percetivo expresso pelo verbo, e não o referente do sujeito gramatical: é o som, a aparência, o toque, o cheiro ou o sabor de algo que está em causa, e não os objetos ou entidades em si mesmos, como se pode constatar nos exemplos em (16) (Gisborne, 1998: 4):

- (16) a. this music **sounds** lovely
 b. Peter’s face **looks** lived in
 c. this cloth **feels** sticky
 d. this food **smells** spicy
 e. this food **tastes** rancid

Este uso corresponde ao primeiro tipo de construções orientadas para o objeto que Whitt (2009) refere, como exemplificado em (8).

Enquanto os dois primeiros usos, que Gisborne classifica como evidenciais, envolvem um raciocínio inferencial do sujeito enunciador, com base em indícios perceptivos, este terceiro uso consiste numa descrição de propriedades:

In the attributory use, the semantic relations form a “complex predicate”. Whereas the evidential (raising and control) uses all mean something like “seem, with respect to a particular sensory modality”, the attributory uses mean “is, with respect to a particular sensory modality”. (Gisborne, 1998: 2)

Consequentemente, a paráfrase avaliativa, com “to judge by”, é invalidada, como se pode verificar em (17) (Gisborne, 1998: 4-5), mostrando-se as paráfrases em (18) mais adequadas (Gisborne, 1998: 5):

- (17) a. !to judge by its look, Peter's face is lived in²⁸
 b. !to judge by its sound, this music is lovely
 c. !to judge by its feel, this cloth is sticky
- (18) a. Peter's face **has** a lived in look
 b. the cello **has** a lovely sound
 c. the cloth **has** a sticky feel

Gisborne (1998: 5-6; 2000: 63) distingue os usos evidenciais, por oposição ao atributário, pela sua não factividade, patente nos exemplos em (19) e (20):

- (19) a. he sounds foreign but he isn't
 a'. he sounds foreign and he is
 b. he looks ill but he's as fit as a flea
 b'. he looks ill and he is
- (20) a. he sounds a nice man but he isn't
 a'. he sounds a nice man and he is
 b. he looks a nice man but he isn't
 b'. he looks a nice man and he is

Ou seja, o uso atributário caracteriza-se pela ausência de valor de factividade, na medida em que, não sendo o sujeito gramatical um argumento do complemento predicativo, estas construções não têm uma proposição subordinada (cf. Gisborne, 2000: 63). As asserções em (21) são, sobretudo, desprovidas de sentido:

- (21) a. !this paper looks pink but it's blue
 b. !this music sounds lovely but it's horrible
 c. !the cloth feels wet but it's dry
 d. !this food smells spicy but it's bland
 e. !this food tastes rancid but it's fresh

²⁸ Gisborne (1998) usa o ponto de exclamação para assinalar a estranheza provocada pelos enunciados.

Para além do que foi acima descrito, é importante, e no seguimento de Gisborne, dar conta de mais algumas características destes verbos e das construções em que ocorrem. Assim, para este autor (Gisborne, 1998: 6), em estruturas evidenciais de elevação, ocorrem mais facilmente os verbos *look* e *sound*, enquanto os verbos *smell* e *taste* surgem preferencialmente em estruturas atributárias. Por seu lado, apenas estes mesmos verbos *smell* e *taste* podem ser seguidos por *of*, cuja ocorrência, de resto, só é possível em estruturas atributárias. O autor considera, ainda, que a estrutura semântica dos verbos em análise é mais rica que a de *seem* e que o seu complemento tem de ser graduável, como o provam os seguintes exemplos (1998: 8):

- (22) a. Peter sounds a nice man
 b. !Peter sounds a man
 c. Peter looks a nice man
 d. !Peter looks a man

Ao refletir ainda sobre o valor modal epistémico destes verbos em uso evidencial, Gisborne (1998: 7) argumenta que eles codificam uma crença do sujeito enunciador e não um facto. A prova é que não podem ser interrogados sobre uma causa, mas apenas sobre indícios, como o mostra a oposição entre (23a) e (23b); (23c) atesta a sua não factividade:

- (23) a. why **is** John tired (*to you)?
 –because he stayed up late
 –!because he’s yawning
 b. why does John **sound** tired to you?
 –!because he stayed up late
 –because he’s yawning
 c. John **sounds** tired, but I don’t know whether he really is
 d. *John **is** tired, but I don’t know whether he really is

Esta última característica é particularmente relevante para este estudo, na medida em que evidencia o valor de plausibilidade em causa nos enunciados com valor mediativo inferencial.

Sintetizando agora as três tipologias apresentadas, de Viberg, Whitt e Gisborne, é possível afirmar que, embora tenham bases teóricas e metodológicas diferenciadas, cada uma delas acrescenta novos dados que permitem uma visão mais clara dos valores em causa no uso dos verbos de percepção. Assim, o cruzamento das três propostas permite obter cinco classes de verbos de percepção, duas das quais em construções transitivas e três em construções intransitivas. A tabela 4, na página seguinte, sintetiza as três tipologias, exemplificando com verbos de percepção auditiva.

Como se verá mais à frente, estas propostas são relevantes para a descrição da língua portuguesa, na medida em que as cinco classes resultantes têm (ou podem ter, consoante o sentido percetivo considerado) realizações diferentes no português europeu, como se pode ver nos seguintes enunciados, adaptados dos exemplos da tabela 4:

- (24) a. O Pedro **escutou** o rádio.
b. O Pedro **ouviu** o rádio.
- (25) a. Esta música **soa** lindamente.
a'. Esta música **é** linda.
b. [Pela maneira como fala/pelo sotaque,] ele **parece** estrangeiro.
c. O tempo amanhã **parece que** vai estar bom.

Algumas das questões que estes exemplos levantam serão discutidas mais à frente, como o facto de, no português europeu, a distinção entre *escutar* e *ouvir* ser hoje pouco produtiva, ou a descrição de propriedades (cf. (25a) e (25a')) fazer mais frequentemente uso dos verbos *ser* e *estar*, ou, ainda, os diferentes valores que o verbo *parecer* tem em enunciados mediativos: por exemplo, em (25b) marca um raciocínio inferencial, enquanto em (25c) exprime um facto relatado (cf. Campos, 2001: 336).

É precisamente a reflexão sobre a forma como os verbos de percepção podem ser marcadores de valores evidenciais, em geral, e de valores mediativos, em particular, que ocupará o próximo ponto.

Viberg				
Tipo de verbo	Baseado no Experienciador		Baseado no Fenómeno	
Construção sintática	Transitiva		Intransitiva	
Sistema dinâmico	Atividade	Experiência (estado/incoativo)	Copulativo (estado)	
Papel temático do sujeito gramatical	Experienciador e Agente	Experienciador	Fenómeno	
Exemplos	<i>Peter listened to the radio.</i>	<i>Peter heard the radio.</i>		<i>Peter sounded sad.</i>

Whitt				
Tipo de verbo	Orientado para o sujeito		Orientado para o objeto	
Significado	Ato de percepção		Avaliação ou juízo de valor	
Valor	Agentivo	Experiencial	Descritivo	Evidencial/Inferencial
Exemplos	<i>Anna listened to the music.</i>	<i>Anna heard the music.</i>	<i>The music sounds loud.</i>	<i>Anna sounds sick.</i>

Gisborne				
Estrutura			Atributária	De controlo
Valor			Descritivo	Evidencial
Exemplos			<i>This music sounds lovely.</i>	<i>He sounds foreign.</i>
				<i>Tomorrow's weather sounds unsettled.</i>

Tabela 4. Tipologias dos verbos de percepção: comparação entre as propostas de Viberg, Whitt e Gisborne

IV.1.3. Marcação de valores evidenciais e de valores mediativos

Vários autores (cf. Jakobson [1957] 1963; de Haan, 2001; Joseph, 2003; Whitt, 2009; Whitt, 2011) defendem a natureza deítica da evidencialidade. Segundo Joseph (2003: 2), por exemplo, os enunciados evidenciais incluem indicadores que apontam diretamente para certas fontes ou na direção oposta de outras potenciais fontes, na medida em que o enunciador assume um determinado ponto de vista na descrição de um estado de coisas. Por seu lado, Whitt (2009: 1086; 2011: 349) sustenta que um verbo de percepção, para ter valor evidencial, deve, para além de denotar percepção, ter um significado deítico pelo qual é indicada a evidência da proposição. Este significado deítico está sempre ligado ao enunciador, a partir do qual se constrói a perspetiva sobre o estado de coisas percecionado, o que determina o valor subjetivo dos enunciados. O autor ilustra com os seguintes exemplos (Whitt, 2009: 1086):

- (26) a. I **hear** Anna singing.
b. Ich **höre** Anna singen.
- (27) a. George **hears** Anna singing.
b. Jörg **hört** Anna singen.
- (28) a. You **sound** tired.
b. Du **klingst** müde.
- (29) a. I **sound** tired.
b. Ich **klinge** müde.

Os exemplos em (26) têm valor evidencial: contêm duas proposições, a segunda das quais é validada pela evidência auditiva contida na primeira (posso afirmar que a Anna está a cantar porque estou a ouvi-la cantar). Já casos como (30) não têm, segundo Whitt (2009: 1086), valor evidencial, porque se limitam a validar uma única proposição:

- (30) a. I **hear** thunder.
b. Ich **höre** Donner.

Olhando de novo para os exemplos em (27), o autor afirma que não têm valor evidencial, uma vez que se limitam a efetuar uma predicação sobre o sujeito do enunciado, sem que esteja em causa a forma como o sujeito enunciador teve acesso a qualquer uma das informações, quer a que está contida na primeira oração, quer a que está contida na segunda.

Contudo, em (28), temos apenas uma proposição, mas, segundo Whitt (2009: 1086), duas camadas de significação: um ato de percepção e uma inferência baseada nessa percepção. Já em (29), não há qualquer inferência, nem é apresentada qualquer fonte da informação.

Assim, a partir da reflexão sobre estes exemplos, Whitt (2009: 1086; 2011: 350) afirma que, regra geral, os verbos de percepção orientados para o sujeito (transitivos) só têm valor evidencial quando combinados com sujeitos gramaticais de primeira pessoa, o que é ilustrado pelo contraste entre (26) e (27), enquanto os verbos de percepção orientados para o objeto (intransitivos) têm valor evidencial quando conjugados com sujeitos gramaticais de segunda e terceira pessoa – contraste entre (28) e (29).

Sendo ambos os tipos de verbos marcadores de evidencialidade, na medida em que exprimem a fonte de conhecimento de que o enunciador dispõe, apenas o caso tipificado em (28) se pode enquadrar nos marcadores de valor mediativo, visto que permite codificar uma inferência do sujeito enunciador, marcando o verbo de percepção a distância entre o enunciador e o conteúdo da sua própria mensagem. Epistemicamente, não há uma asserção estrita, mas uma plausibilidade forte, baseada em indícios. Já o caso ilustrado em (26) não apresenta qualquer distanciamento enunciativo.

IV.1.4. Percepção e cognição: invariância e plasticidade

Outra questão relevante levantada por Whitt (2009: 1094) baseia-se na constatação de que, em relação ao uso inferencial dos verbos de percepção auditiva, em inglês e alemão, a percepção auditiva não tem, necessariamente, de estar na base da inferência; o que está em causa é o estatuto da informação linguística e o acesso a ela

por parte do enunciador, sendo os verbos de percepção auditiva usados mesmo quando não se referem a audição propriamente dita.

Igualmente em português europeu, enunciados como os apresentados em (3) (“este caso cheira a esturro”; “tudo isto sabe a repetição”; “isso soa a exagero”) são interpretados como independentes da percepção sensorial. Na prática, estas construções, através de uma transposição de tipo metafórico, ligam percepção e cognição, o que lhes permite, assim, validar conhecimento a partir de indícios cognitivos.

Estes enunciados correspondem a expressões idiomáticas, habitualmente classificadas como de sentido figurado, que servem para apresentar explicações plausíveis, assumidas como tal pelo sujeito enunciador, que, assumindo um distanciamento em relação ao seu conteúdo, se escusa a validá-las como asserções estritas, modalizadas como certas. Assim, “este caso cheira a esturro” é interpretável como: “constato determinados fenómenos que eu conheço como recorrentes em casos de corrupção (por exemplo), o que me leva a pensar que é disso que aqui se trata”. O sujeito enunciador não se compromete com um valor epistémico de certeza, antes apresenta a sua conclusão como dependendo da percepção mais do que do raciocínio.

Expressões idiomáticas deste tipo, fazendo uso de verbos de percepção, são comuns em outras línguas, como, por exemplo, no inglês, no francês, no espanhol e no alemão, respetivamente:

- (31) a. Scientists **Smell** A Rat In Fraudulent Genetic Engineering Study (*Forbes*, 25/9/2012, URL: <<http://tiny.cc/qdzjzw>>)
- b. This Apple/Taiwan Semiconductor Rumor **Smells** Fishy (*Seeking Alpha*, 24/06/2013, URL: <<http://tiny.cc/w8zjzw>>)
- c. Why State’s pledge on jobs **sounds** hollow (*Standard Digital*, 20/06/2013, URL: <<http://tiny.cc/zubkzw>>)
- d. Why KSM’s Confession **Rings** False (*Time*, 15/03/2007, URL: <<http://tiny.cc/4nckzw>>)
- e. After WWII, A Letter Of Appreciation That Still **Rings** True (*NPR*, 27/05/2013, URL: <<http://tiny.cc/tzckzw>>)
- (32) a. Un alibi qui **sonne** faux (*Le Républicain Lorrain*, 28/06/2013, URL: <<http://tiny.cc/opyjzw>>)
- b. Des journalistes qui **sonnent** juste (*Le Parisien*, 09/05/2007, URL: <<http://tiny.cc/oxyjzw>>)

- c. Valéo : Une affaire qui **sent** la poudre (*Aujourd'hui le Maroc*, 22/04/2005, URL: <<http://tiny.cc/82xjzw>>)
 - d. L'establishment bruxellois est secoué par une affaire qui **sent** la magouille à mille lieues. (*Digitalcongo.net*, 15/05/2008, URL: <<http://tiny.cc/ayfkzw>>)
- (33)
- a. Esto **huele** a chamusquina (*nuevatribuna.es*, 23/03/2013, URL: <<http://tiny.cc/0hdkzw>>)
 - b. “La transparencia hasta ahora **sonaba** a chino” (*Teleprograma*, URL: <<http://tiny.cc/mbekzw>>)
 - c. Alonso: «Esto **sabe** a victoria» (*Las Provincias*, 14/05/2012, URL: <<http://tiny.cc/eqekzw>>)
- (34)
- a. Das **rieht** nach Sendungsbewusstsein und Schlimmerem.
“Isso cheira a sentido de missão ou pior.”
 - b. Klar sei er ehrgeizig, sagt Friedrich, aber es käme nicht gut an, wenn man “drei Meter gegen den Wind nach Ambitionen **rieht**”.
“Claro que ele era ambicioso, diz Friedrich, mas não fica bem alguém “cheirar a ambição a três metros contra o vento”.”
 - c. Das **klint** nach Crash.
“Isso soa a *crash*.”
 - d. Er **klint** harmlos.
“Soa/parece inofensivo.”
 - e. Dabei sangen wir »Volare«, aber auch »Marmor, Stein und Eisen bricht« und spürten, dieses Europa **schmeckt** wunderbar.
“Então cantámos “Volare”, mas também “Marmor, Stein und Eisen bricht”, e sentimos que esta Europa sabe muito bem.”²⁹

A relação entre percepção e cognição não é, porém, exclusiva deste tipo de expressões idiomáticas: de acordo com Whitt (2011: 351, citando Traugott), uma das tendências gerais da mudança semântica é a de que formas linguísticas que descrevem situações externas tendem, diacronicamente, a assumir significados que exprimem situações internas (cognitivas, avaliativas, perceptivas). Assim, é comum, em diferentes línguas, os verbos de percepção visual terem alargado o seu significado de modo a abarcarem a experiência cognitiva. Também Sweetser (1990: 28-29) faz notar, no seguimento de Kurath, que é frequente, nas línguas indo-europeias, as palavras que

²⁹ Fonte: textos do jornal *Die Zeit*, facultados pelo projeto *Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache* (DWDS), URL: <<http://www.dwds.de/>> (consult. 11/10/2011).

designam emoções serem derivadas de palavras que referem ações físicas, sensações ou mesmo órgãos do corpo, o que está de acordo com a tendência geral de a mudança semântica se efetuar do concreto para o abstrato.

Assim, os domínios da percepção e da cognição estabelecem relações estreitas, sendo comum, em diversas línguas, os verbos de percepção significarem, igualmente, apreensão cognitiva, intuição, sentimentos. Isto sucede, sobretudo, com verbos como *ver*, *parecer*, *sentir* e seus homólogos. Vejam-se os seguintes exemplos, do português europeu, do espanhol, do francês, do inglês e do alemão, respetivamente:

- (35) a. **Vejo** que me enganei a teu respeito.
b. **Parece** que me enganei a teu respeito.
c. **Sinto** que me enganei a teu respeito.
d. **Sinto** muito (pela tua perda).
- (36) a. **Veo** que la economía mundial está mejorando. (*La Tercera*, 30/06/2013, URL: <<http://tiny.cc/0cijzw>>)
b. **Parece** que tienes activado un cortafuegos. (Microsoft)
c. Viane **sintió** que Cardona le dejaba ‘solo ante los lobos’ (*Diario de Ibiza*, 12/04/2013, URL: <<http://tiny.cc/c6sjzw>>)
d. Si llegara a morirse, lo **sentirían**, claro. (Verbeke, 2011: 19)
e. Lo **siento**, no hablo alemán. (Verbeke, 2011: 68)
- (37) a. Je **vois** que vous êtes d’un avis différent.
b. Maintenant, je **vois** que je me suis trompé.
c. Il **paraît** qu’on va doubler les impôts.³⁰
d. Il **semble** que quelqu’un d’autre utilise votre compte. (Microsoft)
e. Je **sens** que je vais me fâcher. (Franckel, 2004: 108)
- (38) a. I **see** (that) the social club is organizing a theatre trip next month.
b. I was surprised that they couldn’t **see** my point of view.
c. I **feel** (that) I should be doing more to help her.
d. I **feel** certain I’m right.³¹

³⁰ Fontes: *Dictionnaire de Français Larousse*, URL: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais-monolingue>> (consult. 30/06/2013); *Le Petit Robert 1* (1986).

- e. It **looks** like you're writing a letter. Would you like help? (Microsoft)
- (39) a. **Siehst** du nun, dass ich doch recht hatte?
 “Vês agora que eu tinha razão?”
- b. Die Ironie hat, wie man **sieht**, in der Moderne ihr ganz eigenes, freiheitstrunkenes Pathos.
 “A ironia, como vemos, tem nos Modernos o seu próprio *pathos* ébrio de liberdade.”
- c. Er **fühlte** die Zeit herannahen, da ...
 “Ele sentiu que se aproximava o momento ...”³²

O modo como se articulam os diferentes sentidos de uma forma linguística é explicado, no âmbito da teoria das operações predicativas e enunciativas, em termos de invariância e plasticidade. Neste quadro teórico, a variação semântica de uma unidade lexical é redutível a uma invariância de funcionamento que permite uma plasticidade que decorre da interação com outros valores subjacentes aos enunciados. Essa invariância define uma “forma esquemática” que é responsável pela identidade da unidade lexical, dando conta tanto da sua singularidade como da regularidade de cada emprego. De acordo com Franckel (2004: 104):

La caractérisation d'une unité lexicale en termes de *forme schématique* vise à établir l'identité de cette unité à travers sa variation sémantique. Il s'agit de définir cette identité non par une valeur centrale, dont toutes les autres pourraient être dérivées, mais comme un *potentiel* dont les différents emplois de l'unité sont autant d'actualisations. Ces actualisations s'effectuent à travers les *interactions* de l'unité avec les différents types d'environnement que constituent ces emplois.

Centrando-se na análise do verbo *sentir*, em francês, este autor caracteriza-o com base nas noções de percepção (olfativa, tátil e gustativa, mas não visual ou auditiva) e de intuição (Franckel, 2004: 107). Como elemento invariante, “*sentir* établit une dissociation entre l'*existence* de quelque chose d'un côté, et celle d'une représentation que ce quelque chose déclenche et qui s'impose au sujet, d'un autre côté” (Franckel,

³¹ Fonte: *British English Dictionary – Cambridge Dictionary Online*, URL: <<http://dictionary.cambridge.org/>> (consult. 30/06/2013).

³² Fonte: *DWDS – Das Digitale Wörterbuch der deutschen Sprache*, URL: <<http://www.dwds.de/>> (consult. 30/06/2013).

2004: 109). Assim, Franckel avança, para o verbo *sentir*, a seguinte forma esquemática: “*Sentir* prédique l’existence pour un sujet (S) de quelque chose (E) qu’il spécifie comme le déclencheur (d) d’une représentation (P) dont il devient le site” (Franckel, 2004: 109).

É este conceito de invariância que vai permitir compreender as diferentes aceções dos verbos de percepção sensorial, em português, das quais vou destacar o uso inferencial.

IV.2. A expressão verbal da percepção sensorial em português europeu

Os estudos sobre os verbos de percepção do inglês, detalhados na secção sobre tipologias destes verbos, servem de ponto de partida para a análise da expressão verbal da percepção em português. À semelhança do inglês, o português possui verbos diferentes para exprimir as diversas “modalidades sensoriais” e vários desses verbos podem ser usados com valor mediativo.

Os seguintes grupos de exemplos ilustram o uso dos verbos de percepção no português europeu. Estão organizados segundo os cinco sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato, as “modalidades sensoriais” de Viberg) e, dentro deles, segundo as subclasses propostas por Whitt: verbos de percepção orientados para o sujeito (transitivos), com valor agentivo, alínea (a), e de tipo experiencial, em (b); verbos de percepção orientados para o objeto (intransitivos), exprimindo uma avaliação qualitativa, ou uma descrição de propriedade, em (c), e uma inferência, em (d):

- (40) a. O João olhou a Maria (de lado)³³.
a'. O João olhou para a Maria.
b. O João viu a Maria.
c. (Pela primeira vez) a Maria esteve bonita.
c'. A Maria estava bonita.
d. (Mais uma vez) a Maria pareceu(-lhe) estranha.
d'. A Maria parecia estranha.

³³ Nestes grupos de exemplos, as sequências entre parênteses são assumidas como opcionais.

- (41) a. O João escutou o que a Maria disse.
 a'. O João ouviu (com atenção) o que a Maria disse.
 b. O João ouviu (acidentalmente) o que a Maria disse.
 c. A Maria soou desafinada.
 d. A Maria soou cansada.
- (42) a. O João tocou no casaco (para ver se era macio).
 a'. O João apalpou o casaco (para ver se lá estava a carteira).
 b. O João sentiu qualquer coisa no bolso.
 c. O casaco era macio.
 c'. O casaco tinha um toque macio.
 d. O casaco pareceu-lhe caro (pelo toque).
- (43) a. O João provou o bolo (para ver se estava bom).
 a'. O João saboreou o bolo.
 b. O João sentiu o sabor do veneno.
 c. O bolo soube-lhe a laranja.
 d. O veneno soube-lhe a crime premeditado.
- (44) a. O João cheirou o casaco da Maria.
 b. O João sentiu o cheiro do casaco da Maria.
 c. O casaco da Maria cheirou-lhe a naftalina.
 d. O casaco da Maria cheirou-lhe a fortuna antiga.

A partir da leitura destes exemplos, constata-se que, apesar de o português europeu possuir verbos diferentes para a expressão dos cinco sentidos, nem todas as quatro subclasses de Whitt são realizadas lexicalmente por um verbo de percepção, em todas as modalidades sensoriais: alguns casos fazem uso de estruturas predicativas com verbos copulativos, como *ser* e *estar* (cf. (40c), (40c'), (42c)), ou ainda de construções possessivas, com o verbo *ter* (cf. (42c')).

Olhando para a expressão de cada uma das “modalidades sensoriais”, constata-se que, em relação à percepção visual³⁴, o português europeu mantém uma distinção lexical

³⁴ O português europeu possui vários outros verbos que remetem para o sentido da visão, entre os quais *avistar*, *enxergar*, *observar*, *fitar*, *contemplar*, *mirar* e *encarar*. Estes verbos, que não foram abordados neste trabalho, não têm, necessariamente, as mesmas leituras que os verbos em análise e possuem,

entre a orientação para o sujeito de tipo agentivo e de tipo experiencial, a que correspondem, respetivamente, os verbos *olhar* e *ver*. Estes verbos são, aspetualmente, não marcados. Quero com isto dizer que aceitam facilmente manipulações aspetuais, podendo codificar situações estativas e não estativas. Note-se, porém, que a atelicidade inerente a estes verbos torna mais difícil a codificação de eventos:

- (45) a. O João olhou para a Maria.
b. O João olhou para a Maria, mas desviou imediatamente os olhos.
c. O João olhou para a Maria durante toda a aula.
d. O João já parou de olhar para a Maria.
e. O João olha, permanentemente, para a Maria.
f. O João está sempre a olhar para a Maria.
g. O João já deixou de olhar para a Maria.
- (46) a. O João olhou a Maria de lado.
b. O João olhou a Maria de lado, durante toda a conversa.
c. O João esteve a olhar a Maria de lado, durante toda a conversa.
d. O João olha a Maria de lado.

A orientação para o objeto, exprimindo uma inferência, é dada pelo verbo *parecer*; a expressão de uma avaliação qualitativa (correspondente à estrutura atributária, de Gisborne, ou à descrição de propriedade, de Whitt) não tem, no caso da percepção visual, correspondência com qualquer item lexical, sendo expressa por construções várias, entre outros, com os verbos *ser* e *estar*.

No que diz respeito à percepção auditiva³⁵, o português mantém uma distinção lexical entre a orientação para o sujeito de tipo agentivo e de tipo experiencial, a que correspondem, respetivamente, os verbos *escutar* e *ouvir*. Porém, esta dicotomia é, atualmente, pouco produtiva na variante europeia. No português europeu, o verbo *ouvir* é utilizado, indiferentemente, na presença ou na ausência de intencionalidade, quer esta seja marcada por meios adicionais, ou não:

certamente, diferentes propriedades semânticas e até mesmo sintáticas. Os verbos selecionados para análise são os que considero de uso mais frequente e, simultaneamente, menos marcados. Esta nota é válida para os restantes verbos de percepção e opções que presidiram à sua seleção.

³⁵ Outro verbo que, no português europeu, remete para a percepção auditiva, em contextos mais específicos (médico, empresarial), é *auscultar*.

- (47) a. Não quero ouvir mais nada!
b. Estás a ouvir o que te estou a dizer?
c. Ouviste (bem) o que eu te disse?
d. Se não queres ouvir, não oiças.
e. Oiçam agora com atenção.
f. Oiçam todos!
g. Querem fazer o favor de ouvir?

A orientação para o objeto é dada por um item lexical diferente, que aceita facilmente manipulações aspetuais:

- (48) a. (Assim que subiu de tom) a Maria soou a cana rachada.
b. A Maria soa a cana rachada.
c. A Maria soava a cana rachada.

A variedade lexical na expressão verbal da visão e da audição confirma a observação de Viberg sobre os verbos que exprimem “modalidades sensoriais” mais elevadas na hierarquia: relembro que, segundo este autor, os verbos que exprimem “modalidades sensoriais” mais elevadas têm uma frequência de uso maior, um maior grau de polissemia e são lexicalmente mais variados do que os verbos das “modalidades sensoriais” mais baixas.

No que diz respeito à percepção tátil, o português europeu apenas possui itens lexicais diferenciados para a orientação para o sujeito, sendo a marcação da intencionalidade lexicalmente a mais produtiva³⁶. A orientação para o objeto, tal como acontece com a percepção visual, é expressa por construções várias, entre outros, com os verbos *ser*, *estar* e *parecer*. Da mesma forma, o carácter tátil do processo é dado pelo adjetivo ou por uma forma nominal morfologicamente relacionada com o verbo de percepção, como *toque*, que especifique o tipo de percepção em causa.

Quanto à percepção gustativa, o português europeu dispõe de dois verbos orientados para o sujeito, com a propriedade de intencionalidade – *provar* e *saborear*, o

³⁶ Outros verbos possíveis são *tatear* e *palpar*, ou ainda *mexer*, como em: “O João mexeu no casaco com as mãos sujas”. Note-se que o verbo *tocar* não tem, necessariamente, a propriedade de intencionalidade, como é o caso em: “O João tocou acidentalmente na jarra e ela caiu e partiu-se”.

primeiro, denotando meramente a intencionalidade da experiência³⁷, o segundo, acentuando o prazer obtido – e de outro orientado para o objeto (*saber*). A orientação para o sujeito, sem intencionalidade, faz uso do verbo *sentir*, ou ainda *aperceber-se de* ou *notar*:

- (49)
- a. O João sentiu o sabor do veneno na bebida.
 - b. O João sentiu um travo amargo na boca.
 - c. O João apercebeu-se de um ligeiro sabor a laranja no bolo.
 - d. O João notou um sabor a azedo na sopa.
 - e. O João notou que a sopa estava azeda.

A percepção olfativa dispõe de um único verbo, *cheirar*³⁸, que, quando orientado para o sujeito, marca intencionalidade. Tal como para a percepção gustativa, a orientação para o sujeito, sem intencionalidade, faz uso do verbo *sentir*, ou *notar* ou *aperceber-se de*:

- (50)
- a. O João sentiu um cheirinho a café que vinha da cozinha.
 - b. O João apercebeu-se de um ligeiro aroma a sândalo no perfume.
 - c. O João notou um cheiro mau em casa.

Note-se que, no que diz respeito ao verbo *saber* e ao verbo *cheirar*, quando orientados para o objeto, a localização das ocorrências em relação a um momento temporal pontual é mais aceitável quando dotada de uma localização subjetiva: “o bolo soube a laranja” ou “o casaco cheirou a naftalina” são menos aceitáveis que “o bolo soube-me a laranja” e “o casaco cheirou-me a naftalina”.

Quanto ao verbo *sentir*, é possível afirmar que este é um marcador genérico³⁹ de percepção não intencional, orientada para o sujeito, que pode codificar qualquer sentido perceptivo que não disponha de um item lexical específico para o efeito (como o tato, o paladar e o olfato). Em contextos não marcados, é diretamente associado ao tato; a descodificação como percepção gustativa ou olfativa necessita de uma especificação

³⁷ Também se pode provar roupa.

³⁸ Também *farejar*, com sujeitos não humanos ou em usos figurados, e *feder*, como “cheirar mal”.

³⁹ O que, de acordo com Sweetser (1990: 35-36), é comum nas línguas indo-europeias: “In all Indo-European languages, the verb meaning “feel” in the sense of tactile sensation is the same as the verb indicating general sensory perception (...).”

adicional. Estas constatações são corroboradas por Valentim (2002: 509)⁴⁰. Vejam-se os exemplos:

- (51)
- a. A Branca de Neve sentiu qualquer coisa (uma dor, uma comichão, uma pulga a passear na perna, *um sabor estranho, ?um cheiro estranho).
 - b. A Branca de Neve sentiu qualquer coisa na maçã (um alto, uma rugosidade, ?um sabor estranho, ?um cheiro esquisito).
 - c. A Branca de Neve sentiu um sabor estranho na maçã.
 - d. A Branca de Neve sentiu um cheiro estranho em casa.

Sintetizando o que foi visto sobre a expressão da percepção sensorial em português europeu, e, em particular, sobre os verbos que ocorrem em construções intransitivas (orientados para o objeto, na terminologia de Whitt), esta primeira análise mostrou que existem quatro verbos que codificam raciocínios inferenciais: *parecer*, *soar*, *saber* e *cheirar*. O primeiro é inerentemente inferencial, porque entendido como o processo de derivar uma interpretação a partir de sinais ou indícios visuais; os restantes são, basicamente, verbos de percepção que, em virtude da possibilidade de extensão semântica para o domínio da cognição, permitem a construção de inferências.

Pelo facto de permitirem a relação entre percepção e cognição através de transposição metafórica, nas expressões idiomáticas já referidas, selecionei como caso de estudo os verbos *cheirar*, *saber* e *soar*, de forma a poder analisar os valores inferenciais em causa e o modo como é codificada a distância entre o sujeito enunciador e o conteúdo do enunciado. A relação que estes verbos, nestas construções, mantêm com o verbo *parecer*, com o qual acontece coocorrerem, é um fator importante a ter em conta na análise dos valores de subjetividade envolvidos.

⁴⁰ Estas constatações aproximam-se, igualmente, do que Franckel (2004: 107) descreve para o verbo *sentir*, em francês, como já referido acima.

IV.3. Os verbos *cheirar*, *saber* e *soar* como marcadores de valores inferenciais: um estudo de caso

IV.3.1. *Visão global dos dados*

Para uma análise mais completa destas construções, julguei importante fazer uma pesquisa em *corpora*, com vista a basear o estudo numa análise exaustiva de ocorrências atestadas (cf. Oliveira, T., 2011b). Utilizei a coleção CHAVE⁴¹, que disponibiliza os textos integrais das edições completas dos jornais *Público* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil), dos anos de 1994 e 1995 (um total de 123.936.528 unidades, 99.355.321 palavras). O facto de poder dispor dos textos completos foi decisivo na escolha desta coleção, na medida em que, em grande parte das ocorrências, os indícios que permitem a construção da inferência estão distribuídos ao longo do texto. Além disso, e apesar de este estudo se centrar no português europeu, poder dispor de textos portugueses e brasileiros permitiu comparar a frequência e o funcionamento das construções em análise em ambas as variantes do português.

A procura foi feita com vista a obter concordâncias em contexto de formas de 3.^a pessoa do presente do indicativo dos verbos em análise. Com a restrição à 3.^a pessoa, pretendi obter as ocorrências intransitivas (ou orientadas para o objeto) dos verbos. Esta restrição não foi suficiente para excluir todas as ocorrências em estruturas transitivas, algumas das quais foram consideradas na análise, em virtude de se mostrarem relevantes para este estudo, como será descrito mais à frente.

Com a restrição ao presente do indicativo, procurei limitar os resultados e as variáveis a analisar. A utilização de um único tempo verbal teve como finalidade neutralizar possíveis variações aspetuais. O presente do indicativo é o tempo mais habitual neste tipo de construções, e aquele com que a busca no *corpus* se mostrou mais profícua.

No que diz respeito ao verbo *saber*, que é hoje predominantemente usado como verbo cognitivo (sobretudo em contexto jornalístico, como é o caso dos textos que

⁴¹ Coleção compilada pela Linguateca (URL: <<http://www.linguateca.pt>>), no quadro do CLEF (URL: <<http://www.clef-campaign.org>>).

constituem o *corpus*), tentei limitar as buscas de forma a encontrar o máximo possível de ocorrências como verbo de percepção, pelo que procurei formas de 3.^a pessoa do presente do indicativo seguidas de *a*, *bem* e *mal*, combinadas com pronomes enclíticos de caso dativo. Estas opções de busca foram tomadas tendo em conta a observação empírica do funcionamento deste verbo, assim como uma análise preliminar dos resultados da pesquisa do lema “saber”.

A busca propriamente dita, devido às características do *corpus* e às formas de pesquisa permitidas, desenrolou-se em várias etapas, tendo de ser tidos em consideração a diferenciação entre maiúsculas e minúsculas e o efeito da presença de pronomes enclíticos de caso dativo. Os resultados apresentados referem-se à soma dos totais das várias buscas efetuadas.

As tabelas 5, 6 e 7 mostram os dados obtidos nas buscas e a sua distribuição quantitativa, com base numa primeira classificação semântica. As letras I e T são usadas, nas tabelas, para identificar as estruturas sintáticas em que as ocorrências surgem, respetivamente, intransitivas e transitivas. Com a expressão “percepção cognitiva”, pretendo significar, genericamente, todas as ocorrências que não se referem estritamente a produção ou percepção de estímulos sensoriais, e que, na prática, são as que constituem o objeto de análise.

A. Ocorrências totais do lema/formas do verbo “cheirar”	823
B. Ocorrências de 3. ^a pessoa do presente do indicativo	371 (45,1 % de A)
<ul style="list-style-type: none"> – <i>Folha de São Paulo</i> (FSP): 80 (21,6 % de B) – <i>Público</i> (P): 291 (78,4 % de B) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção sensorial (43 FSP + 140 P) <ul style="list-style-type: none"> – “Exalar cheiro” (I): 140 (17 FSP + 123 P) – “Exercer o sentido do olfato” (T): 17 (6 FSP + 11 P) – “Aspirar droga” (T): 26 (20 FSP + 6 P) 	183 (49,3 % de B)
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção cognitiva (37 FSP + 151 P) <ul style="list-style-type: none"> – “Dar indícios, parecer” (I): 183 (35 FSP + 148 P) – “Intuir” (T): 5 (2 FSP + 3 P) 	188 (50,7 % de B)

Tabela 5. Verbo *cheirar* – distribuição de ocorrências

A. Ocorrências totais do lema/formas do verbo “saber”	75579
B. Ocorrências de 3. ^a pessoa do presente do indicativo	22913 (30,3 % de A)
C. Ocorrências de 3. ^a pessoa do presente do indic. + “a”, “bem”, “mal”	707 (3,1 % de B)
<ul style="list-style-type: none"> – FSP: 216 (30,6 % de B) – P: 491 (69,4 % de B) 	
D. Ocorrências como verbo de percepção (I) (1 FSP + 113 P)	114 (16,1% de C)
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção sensorial <ul style="list-style-type: none"> – “Ter sabor”: 24 (1 FSP + 23 P) 	24 (21,1 % de D)
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção cognitiva (90 P) <ul style="list-style-type: none"> – “Ser agradável/desagradável”: 37 – “Ser insuficiente”: 38 – “Dar indícios, parecer”: 15 	90 (78,9 % de D)

Tabela 6. Verbo *saber* – distribuição de ocorrências

A. Ocorrências totais do lema/formas do verbo “soar”	2129
B. Ocorrências de 3. ^a pessoa do presente do indicativo	936 (44,0 % de A)
<ul style="list-style-type: none"> – FSP: 468 (50,0 % de B) – P: 468 (50,0 % de B) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção sensorial (197 FSP + 310 P) <ul style="list-style-type: none"> – “Ouvir-se, fazer-se ouvir” (I): 65 (16 FSP + 49 P) – “Produzir som” (T): 5 (5 FSP) – “Ter um som com determinada característica” (I): 437 (176 FSP + 261 P) 	507 (54,2 % de B)
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrências de percepção cognitiva (I) (271 FSP + 158 P) <ul style="list-style-type: none"> – “Ser agradável/desagradável”: 28 (9 FSP + 19 P) – “Parecer”: 401 (262 FSP + 139 P) 	429 (45,8 % de B)

Tabela 7. Verbo *soar* – distribuição de ocorrências

IV.3.2. Delimitação dos casos de estudo

Concretamente, e em relação ao verbo *cheirar*, classifiquei como ocorrências de percepção sensorial quer as estruturas transitivas (ocorrências do verbo orientado para o sujeito) quer as estruturas intransitivas (orientado para o objeto) que se referem ao uso do sentido do olfato (ou do nariz), como por exemplo:

- (52) Quando pára, ao pé das mulheres e crianças que vendem gasolina em garrações à beira da estrada, **cheira** sempre e leva um pouco do líquido à boca, para provar, antes de o deitar no depósito. (P950719-054)⁴²
- (53) A gente **cheira** cola não no pensamento de roubar; a gente cheira porque gosta: eu gosto de abusar. (P940207-078)
- (54) a. O lixo **cheira** mal, já se sabe, e quando está em decomposição cheira ainda pior. (P951104-077)
- b. Apesar de haver lugar, acabamos por viajar de pé, pois o assento está molhado e a napa **cheira** a podre. (P941102-099)

Classifiquei como ocorrências de percepção cognitiva as estruturas transitivas e intransitivas que, não se referindo ao sentido do olfato, fazem uso do verbo para validar intuição ou conhecimento, como:

- (55) Mas quando um dos dois, ali perto da grande área, **cheira** a possibilidade do golo, o Brasil volta a ser o Brasil. (P940714-012)
- (56) a. O assunto já **cheira** mal. (P951114-010)
- b. Porque é que estas coisas **cheiram** a esturro? (P940515-085)

Quanto ao verbo *saber*, classifiquei como ocorrências de percepção sensorial as que se referem estritamente ao sentido do paladar, como:

⁴² O código P950719-054 refere-se ao número do documento, que identifica o texto no *corpus* CHAVE. Contém o nome do jornal (*Público*), a data da edição (950719, ou seja, 19 de julho de 1995) e o número atribuído ao texto (54). Este código encontra-se também no *corpus* na sua variante mais longa: PUBLICO-19950719-054.

- (57) a. Para nós, comida sem picante não **sabe** a nada, explica Mateus. (P951118-133)
- b. Os que têm possibilidade compram água engarrafada, os outros vão experimentando a água da torneira, porque a dos depósitos **sabe** mal e é morna, o que faz reacear um surto patogénico. (P940814-040)

Classifiquei como ocorrências de percepção cognitiva as que codificam uma avaliação qualitativa, não dependente da percepção gustativa, e as que enquadram um raciocínio inferencial:

- (58) a. Na era da normalização, **sabe** bem ouvir uma orquestra que não soa como as outras. (P951224-006)
- b. **Sabe**-me muito mal o que se está a passar no São Carlos e a crise não é nada boa para a imagem do Teatro no meio artístico internacional. (P950810-001)
- c. É verdade que conquistámos a democracia política e nos libertámos de uma guerra injusta e sem saída, mas isto, que já foi muito, **sabe** a pouco para aquilo que sonhámos. (P950606-103)
- (59) a. Em Madredeus, a generalidade da música **sabe** a já conhecido; o ouvinte é convidado a reconhecer e é esta, na minha opinião, a maior virtude de Madredeus: viver na fronteira entre o bonito e o banal sem nunca cair definitivamente para aqui; fazer aquelas músicas acompanhadas à guitarra e à viola seria entregá-las ao fado pouco inspirado. (P951205-129)
- b. Nos Mundiais de Estugarda (14 a 22/8) Manuela Machado obtém uma medalha de prata que **sabe** a ouro na maratona: 2h30m54s. (P940104-012)

As ocorrências do primeiro grupo de exemplos são parafraseáveis por construções com o verbo *ser*, respetivamente, “é agradável”, “é(-me) desagradável” (ou “desagrada-me”) e “é insuficiente”, enquanto as do segundo grupo poderiam fazer uso do verbo *parecer*.

Para efeitos da análise aqui levada a cabo, serão considerados apenas os casos que enquadram um raciocínio inferencial, como em (59), visto que a avaliação qualitativa, tipificada em (58), não codifica uma distância do sujeito enunciador em relação aos enunciados produzidos.

Quanto ao verbo *soar*, classifiquei como ocorrências de percepção sensorial as que se referem estritamente à percepção ou à produção de estímulos auditivos, como:

- (60) a. De repente, **soam** tiros. (P950718-169)
- b. **Soam** as bandas de música nas nossas praças por determinação do director de corrida, perdendo-se assim o sabor e a espontaneidade de tocarem a pedido do público e por decisão do maestro, como é norma em Espanha. (P941023-067)
- (61) Se, porém, outros Estados mais sabidamente dados a fraudes não **soam** o alarme, o caso do Estado do Rio serve para realçar a necessidade de que os métodos de votação e apuração sejam objeto, desde já, de revisão completa. (FSP941012-013)

O tipo de ocorrências como o ilustrado em (61) só foi encontrado na *Folha de São Paulo* e sempre com valor metafórico. Apesar do valor metafórico, classifiquei-as com as ocorrências de percepção sensorial, porque o seu sentido literal envolve produção de um som a ser percebido por outros e não a percepção mesma desse som. Note-se que “soam tiros” é parafraseável por “ouvem-se tiros”, enquanto “soam as bandas de música” e “outros Estados não soam o alarme” são parafraseáveis por construções com o verbo *tocar*: “tocam as bandas de música (por determinação do director de corrida)” e “outros Estados não tocam o alarme”.

Classifiquei como ocorrências de percepção cognitiva as que codificam uma avaliação qualitativa, não dependente da percepção auditiva (62), e as que enquadram um raciocínio inferencial (63):

- (62) a. A tese **soa** bem aos ouvidos da diplomacia portuguesa, que só tem a ganhar com um maior envolvimento da ONU na questão de Timor. (P941116-159)
- b. A qualidade não se consegue através de palavras bonitas, que **soam** bem a quem as diz e mal a quem sabe não corresponderem à realidade. (P941205-067)
- (63) a. A sua indecisão, a propósito dos horários dos hipermercados, **soa** a falso, talvez a oportunismo. (P950528-076)
- b. **Soa** assim estranho que, este ano, Portugal se tivesse deixado dominar por uma histeria nunca vista [n]o que a tal assunto respeita. (P941014-004)

A análise do *corpus* revelou o verbo *soar* como um verbo semanticamente mais complexo que os anteriores. Com os verbos *cheirar* e *saber*, é relativamente clara a distinção entre ocorrências de percepção sensorial e de percepção cognitiva, devido, sobretudo, às características semânticas do objeto da percepção: veja-se a diferença entre

“o guisado cheira a esturro” e “esta história cheira a esturro”, ou entre “a água da torneira sabe mal” e “essa explicação sabe mal”. Já o verbo *soar* admite uma grande variedade de objetos de percepção, que podem ser do domínio cognitivo (como em “o dinamismo do ministro soa a falso”), do domínio musical (como em “a música soa bem ao ouvido”, ou “o seu primeiro disco soa por vezes bastante nostálgico”), mas também do domínio verbal, casos em que a avaliação pode incidir sobre o significante (64) ou sobre o significado (65):

- (64) a. Eventually deve ser eventualmente, até **soa** de uma maneira parecida. (P951101-102)
- b. P. – Mas porquê este título, que nem sequer tem muito que ver com a letra?
R. – É só porque são palavras que **soam** bem. (P950224-151)
- (65) a. A palavra que **soa** mais adequada foi proferida em Nova Iorque por Richard Dicker, responsável da associação Human Rights Watch/Asia: (...) (P951122-041)
- b. A frase **soa** a fatalismo, mas já a ouvimos utilizada em momentos de contentamento bem longe do triste fado de um resultado adverso. (P951205-014)

Assim, considereei como ocorrências de percepção cognitiva apenas os casos em que o objeto de percepção não tem realização sonora, ou, no caso de objetos verbais, as ocorrências em que a avaliação incide sobre o significado.

A tabela 8 sintetiza os tipos e a quantidade de ocorrências consideradas para análise.

Verbo	Aceção	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Público</i>	Total / verbo
<i>cheirar</i>	“Dar indícios, parecer” (I)	35	148	188
	“Intuir” (T)	2	3	
<i>saber</i>	“Dar indícios, parecer” (I)	0	15	15
<i>soar</i>	“Parecer” (I)	262	139	401
Total / variante		299	305	604

Tabela 8. Verbos *cheirar*, *saber* e *soar* – ocorrências para análise

Pode constatar-se a preferência pelo verbo *soar*, por parte da *Folha de São Paulo*, enquanto o *Público* usa, com peso semelhante, *cheirar* e *soar*, sendo pouco relevante a utilização de *saber*.

Outra constatação fundamental é que todas as ocorrências surgem em texto de opinião (maioritariamente) e cartas dos leitores. Aparentemente, o carácter metafórico destas construções e o facto de apresentarem conhecimento baseado em indícios tornam-nas pouco compatíveis com texto informativo.

IV.3.3. Tipos de construções

Prestando agora atenção à caracterização sintática das construções em análise, o funcionamento destes verbos é, regra geral, como foi já amplamente referido, de tipo intransitivo. As estruturas são predicativas, com o verbo a subcategorizar uma oração pequena ou um complemento oracional. Este é o tipo de construção mais comum em que surgem os verbos de percepção orientados para o objeto. Gisborne & Holmes (2007: 2) referem, a propósito destes verbos no inglês:

All of the verbs in this class end up as raising verbs, where they take a predicative complement and a subject, while failing to assign a semantic relation to their subject.

Esta é, de resto, a caracterização léxico-sintática avançada para o verbo *parecer*, no âmbito da Gramática Generativa (cf. Campos & Xavier, 1991: 202).

Assim, no tipo básico de construção, comum aos três verbos em estudo, o verbo subcategoriza uma oração pequena, cujo sujeito tem o papel temático Tema e cujo predicado é realizado por um sintagma preposicional (SP), com a preposição *a* como núcleo, regendo um sintagma nominal (SN):

- (66) a. **Cheira** a trifulhice por tudo quanto é lado. (P941230-152)
b. (...) Manuela Machado obtém uma medalha de prata que **sabe** a ouro (...) (P940104-012)
c. **Soa** tudo a utopia, (...) (P951009-104)

Neste tipo de construção, o verbo pode ainda subcategorizar um SP, regido pela preposição *a*, que atribui caso dativo a um argumento Experienciador:

- (67) a. O assunto **cheira** mal (a quem dele toma conhecimento).
b. O assunto **cheira**(-lhe) mal.
c. O assunto **cheira**(-lhe) a esturro.

No núcleo do SN, podem ocorrer nominais vários: nomes, pronomes ou expressões nominalizadas, com base em adjetivos (“esta história cheira a velho”, sem marcas de concordância com o sujeito) ou numerais (“cheira a 1985”), por exemplo.

Ainda no mesmo tipo de construção, *cheirar* e *soar* admitem também um advérbio como predicador da oração pequena; com *saber*, não foram encontrados casos destes com valor inferencial. Os advérbios usados são, regra geral, *mal*, com *cheirar*, e *bem* e *mal* com *soar*, e respetivas formas de graduação, como *melhor*, *pior*, *muito mal*, *muito bem*, *muito melhor*, etc.; há ainda uma ocorrência de *horrivelmente*, com o verbo *soar*. As frases são do tipo “esta história cheira mal” e “essa afirmação soa bem”.

Por seu lado, *cheirar* admite outros dois tipos de construção, ambos exigindo a realização do SP, regido pela preposição *a*, que atribui caso dativo a um argumento experienciador:

- (i) Um em que o predicado da oração pequena é um complemento oracional (SComp) finito com a conjunção *que* como núcleo, opcionalmente regido pela preposição *a*, sendo o sujeito expletivo. Note-se a possibilidade de nominalização do complemento oracional:

- (68) a. **Cheira**-lhe que os amigos se vão atrasar.
b. **Cheira**-lhe a que os amigos se vão atrasar.
c. **Cheira**-lhe a atraso.

- (ii) Outro que é uma construção fixa que consiste numa negação (“não me cheira”), que pode ser considerado uma elisão do anterior e cujo sentido será algo como: “não me cheira que vá resultar”.

Quanto a *soar*, admite também um sintagma adjetival (SA) como predicado da oração pequena (o adjetivo concordando em género e número com o sujeito) e

estruturas variadas introduzidas por *como*; registre-se, ainda, uma ocorrência de uma estrutura oracional finita, regida pela preposição *a*:

- (69) a. A frase **soa** estranha. (P940615-004)
b. Nomes que **soam** familiares. (P940526-132)
- (70) a. Estes avisos **soam** hoje como premonitórios. (P941019-055)
V + *como* + SA
b. Ao fim de dois dias, esta afirmação **soa**-nos como um lema. (P940720-137)
V + *como* + SN
c. (...) **soa** como se já o conhecêssemos desde o primeiro programa. (P950611-108)
V + *como* + *se* + SComp finito com o modo conjuntivo
- (71) Ao que me **soa**, MEC teve, em tempos, alguma graça em livros que escreveu e que não tive o privilégio de ler e num programa televisivo. (P941119-109)
V + Prep *a* + SComp finito

Na variante brasileira, no que diz respeito ao verbo *soar*, não foram encontradas ocorrências da preposição *a* seguida de adjetivo, mesmo que nominalizado (sem marcas de concordância com o sujeito): o adjetivo surge sempre como núcleo de um SA com a função de predicado, caso em que concorda em género e número com o sujeito. Também no caso dos nomes, a preposição parece ser opcional na variante brasileira: os dicionários registam as variantes: “o comentário soou(-lhe) (a) ironia”, “tudo ali soava (a) alegria”; no *corpus*, encontram-se ocorrências como: “o trabalho soa mais Morelenbaum”, “as 20 faixas soam puro rock and roll” (nestes casos, como verbo de percepção sensorial). Por este facto, a estrutura mais frequente no *corpus* é aquela em que este verbo subcategoriza uma oração pequena cujo predicado é realizado por um SA; a segunda, em frequência, é a estrutura *como* + SA.

A estrutura básica das construções em análise é, portanto, a predicativa. O número de variantes possíveis é diretamente proporcional à quantidade de ocorrências de cada verbo no *corpus*: *soar* e *cheirar* admitem várias possibilidades, enquanto *saber* se restringe à estrutura básica, exemplificada em (66b).

É de acrescentar que o verbo *cheirar* pode ainda ocorrer, com sentido de intuição, em construções transitivas diretas. O verbo projeta um SN com caso estrutural nominativo e papel temático Experienciador e subcategoriza um SN com caso acusativo e papel temático Tema:

- (72) a. A Maria **cheira** as mentiras do João à distância.
b. Ela **cheira**-as à distância.

Após esta primeira abordagem global dos dados e das configurações sintáticas em que os verbos em questão ocorrem, passo à análise dos tipos de ocorrências de cada um dos verbos.

IV.3.4. Tipos de ocorrências

IV.3.4.1. Verbo *cheirar*

O verbo *cheirar* é um verbo de percepção sensorial que surge frequentemente associado à construção inferencial do conhecimento. Porém, esta relação entre a percepção sensorial e a percepção cognitiva não se encontra regularmente referida nos dicionários, o que poderá sugerir que é menos consensual como verbo desencadeador da construção de valores mediativos.

Foram considerados quatro tipos de construções inferenciais, correspondentes às seguintes paráfrases e ordenados por frequência de ocorrência no *corpus*:

- (i) Causar determinada impressão; despertar certas suspeitas; ter aparência, semelhança; dar indícios; parecer; ex.: “cheira a esturro”;
- (ii) Ter um pressentimento ou uma ideia acerca de qualquer coisa com base apenas na intuição; calcular; ex.: “cheira-me que vai haver problemas”;
- (iii) Conseguir prever ou antever, geralmente baseando-se apenas na intuição; detetar; ex.: “um bom soldado cheira o perigo”;
- (iv) Supor que não dará bom resultado, ou não sairá bem; ex.: “não me cheira”.

As paráfrases utilizadas baseiam-se em definições encontradas nos diversos dicionários de língua portuguesa, portugueses e brasileiros, consultados e listados nas referências bibliográficas finais. As definições recolhidas foram agrupadas em função da sua proximidade semântica e das diferentes construções sintáticas em que ocorrem.

O funcionamento sintático e semântico das construções em análise é semelhante em ambas as variantes do português, europeia e brasileira.

O primeiro tipo é, claramente, o mais frequente no *corpus*, com 92,6 % do total de construções inferenciais (174 ocorrências, 35 da *Folha de São Paulo* e 139 do *Público*). As variantes admitidas por esta construção são incontáveis. Em comum, possuem o valor avaliativo negativo que habitualmente veiculam: “cheira mal”, “cheira a esturro”, “cheira a mofo”, mas também: “cheira a 1985”, “cheira a Chile”, “cheira a anticomunismo”, “cheira a censura”, “cheira a chatices antigas”, “cheira a chantagem melodramática”, “cheira a tacho”, etc.

A associação entre cheiro e sensações desagradáveis é analisada por Krifka (2010), que a opõe à conotação mais frequentemente positiva das referências gustativas, em línguas como o inglês e o alemão. Este autor refere outros estudos que apontam no mesmo sentido, no que diz respeito a uma diversidade de outras línguas, indo-europeias ou não.

Note-se, porém, que o valor negativo depende, principalmente, da conotação da expressão que segue o verbo ou do contexto em que a construção ocorre, mais do que do verbo em si. Se, por um lado, as construções com o verbo *cheirar* são mais frequentemente negativas do que as que usam os verbos *saber* e *soar*, por outro lado, o verbo *cheirar* também pode surgir em construções que veiculam um valor positivo, como em “cheira a feriado” e “cheira a verão”. Esta questão será retomada mais à frente.

Detenhamo-nos, a título de exemplo, sobre algumas ocorrências do primeiro tipo. A primeira, retirada do texto “História e jornalismo”, crítica de Torcato Sepúlveda ao livro *Memórias das Guerras Coloniais*, de João Paulo Guerra:

- (73) E se os governos de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano não saem limpos deste livro, também as contradições dos movimentos de libertação são enunciadas com frieza e às vezes com dureza. Adriano Moreira, Spínola e Costa Gomes não foram sempre os democratas que hoje afirmam ser? Pois

não. Mas a história pessoal e política de Agostinho Neto não **cheira** muito melhor, ele que não hesitou em empurrar violentamente do caminho para o poder gente honesta como Viriato da Cruz e Mário de Andrade. Para já não falar do sinuoso trajecto político de Jonas Savimbi... (P940530-101)

O autor faz uso da metáfora que associa ética e limpeza, ao afirmar que “os governos de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano não saem limpos deste livro”. De igual modo, o cheiro associado à falta de higiene é transposto para o percurso pessoal e político dos dois líderes africanos referidos, Agostinho Neto e Jonas Savimbi. A expressão “não cheira muito melhor” constitui uma lítotes, com o sentido de “cheira mal”. Os indícios da falta de ética encontram-se no seguimento: “ele que não hesitou em empurrar violentamente do caminho para o poder gente honesta como Viriato da Cruz e Mário de Andrade”; “[o] sinuoso trajecto político de Jonas Savimbi...”

Veja-se outra ocorrência, retirada do texto “Uma crónica séria”, de Ricardo França Jardim:

- (74) Pouco mal virá ao mundo em aceitar-se uma calculadora ou umas quantas esferográficas. Mas **cheira** a esturro quando todos os cardiologistas franceses são graciosamente equipados com faxes, a pretexto do lançamento de um novo hipertensor; ou, evocando motivos idênticos, uma multinacional norte-americana leva cinco mil especialistas de todo o mundo até às muralhas da China; ou, ainda, a empresa britânica que oferece bilhetes para a Ópera de Viena, estadas e transportes incluídos. (P940525-164)

Nesta crónica, o autor reflete sobre a corrupção, em particular a que medeia a relação da indústria farmacêutica com a classe médica. A expressão “cheira a esturro” surge no oitavo parágrafo, de forma perfeitamente contextualizada. Ao longo do texto, o leitor tinha já sido confrontado com diversas expressões que se podem enquadrar no campo lexical da vigarice, nomeadamente: “cunhas, compadrios, jogos de interesses, tráfico de influências”; “comprar consciências”; “abusos”; “amoralidade”; “vantagens”; “meia dúzia de lérias”; “prospectos bem esgalhados”. As ofertas referidas no excerto transcrito surgem na sequência dos “brindes promocionais” que o autor admite serem aceitáveis e inócuos, e contrastam, pela sua opulência, com calculadoras e esferográficas. E é nesse contraste que residem os mais fortes indícios de corrupção. A palavra *corrupção* nunca ocorre no texto, mas, até ao final, deparamo-nos com mais expressões que ilustram essa realidade, como: “comissões”; “brindes escalonados”; “induzindo-os a prescrever tal fármaco”; “interesses menos confessáveis”; “lucros

(indevidos)”; “buracos (evitáveis) de milhões no orçamento da Saúde”; “enormes abusos”. São igualmente descritas no texto as formas de que se reveste essa corrupção, além da insinuação final de que esses esquemas são amplamente utilizados, eventualmente, mesmo em Portugal (“Estamos a falar de França, não é?”).

Ainda outra ocorrência, retirada do texto “Quem sobe com o Tirsense?”, de José J. Mateus:

- (75) E é assim, enquanto o futebol não termina, o país respira de ansiedades e nem o Verão **cheira** a tranquilidade. (P940530-020)

Este é o último período de um texto que descreve a situação vivida na II Divisão de Honra de futebol. Segundo o autor, além da subida de divisão do Tirsense e da descida do Leixões, a uma jornada do fim, nada mais se sabia, o que deixaria muita gente inquieta, entre adeptos e agentes desportivos. O texto abre, exatamente, com as frases: “Emoção até ao fim. É assim a II Divisão de Honra”. E continua a dar conta da situação em que se encontram as várias equipas. A crónica é toda ela pontuada por expressões, de tipo diverso, que exprimem a incerteza reinante: “sabe-se apenas”; “desconhece-se”; “só depois das 18h45 da próxima quinta-feira é que se vai saber”; “Subam a terreiro os adivinhos, que ninguém acredita. Venham as previsões, que todos duvidam!”; “Aparentemente”; “poderá ser”; “no futebol o que é nem sempre parece”; “Dúvidas, muitas, sim, já que as certezas, agora, só os mais ferrenhos as têm”; “Depois nada se sabe. Também aqui, quase tudo por definir”; “poderá ver aniquilado este esforço final”; “E mesmo o Portimonense não pode descansar”. Do acumular destas incertezas pode-se inferir a falta de tranquilidade que caracteriza o presente dos envolvidos.

Quanto ao segundo tipo (“ter um pressentimento ou uma ideia acerca de qualquer coisa com base apenas na intuição; calcular”; ex.: “cheira-me que vai haver problemas”), existem sete construções no *corpus*, todas do jornal *Público*. O verbo *cheirar* subcategoriza um complemento oracional, preposicionado num dos casos encontrados. Veja-se, a título de exemplo, a seguinte ocorrência, num texto assinado por João Dias Miguel, sobre vigilantes em Lisboa, “A invasão privada das tarefas da polícia”:

- (76) Estes guardas-nocturnos podem, em caso de «molho», pedir imediatamente auxílio aos colegas pelo rádio, ensanduichar um automóvel em perseguição e movem-se muitas vezes pelo olfacto: «**cheira**-me que aquele está ali para nos arranjar alguma». (P950627-174)

Do terceiro tipo (“conseguir prever ou antever, geralmente baseando-se apenas na intuição; detetar”; ex: “um bom soldado cheira o perigo”), encontrei cinco ocorrências no *corpus*, duas da *Folha de São Paulo* e três do *Público*. Reconhece-se o sentido de “pressentir”, “prever”, no caso que se segue, retirado de um texto sobre futebol e o desempenho do Brasil no Campeonato Mundial, intitulado “Brasil, o finalista evidente”, assinado por Manuel Queiroz:

- (77) O Brasil joga cadenciado. Pega na bola, troca-a, de vez em quando explode – se puder ser em contra-ataque, bem ao jeito de Bebeto e Romário, tanto melhor. Mas quando um dos dois, ali perto da grande área, **cheira** a possibilidade do golo, o Brasil volta a ser o Brasil. Bonito, rápido, criativo. Como aos 26’, quando Romário recebeu a bola de Branco na zona frontal, esgueirou-se pelo meio dos centrais, «driblou» o guarda-redes e chutou suave, mas Bjorklund foi lá tirar a bola do risco e Mazinho, na recarga, ainda com a baliza aberta, atirou por alto. «Ainda estou a tentar saber de onde é que apareceu aquele defesa – a bola era de golo mesmo», diz Romário. (P940714-012)

É com base nas condições do jogo, nos resultados habitualmente obtidos com determinadas jogadas, que os jogadores conseguem antecipar a possibilidade de golo. A afirmação de Romário de que “a bola era de golo mesmo” reforça o sentido de previsão.

Note-se que neste tipo de construções, em que o verbo é orientado para o sujeito e este é diferente do sujeito enunciador, a previsão é construída pelo sujeito enunciador, que a projeta no sujeito do enunciado. A distância enunciativa é, pois, construída por S₀.

Do quarto tipo (“diz-se daquilo que se supõe que não dará bom resultado, ou não sairá bem”; ex.: “não me cheira”), encontrei duas ocorrências, ambas do jornal *Público*, uma das quais num texto de Dulce Neto, sobre Mário Leston Bandeira e a greve no ensino superior, intitulado “O teimoso do superior”:

- (78) «Não me **cheira**», disseram-lhe os sindicatos quando ele chegou com a ideia de criar uma acção de força no ensino superior. «Isto são coisas sérias, é para profissionais, para sindicalistas», objectaram. Mas o pendor paternalista não durou muito tempo e ele conseguiu o que queria: uma frente

unida de sindicatos e um movimento sem precedentes nas universidades e politécnicos. (P950722-204)

O significado do verbo *cheirar* oscila, neste exemplo, entre ambos os sentidos elencados: não agrada, porque se supõe que não dará bom resultado, ou não sairá bem.

IV.3.4.2. Verbo *saber*

O verbo *saber* é, dos três considerados, o mais recorrente no *corpus*, devido, sobretudo, à sua valência como verbo cognitivo (o que é claramente compreensível em virtude da constituição da coleção – maioritariamente texto jornalístico de tipo informativo). Porém, a sua ocorrência como verbo de percepção é quase insignificante (menos de 1 %), face ao total de ocorrências de formas do verbo. *Saber* surge como verbo de percepção gustativa apenas em português europeu; a única ocorrência na *Folha de São Paulo* diz respeito a uma citação de um autor do século XIX.

Como verbo de percepção sensorial relacionado metaforicamente com a construção inferencial do conhecimento, *saber* tem a aceção de “dar a ideia de; lembrar; recordar” (como em “este caso sabe a uma história parecida”) e conta apenas com 15 ocorrências no *corpus*. Destas, nove têm um nome como núcleo da oração pequena e seis um adjetivo nominalizado; o Experienciador surge expresso em dois dos casos.

Veja-se, a título de exemplo, a seguinte ocorrência, dum texto da secção de Desporto, intitulado “Recordes e factos”:

- (79) Nos Mundiais de Estugarda (14 a 22/8) Manuela Machado obtém uma medalha de prata que **sabe** a ouro na maratona: 2h30m54s. (P940104-012)

E outra, dum texto de Ana Sá Lopes, intitulado “Perante isto, Costa Freire é um aprendiz”:

- (80) O PS deu os parabéns, mas reclamou que os socialistas europeus tinham dado «uma forcinha» para a chegada dos milhões a Portugal. O PCP foi cáustico: «As intervenções de Valente de Oliveira e as sucessivas conferências de imprensa **sabem** a reprise. O governo já anunciou várias vezes os mesmos milhões e o mesmo PDR (Plano de Desenvolvimento

Regional). É a terceira vez que o sr. ministro vem ao plenário anunciar exactamente o mesmo», ironizou o comunista Lino de Carvalho. (P940303-115)

A forma como as inferências são construídas nestes casos será analisada em detalhe, mais à frente.

IV.3.4.3. Verbo *soar*

Como verbo de percepção sensorial orientado para o objeto, *soar* ocorre nas seguintes aceções:

- (i) Ter semelhança com; parecer-se; significar; indicar; ex.: “o comentário soou(-lhe) a ironia/como um insulto”; “esta história soa(-me) a invenção/a falso”;
- (ii) Dar sinal ou indício de; mostrar por certos sinais; ex.: “tudo ali soava a alegria”;
- (iii) Agradar a; inspirar confiança a alguém ou alguma coisa; causar prazer, satisfação; produzir boa impressão, simpatia; interessar; ter bom acolhimento (mas também: desagradar; produzir má impressão⁴³); ex.: “a proposta soou(-me) bem”; “essa palavra soa mal a muita gente”.

Veja-se, a título de exemplo, esta ocorrência, numa crítica de cinema, sobre o filme *Gilbert Grape*, intitulada “O doce sabor da memória” e assinada por Mário Jorge Torres:

- (81) a. O facto de lhe não terem dado o Óscar de melhor secundário que, por muito menos, deram à menina de “O Piano”, **soa** por isso a clamorosa injustiça. (P940629-115)

Ou ainda este outro exemplo, do português brasileiro, retirada de um texto intitulado “MIS apresenta, a partir de hoje, a mais completa retrospectiva do cineasta alemão já realizada no Brasil”, assinado por Bernardo Carvalho:

⁴³ A produção de uma sensação disfórica, apesar de ser comum e de contar com doze ocorrências no *corpus*, não é acolhida pelas definições dos dicionários consultados.

- (82) O principal problema de Wenders foi acabar privilegiando o lado discursivo dessa condenação da proliferação e do comércio das imagens (que **soa** inevitavelmente falso, visto o fascínio simultâneo do cineasta por esse mundo) em detrimento de um cinema mais descritivo, onde as mensagens eram menos claras (e, portanto, menos primárias), que o havia consagrado. (FSP940316-160)

Apesar de serem idiomáticas e baseadas numa transposição metafórica, as construções em análise apresentam a informação como construída com base num raciocínio inferencial que se enquadra nos tipos canónicos, como se verá no próximo ponto.

IV.3.5. Tipos de inferências

As inferências encontradas são, basicamente, de tipo dedutivo ou abduutivo.

Os exemplos (75), (76) e (79), aqui retomados e renumerados, ilustram o raciocínio dedutivo por *modus ponens*:

- (83) a. E é assim, enquanto o futebol não termina, o país respira de ansiedades e nem o Verão **cheira** a tranquilidade.
- b. $p \rightarrow q$ (onde há incertezas, não há tranquilidade) premissa maior
 p (constato muitas incertezas) premissa menor
 $\therefore q$ (não há tranquilidade) conclusão
- (84) a. (...) «**cheira**-me que aquele está ali para nos arranjar alguma».
- b. $p \rightarrow q$ (quem anda aqui a esta hora, não faz coisa boa) premissa maior
 p (este indivíduo está aqui agora) premissa menor
 $\therefore q$ (é um legítimo suspeito de atos ilícitos) conclusão
- (85) a. (...) Manuela Machado obtém uma medalha de prata que **sabe** a ouro na maratona: 2h30m54s.
- b. $p \rightarrow q$ (2h30m54s na maratona é um excelente resultado) premissa maior
 p (M.M. conseguiu esse tempo) premissa menor
 $\therefore q$ (M.M. obteve um excelente resultado, equivalente a ouro) conclusão

Também se encontram no *corpus* ocorrências que codificam um raciocínio dedutivo por *modus tollens*, como nos exemplos (81) e (82), retomados e renumerados:

- (86) a. O facto de lhe não terem dado o Óscar de melhor secundário que, por muito menos, deram à menina de “O Piano”, **soa** por isso a clamorosa injustiça.
- b. $p \rightarrow q$ (era justo ele receber o Óscar) premissa maior
 $\neg q$ (ele não recebeu o Óscar) premissa menor
 $\therefore \neg p$ (foi injusto) conclusão
- (87) a. O principal problema de Wenders foi acabar privilegiando o lado discursivo dessa condenação da proliferação e do comércio das imagens (que **soa** inevitavelmente falso, visto o fascínio simultâneo do cineasta por esse mundo) (...)
- b. $p \rightarrow q$ (W.W. tem fascínio pela prolif. e pelo comércio das imagens) premissa maior
 $\neg q$ (W.W. condenou essa realidade) premissa menor
 $\therefore \neg p$ (W.W. foi falso) conclusão

Podemos encontrar um raciocínio de tipo abdutivo no exemplo (80), aqui retomado e renumerado:

- (88) a. O PCP foi cáustico: «As intervenções de Valente de Oliveira e as sucessivas conferências de imprensa **sabem** a reprise. O governo já anunciou várias vezes os mesmos milhões e o mesmo PDR (Plano de Desenvolvimento Regional). É a terceira vez que o sr. ministro vem ao plenário anunciar exactamente o mesmo», ironizou o comunista Lino de Carvalho.
- b. $p \rightarrow q$ (todas as intervenções do ministro têm certas características, anunciam os mesmos milhões e o mesmo PDR) premissa maior
 q (constato essas características na presente intervenção) premissa menor
 $\therefore p$ (esta intervenção é uma réplica das anteriores) conclusão

Assim como nesta ocorrência, do português brasileiro, retirada de um texto de crítica teatral, intitulado “Nem influência de Nelson Rodrigues evita que «Atos e Omissões» seja mais que um espetáculo flácido”, assinado por Mário Vítor Santos:

- (89) a. O tema da peça **cheira** a Nelson Rodrigues (o velho Hersilio solta frases do tipo «Parecemos mais velhos do que realmente somos»), mas fica muito aquém do dinamismo do autor de «Anjo Negro». (FSP950528-134)
- b. $p \rightarrow q$ (as peças de Nelson Rodrigues têm certas características) premissa maior
 q (constato essas características na peça a que assisto) premissa menor
 $\therefore p$ (esta peça é identificável com as de Nelson Rodrigues) conclusão

O raciocínio pode também conter uma falácia formal, como sucede no exemplo (78), aqui retomado e renumerado, que opera sobre a negação do antecedente:

- (90) a. «Não me **cheira**» (...) «Isto são coisas sérias, é para profissionais, para sindicalistas» (...)
- b. $p \rightarrow q$ (os sindicalistas organizam ações que resultam) premissa maior
 $\neg p$ (tu não és sindicalista) premissa menor
 $\therefore \neg q$ (a tua ação de força não resultará) conclusão

O mesmo sucede no seguinte exemplo, retirado de um texto sobre a crise política japonesa, assinado por Fernando Correia de Oliveira e intitulado “Nunca digas Banzai”:

- (91) a. Os tradicionais gritos de «banzai» (viva) com que os deputados acolheram no início da semana um sorridente Tsutomu Hata **soam** hoje a alegria prematura. (P940427-046)
- b. $p \rightarrow q$ (com a aliança da maioria dos partidos da oposição, T.H. será primeiro-ministro de um gov. com maioria absoluta) premissa maior
 $\neg p$ (os partidos não conseguem chegar a acordo) premissa menor
 $\therefore \neg q$ (T.H. não terá maioria absoluta, não há razões para alegria) conclusão

Depois de abordar os tipos de construções e os tipos de inferências em causa, impõe-se agora tentar perceber como funciona o processo de transposição metafórica.

IV.3.6. Tipos de metáforas

Como foi já referido neste trabalho, a relação entre perceção e cognição não é exclusiva destas construções, inserindo-se antes numa tendência geral da mudança

semântica, segundo a qual as formas linguísticas tendem, diacronicamente, a sofrer alteração ou alargamento do seu significado na direção do concreto para o abstrato, do físico para o emocional (cf. Sweetser, 1990: 25; Whitt, 2011: 351). No seu estudo sobre os verbos de percepção do inglês, Sweetser (1990: 23-48) sustenta que esta mudança é de caráter metafórico e sintetiza-a na metáfora conceptual que designa como *MIND-AS-BODY*, que pode ser entendida, literalmente, como “conhecer é sentir”.

Esta conceção do funcionamento metafórico das línguas foi desenvolvida por Lakoff & Johnson (1980), que especificam, entre outras, as metáforas que ligam ideias a alimentos (por exemplo, “digerir uma ideia”, “alimentos para o espírito”, “um leitor voraz”, “devorar um livro”, “palavras com um gosto amargo”, “ideias que cheiram mal”, “engolir um sapo”) (cf. Lakoff & Johnson, [1980] 1985: 55-56), ou compreensão a visão (veja-se o uso de palavras e expressões como “ver”, “ponto de vista”, “perspetiva”, “imagem”, “brilhante”, “claro”, entre outras, com referência ao domínio conceptual) (cf. Lakoff & Johnson, [1980] 1985: 57).

Por seu lado, Ibarretxe-Antuñano (2002) desenvolve a proposta de Sweetser (1990), alargando-a aos verbos de percepção do espanhol e do basco e dando conta de novas relações metafóricas (extensões da metáfora *MIND-AS-BODY*) existentes nestas línguas. Apesar de a autora abordar sobretudo verbos de percepção orientados para o sujeito, é interessante notar como algumas das metáforas de que dá conta para o espanhol e para o basco se encontram também no português europeu. De entre elas, destaco as seguintes, em basco e espanhol, acompanhadas dos respetivos equivalentes em português europeu (adaptação minha):

(A) SUSPEITAR É CHEIRAR (cf. Ibarretxe-Antuñano, 2002: 17):

- (92) a. Sailburuaren kontuak zuzenak ez zirela erraz **usain** zitekeen
minister.GEN account.ABS.PL right.ABS.PL neg were.3PL.COMP easily smell
could.3SG
- b. **Cheirava**-se facilmente que as contas do ministro não eram claras (cf. tradução da autora: “It was easy to suspect that the minister’s accounts were not clear”)

- (93) a. Claro que yo me **huelo** que la culpa de todo la tiene el sinvergüenza del marido
 b. Claro que me **cheira** que a culpa de tudo é do desavergonhado do marido (cf. “Of course, I suspect that her shameless husband is the one to blame for everything”)

(B) INTUIR É CHEIRAR (cf. Ibarretxe-Antuñano, 2002: 18):

- (94) a. Kanturako haren zera ikusiz, mutrikuarra zela **usaindu** nuen
 song.ALL.ADN he.GEN way.ABS see.PER.INSTR mutriku.POSS was.3SG.COMP smell.PER aux.1SG
 b. Pela maneira de cantar, **cheirou**-me que ele era de Mutriku (cf. “From his way of singing, I guessed he was from Mutriku”)
- (95) a. Se **huele** los problemas desde lejos
 b. **Cheira** os problemas à distância (cf. “She can smell trouble a mile off”)

(C) PREVER É CHEIRAR (cf. Ibarretxe-Antuñano, 2002: 21):

- (96) a. [...] alaba onek [...] etorkizun illunpeak urratu eta erdi-ikusi edo **usnatu** zuela esan genezake
 daughter this.ERG future obscurity.ABS.PL break.PER and half-see.PER or smell.per aux.3SG.COMP say.PER could.1PL
 b. Podemos dizer que esta filha conseguia explorar e **cheirar** o futuro oculto (cf. “We could say that this daughter could explore and foresee the hidden future”)

(D) PRODUZIR UMA SENSAÇÃO (AGRADAR/DESAGRADAR) É SABER (cf. Ibarretxe-Antuñano, 2002: 23-24):

- (97) a. Me **supo** mal el decírselo
 b. **Soube**-me mal dizer-lho

À semelhança destas metáforas, é possível reformular as descrições dos diferentes usos dos verbos *cheirar*, *saber* e *soar*, conforme tinham sido definidas acima. Assim, para o verbo *cheirar*, obtemos as seguintes metáforas:

- (i) SUSPEITAR É CHEIRAR (causar determinada impressão; despertar certas suspeitas; ter aparência, semelhança; dar indícios; parecer); ex.: “cheira a esturro”;

- (ii) INTUIR É CHEIRAR (ter um pressentimento ou uma ideia acerca de qualquer coisa com base apenas na intuição; calcular); ex.: “cheira-me que vai haver problemas”;
- (iii) DETETAR É CHEIRAR (conseguir prever ou antever, geralmente baseando-se apenas na intuição; detetar); ex.: “um bom soldado cheira o perigo”;
- (iv) SUPOR QUE NÃO RESULTARÁ É NÃO CHEIRAR (supor que não dará bom resultado, ou não sairá bem); ex.: “não me cheira”.

No que diz respeito ao verbo *saber*, é possível definir as seguintes metáforas:

- (i) EVOCAR É SABER (dar a ideia de; lembrar; recordar); ex.: “este caso sabe a uma história parecida”;
- (ii) PRODUZIR UMA SENSACÃO (AGRADAR/DESAGRADAR) É SABER; ex.: “sabe bem ouvir uma orquestra que não soa como as outras”; “sabe-me muito mal o que se está a passar no São Carlos”;
- (iii) NÃO BASTAR É SABER A POUCO; ex.: “isto sabe a pouco para aquilo que sonhámos”.

Lembro que, conforme explicado acima, os dois últimos casos não foram analisados neste trabalho. Note-se que os casos em (ii) são parafraseáveis quer por *agradar/desagradar* quer por *gostar/não gostar*, ou mesmo *alegrar/entristecer*, o que evidencia o seu carácter de avaliação pessoal, e não de construção inferencial do conhecimento, com o inerente distanciamento subjetivo. Com as devidas adaptações, o mesmo é válido para (iii).

Quanto ao verbo *soar*, obtemos as seguintes metáforas:

- (i) PARECER É SOAR (ter semelhança com; parecer-se; significar; indicar); ex.: “o comentário soou(-lhe) a ironia/como um insulto”; “esta história soa(-me) a invenção/a falso”;
- (ii) MOSTRAR É SOAR (dar sinal ou indício de; mostrar por certos sinais); ex.: “tudo ali soava a alegria”;
- (iii) PRODUZIR UMA SENSACÃO (AGRADAR/DESAGRADAR) É SOAR (agradar a; inspirar confiança a alguém ou alguma coisa; causar prazer, satisfação; produzir boa impressão, simpatia; interessar; ter bom acolhimento; mas também: desagradar; produzir má impressão); ex.: “a proposta soou(-me) bem”; “essa palavra soa mal a muita gente”.

Note-se que, em relação ao verbo *soar*, em (iii), as paráfrases com *agradar/desagradar* não são equivalentes a *gostar/não gostar*: uma proposta soa bem, porque algo no seu conteúdo apresenta indícios de um resultado conforme às expectativas; uma palavra soa mal, porque o seu significado transporta uma carga ideológica ou conotações que permitem relacioná-la com uma determinada leitura dos factos⁴⁴.

Após a análise das metáforas acima, uma constatação se mostra evidente: os verbos de percepção em causa são, na maioria dos casos, substituíveis por verbos de cognição, de emoção ou de outra “modalidade sensorial” mais elevada (logo, mais objetiva), como *parecer* e *mostrar*. Esta substituição comporta, porém, alguma perda no valor de distanciamento construído pelas formas metafóricas (mais subjetivas), como se pode ver nas seguintes manipulações:

- (98) a. **cheira-me/intuo/calculo** que vai haver problemas
b. um bom soldado **cheira/deteta/antevê** o perigo
c. este caso **sabe a/evoca** uma história parecida
d. **sabe** bem/**agrada-me/gosto** de ouvir uma orquestra que não soa como as outras
e. **sabe-me** muito mal/**desagrada-me/entristece-me** o que se está a passar
f. o comentário **soou(-lhe) a/pareceu-lhe** ironia/um insulto
g. tudo ali **soava a/mostrava** alegria

No entanto, esta substituição entre verbos não funciona com todos os tipos de construções: “cheira-me a esturro”, por exemplo, não é equivalente a “suspeito de esturro”. Neste caso, a transposição metafórica não afeta apenas o verbo, mas toda a construção, que seria parafraseável por “suspeito de corrupção” ou “suspeito que há corrupção”.

Assim, tendo em conta a forma como se processa a transposição metafórica, podem ser encontrados nestas construções três tipos de metáforas, que classifiquei como metáforas motivadas, metáforas não motivadas e metáforas mistas (cf. Oliveira, T., 2011a).

⁴⁴ A título de exemplo, encontra-se no *corpus* o seguinte enunciado: “«Afim para que é que serviu o 25 de Abril?» Não foi, com certeza, para tornar livres os povos das colónias. Cuidado! Disse: Colónias! Essa palavra soa mal a gente de mais. Parece que é «Ultramar» que se deve dizer.” (P940423-096).

Entendo como metáforas motivadas aquelas que se baseiam em efeitos de percepção, como certos odores, sabores ou sons, amplamente reconhecidos como tal, que são transpostos para o domínio cognitivo. Como exemplos:

- (99) a. **cheira** a esturro
b. **cheira** a mofo
c. **cheira** mal

(100) **sabe** a azedo

(101) **soa** a falso⁴⁵

Estas imagens são simples de compreender, porque evocam sensações desagradáveis, facilmente transponíveis para o domínio cognitivo, como quando são aplicadas a uma história, uma situação, uma ideologia, etc. As construções “cheira mal”, “cheira a esturro” e “cheira a mofo”, por exemplo, dependem da relação de identificação entre o domínio sensorial e o domínio cognitivo. Como são expressões amplamente utilizadas no dia a dia, além da relação de *cheirar* com *parecer/indiciar*, necessitam também da descodificação de *mal*, *esturro* e *mofo* como, respetivamente, *suspeito*, *vigarice* e *ultrapassado*. Vejam-se os exemplos:

- (102) a. Por isso, o interlocutor do Público, mais não disse do que considerar que não há mais para dizer, porque já **cheira** mal falarem tanto do Parque Oceano. (P940624-079)
b. **Cheiram** a esturro estes números, mas à época ninguém os contestou na Europa. (P940622-155)
c. Acusando os socialistas de terem sido contra as privatizações, contra a abertura da economia à iniciativa privada, contra as televisões privadas de que hoje dizem bem, o líder social-democrata garantia, depois, que o programa do PS tem linhas marxistas, **cheira** a mofo, está completamente ultrapassado e que, se os portugueses o lessem, ficavam arrepiados. (P950730-112)
- (103) «O país não é mau», explicava a propósito uma mulher libanesa enquanto procurava um frasco de perfume-de-rasto para cumprir a tradição de

⁴⁵ Estou aqui a assumir que a expressão “soar a falso” deriva do francês “sonner faux”, apesar de não ter, em português, a denotação musical que tem em francês.

aspergir os seus convidados. «E os pretos daqui são melhores que no resto. Ainda se pode bater-lhes, são atrasados». **Sabe**-nos a azedo aquele bocado de alabané, o queijo libanês caseiro. (P940427-124)

- (104) É que **soa** a falso o seu discurso moralizador da classe política quando escolhe candidatos às autarquias que se estão nas tintas para quem lhes confia o voto. (P941015-111)

Quanto às metáforas a que chamo não motivadas, funcionam como extensões das anteriores, na medida em que é necessário entender a potencialidade destes verbos como desencadeadores de metáforas para os poder usar ou reconhecer num sentido cognitivo. A partir daqui, não há qualquer restrição de seleção semântica. O verbo *cheirar*, por exemplo, pode coocorrer com qualquer tipo de palavra ou expressão nominal, sendo os nomes abstratos os mais frequentes, enquanto os nomes concretos são sempre utilizados metaforicamente (“rosas” e “laranjas”, por exemplo, referindo-se, respetivamente, a partidários do PS e do PSD, e “tacho” e “poleiro”, a cargo de nomeação política). Vejam-se alguns exemplos:

- (105) a. **Cheira** a traulhice por tudo quanto é lado. (P941230-152)
b. Mas imaginá-lo fora do próximo elenco parlamentar laranja é algo que já **cheira** a longínquo. (P940528-115)
c. A troca de Nelo, até aí um dos piores em campo, por Stanic, **cheira** a erro táctico. (P950327-038)
d. Com aquele ar de superior sabedoria vão mudando de casaca sempre que lhes **cheira** a poleiro (a tacho). (P950826-081)
e. Sim, porque se é verdade que o rigor da notícia pura é praticamente inodoro, já as colunas opinativas **cheiram** a muitas e variadas rosas, a laranjas e ao fruto da nogueira. (P950325-156)
- (106) a. (...) – tudo coisas que **sabem** a déjà vu – (...) (P941210-177)
b. Em Madredeus, a generalidade da música **sabe** a já conhecido (...). (P951205-129)
- (107) a. Olhar o seu currículo é percorrer caminhos que na Europa **soam** ainda a clandestinidade e esoterismo. (P941012-126)
b. Andou sempre a reboque do privado e, nesta óptica, o pacote de medidas apresentado por Manuela Ferreira Leite quase **soa** a prémio de consolação por bons serviços prestados. (P950422-185)

- c. Neste jogo, a carga de sedução é tão forte que o acto de rejeição às vezes **soa** brutal. (P950910-146)

Note-se que, como foi referido acima, a propósito do verbo *cheirar*, a sensação desagradável, sendo a mais frequente, não tem necessariamente de estar presente, com nenhum dos verbos em causa. Depende, principalmente, da conotação da expressão que segue o verbo de percepção ou do próprio contexto. Nos exemplos seguintes, as alíneas (a) têm um sentido claramente disfórico, enquanto as alíneas (b) permitem uma leitura eufórica:

- (108) a. **cheira** a demagogia
b. **cheira** a verão

- (109) a. **sabe** a *déjà vu*
b. **sabe** a feriado

- (110) a. **soa** a oportunismo
b. **soa** a fresco

Por seu lado, as metáforas mistas combinam elementos de duas metáforas diferentes numa que continua a poder ser interpretada, como nas seguintes ocorrências destacadas, todas do jornal *Público*:

- (111) a. Claro que é a sombra de John Ford que timidamente se quer convocar – há um baile e tudo, para que não hajam dúvidas – mas o decalque das imagens do Mestre sem a sua convicção, quando não **sabe a esturro**, sabe a pouco. (P940504-103)
b. (...) **soa-me a que** quer continuar viscondessa (...). (P950909-090)
c. A frase da caída em desgraça **não me soa**, nem completa nem cortada. (P951101-102)
d. Mesmo sem espanto, a imagem **sabe a falso**, os gestos são sempre fictícios porque nem sequer podem ser previamente estudados. (P951111-104)
e. **Ao que me soa**, MEC teve, em tempos, alguma graça em livros que escreveu e que não tive o privilégio de ler e num programa televisivo. (P941119-109)

Em (111a), há uma clara corrupção da expressão “cheira a esturro”; em (111b), de “cheira-me a que...”; em (111c), de “não me cheira”⁴⁶; em (111d), de “soa a falso”; em (111e), de “ao que me parece”. Apesar disso, a interpretação dos enunciados não é afetada.

Mesmo sendo em número reduzido, estas ocorrências parecem indiciar, para os verbos em questão, um processo de dessemantização em curso, o que possibilita a interpretação global dos enunciados, apesar de o seu sentido literal poder ser absurdo (como em “sabe a falso”).

O estudo da mudança linguística associada aos verbos de percepção no português europeu conta, entre outras, com as reflexões de Lima (2004) sobre o verbo *parecer*. Segundo este autor, o verbo *parecer* sofreu um processo de gramaticalização, em curso já no século XVI, visto que, em algumas ocorrências desta época,

(...) *parecer* no longer signals how something is perceived by someone, but – more abstractly – conveys how a state of affairs subjectively impresses, or is evaluated, by someone (...) (Lima, 2004: 5).

De acordo com o autor, o processo de gramaticalização de *parecer* parte da leitura lexical do verbo (“Ela parece doente.”) e leva-o a aproximar-se dos verbos modais e auxiliares (“Ela parece conhecer o livro.”).

Também Gonçalves (2003; 2004) defende que, em relação ao verbo *parecer*, no português do Brasil, está em curso um processo de gramaticalização. De acordo com este autor, é possível delimitar cinco contextos de uso deste verbo, claramente diferenciados por propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, as quais permitem reconhecer, por um lado, usos mais identificados com os verbos plenos e, por outro, usos mais identificados com os satélites atitudinais de natureza adverbial (cf. Gonçalves, 2004: 196-197), a saber:

⁴⁶ Note-se que a sequência afirmativa não é incomum com o verbo *soar*. Por exemplo, na série infantil *A casa do Mickey Mouse*, do canal televisivo Disney Júnior, sempre que lhe é sugerida uma boa solução para um problema, a personagem principal exclama, na versão portuguesa: “Já me soa! Diz: – Boa!”.

- (i) **Parecer₁ (predicado verbal)**: “eu **parecia** muito com ela quando era nova”;
- (ii) **Parecer₂ (suporte de predicação / operador modal)**: “o relacionamento (...) de você com elas **parece** excelente”;
- (iii) **Parecer₃ (predicado de atitude proposicional)**: “o pano de prato **parece que** se mexeu”;
- (iv) **Parecer₄ (quase-satélite atitudinal)**: “o pedágio passou para **parece que** setenta cruzeiro a partir de (...) depois de amanhã”;
- (v) **Parecer₅ (satélite atitudinal)**: “(...) tinha (...) uns sanduíches... naquele tempo devia ser presunto e queijo ... **parece** ... eu não me lembro bem (...)”.

Igualmente os verbos das construções de (111) parecem estar a sofrer um processo de gramaticalização, na medida em que assumem uma função de verbo copulativo, abstraída do sentido básico de percepção, pelo que se tornam intercambiáveis.

Note-se que este tipo de subversão de expressões idiomáticas não é exclusivo do português europeu. Apesar de, no *corpus* consultado, não haver nenhuma ocorrência no português do Brasil, encontram-se facilmente, na Internet, construções em inglês como “that excuse sounds fishy” ou “their leaving at the same time looked fishy”⁴⁷, a par com a estrutura canónica “it smells fishy”. Estas ocorrências indiciam que o valor inferencial foi assumido pelo adjetivo “fishy”, em função predicativa, pelo que o verbo tem apenas uma função copulativa.

Também no português europeu, o valor inferencial aparenta ter sido assumido, nos exemplos (111a) e (111d), por “esturro” e “falso”, independentemente do verbo que realiza a cópula. Assim, serão possíveis construções como as atestadas “sabe a esturro” e “sabe a falso”, tal como, teoricamente, “soa a esturro” e “cheira a falso”.

IV.3.7. Coocorrência e gradação

Outra questão interessante acerca destas construções é a possibilidade de coocorrência de dois ou mais verbos de percepção na mesma frase. Habitualmente, o

⁴⁷ Fonte: *The Free Dictionary*, URL: <<http://www.thefreedictionary.com/fishy>> (consult. 22/07/2013).

verbo *parecer* é um deles. Esta possibilidade pode ser ilustrada pelo exemplo seguinte, com as ocorrências relevantes destacadas:

- (112) (...) – **parece-me** ainda que é a leitora que, instalada no seu grau académico, o julga privilégio seu, que defende a todo o custo do assalto de outros colegas; **soa-me** a que quer continuar viscondessa e a sonegá-lo aos que se preocupam em valorizar-se (esses que continuem burgueses, não é?, isto **cheira-me** a luta de classes); é patético que alguns professores se tenham sentido na necessidade de defender os seus privilégios aderindo a um Sindicato Nacional de Professores Licenciados; é ridículo que continuem a defender este tipo de posições, invertendo os dados do problema. (P950909-090)

Este é um excerto de uma carta de uma leitora que apresenta uma posição crítica em relação a um comentário de uma outra leitora do jornal. Os verbos *parecer*, *soar* e *cheirar* surgem em sequência (“parece-me” > “soa-me” > “cheira-me”), verbalizam aquilo que a autora apresenta como opiniões e opõem-se ao que encara como do domínio do certo e objetivo, fazendo uso do verbo *ser* (“é patético”, “é ridículo”).

Vejam-se outros exemplos de coocorrência de verbos de percepção:

- (113) a. A terça-feira carnavalesca **parece** feriado, **cheira** a feriado e até **sabe** a feriado. (P940217-071)
- b. Maria Aurora, poetisa e autora de programas televisivos dedicados à cultura, aceita que fazer uma Feira do Livro numa região que não demonstra por ele particular ternura, **parece** falacioso, assim como **cheira** um pouco a demagogia, trazer o livro para a rua numa terra que não promove os seus autores. (P940615-011)
- c. Adicionalmente, os hotéis queixaram-se de que estavam a cobrar uma taxa demasiado alta. «**Parece** avidez e **cheira** a avidez», disse Roland Baumann, director de um hotel próximo do estádio Washington RFK. (P940718-010)
- d. Só que ao jornalista prestigiado tudo isto **parece** e **cheira** mal. (P950813-099)

O exemplo (113a) foi retirado de um texto intitulado “Ser ou não ser feriado”, onde se levanta a questão relativamente à terça-feira de Carnaval, já que, conforme anuncia o antetítulo, “Táxis usaram duas tarifas na Terça-feira Gorda”. Pode ler-se no seguimento: “As lojas estão vazias, as ruas desertas, não há trânsito nenhum, quase ninguém trabalha. Ao menos por costume, é feriado”. Assim, a falta de pessoas nas lojas e nas ruas, a ausência de trânsito e de trabalhadores são indícios fortes de que

aquele não é um dia útil, já que lhe faltam os atributos que caracterizam um dia de trabalho. Ou seja, aquilo que se pode ver na cidade é um ambiente de dia não útil, que poderá ser decodificado como dia feriado. Ou, segundo o texto, “fica-se assim com um feriado-que-não-é-mas-parece”. Tal como o anterior, este texto joga com a oposição entre o ser e o parecer, entre o certo e o plausível (a inferência é de tipo abduativo).

Note-se que a sequência dos verbos de percepção que ocorrem nas construções não é aleatória: a partir dos casos encontrados, em (113), podemos identificar a estrutura *parecer* > (*soar*) > *cheirar* > (*saber*). Os verbos *soar* e *saber* ocorrem cada um em apenas um exemplo; *parecer* e *cheirar* são recorrentes em todos.

Esta sequência de verbos de percepção vai ao encontro da hierarquia das “modalidades sensoriais” de Viberg (2008: 126), conforme reproduzida na figura 9, supra, a saber: *visão* > *audição* > *tato*, *paladar*, *olfato*. Relembro que, segundo esta hierarquia, os verbos que exprimem “modalidades sensoriais” mais elevadas (à esquerda) têm uma frequência de uso maior, um maior grau de polissemia e exprimem formas de percepção sensorial consideradas mais fiáveis, do ponto de vista da obtenção da informação, do que os verbos das “modalidades sensoriais” mais baixas (à direita).

Por seu lado, Ibarretxe-Antuñano (1999: 161) caracteriza os sentidos percetivos com base num conjunto de propriedades, de que destaco as seguintes: <contacto>, <subjetividade>, <proximidade> e <interno>.

Quanto a <contacto>, e como já foi visto acima (cf. figura 10; Viberg, 2001: 1301), é uma propriedade que se baseia na exigência ou não de contacto físico entre o Experienciador e o objeto da percepção (cf. Ibarretxe-Antuñano, 1999: 144-145), o que permite distinguir, por um lado, a visão, a audição e o olfato, por outro, o tato e o paladar.

Já <proximidade> tem a ver com a distância física que determina o ato de percepção (cf. Ibarretxe-Antuñano, 1999: 145): a visão e a audição não necessitam de grande proximidade entre o Experienciador e o objeto da percepção, ao contrário do tato, do olfato e do paladar.

Relativamente à propriedade <interno>, esta caracteriza-se pela necessidade, ou não, de o objeto da percepção entrar dentro do Experienciador (cf. Ibarretxe-Antuñano, 1999: 145). Assim, enquanto a visão e o tato são, por natureza, externos, a audição, o olfato e o paladar são internos.

Quanto à propriedade <subjetividade>, a autora caracteriza-a como a influência que o Experienciador tem sobre o ato de percepção. Esta propriedade é composta, simultaneamente, pelas propriedades <proximidade> e <interno>, pelo que só se aplica ao olfato e ao paladar (o tato implica proximidade, mas não é interno; a audição é interna, mas não exige proximidade; a visão não necessita de nenhuma destas propriedades) (cf. Ibarretxe-Antuñano, 1999: 155-156).

Por seu lado, Sweetser (1990: 38), no seu esquema das estruturas das metáforas de percepção, organiza as formas de percepção em torno das propriedades de objetividade e subjetividade, a que faz corresponder, respetivamente, o intelecto e as emoções. Do lado da objetividade e do intelecto, coloca a visão; no campo da subjetividade e das emoções, classifica o tato e o paladar; a audição é relacionada com a comunicação interpessoal⁴⁸:

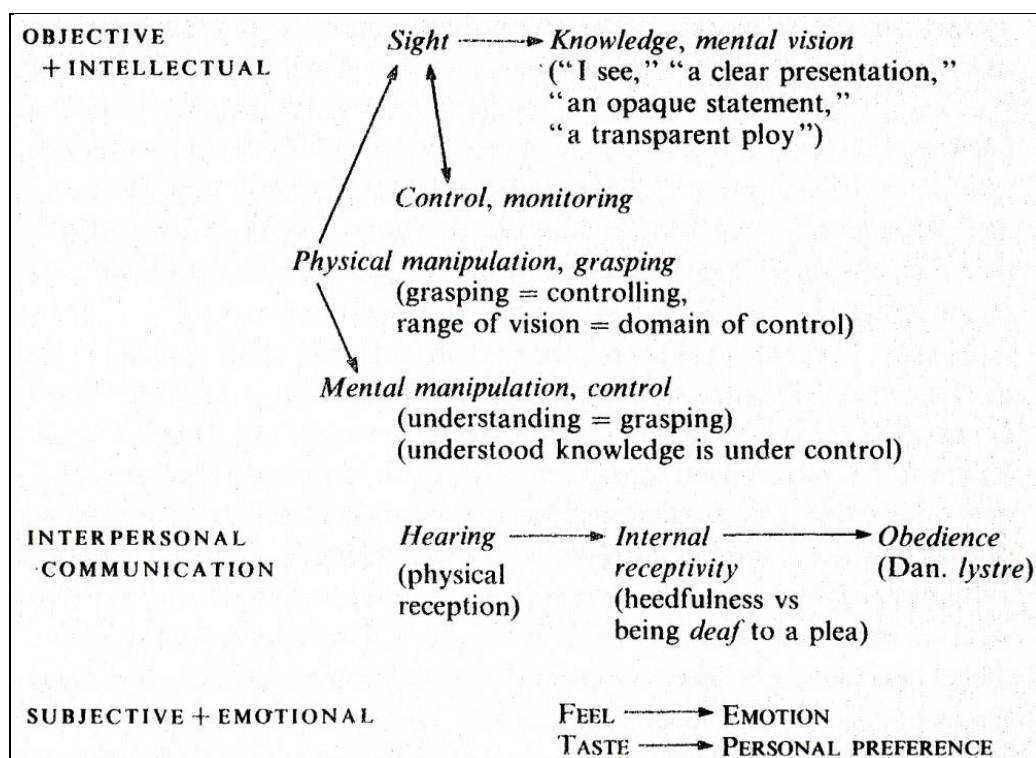


Figura 11. Estrutura das metáforas de percepção (Sweetser, 1990: 38)

Retomando os exemplos em (112) e (113), torna-se agora claro que a estrutura em causa – *parecer* > (*soar*) > *cheirar* > (*saber*) – evidencia uma gradação, do exterior

⁴⁸ O olfato não faz parte da estrutura, por a autora o considerar uma forma de percepção com menos (e mais fracas) conexões metafóricas com o domínio mental do que os outros sentidos percetivos (cf. Sweetser, 1990: 43).

para o interior, do menos para o mais subjetivo: o verbo *parecer* está ligado à visão (percepção exterior e objetiva); *soar*, à audição (interior, mas sem proximidade física); *cheirar* e *saber* exprimem formas de percepção subjetivas, porque interiores e próximas, mais emocionais e menos transmissíveis. Note-se que o sentido do paladar surge, geralmente, associado à discriminação fina e aos gostos pessoais (cf. Sweetser, 1990: 37; Ibarretxe-Antuñano, 2002: 21). Não será por acaso que, no exemplo (113a) supra, o advérbio *até* marca a introdução de um argumento construído como mais forte (no caso, mais subjetivo) na gradação: “parece feriado, cheira a feriado e até sabe a feriado”.

A leitura de aumento do grau de subjetividade, nestas construções, é igualmente válida se assumirmos a subjetividade, de acordo com Nuyts (2001: 399), “in terms of the question whether the evidence (and the conclusion drawn from it) is only available to the speaker or is rather more widely known (including to the hearer)”. A evidência visual, ao ser acessível a outros sujeitos, poderia ser associada, segundo a conceção deste autor, ao domínio da intersubjetividade.

Porém, no português do Brasil, as estruturas de gradação parecem obedecer a um padrão diferente. Foram estas as ocorrências encontradas na *Folha de São Paulo*:

- (114) a. Pode **parecer** estranho, mas nada **soa** mais estranho do que o chefe de governo insinuar que há gente do governo mentindo. (FSP940809-004)
- b. Essa doutrina ainda hoje **soa** atraente, quando despida de seu contexto, porque **parece** preocupada com o bem geral. (FSP940724-110)
- c. O fato é que o negócio todo **cheira** à exploração e **parece** antiético. (FSP941022-077)
- d. Os cenários são mais verdadeiros, Domingos de Oliveira **soa** menos artificial que Luís Gustavo e o texto **parece** ser menos burro que de costume. (FSP941120-179)
- e. Moeda corrente do idioma cultural deste fim de século, marketing cultural é um termo que **soa** impalpável, virtual, que **parece** ter mais a ver com retorno de imagem do que com lucro de bilheteria. (FSP941226-079)

Se excluirmos o primeiro caso, em todos os outros o verbo *parecer* surge em último lugar. Nestes exemplos, a gradação processa-se na direção de uma maior objetividade, ou, melhor, nos termos de Nuyts (2001), de uma maior intersubjetividade, na medida em que a argumentação se abre, progressivamente, à confirmação pelo outro, pelo sujeito coenunciador.

IV.4. Conclusões parciais

Sintetizando agora as considerações desenvolvidas neste capítulo, procurou mostrar-se que os verbos de percepção são, no português europeu, marcadores privilegiados das fontes da informação e, em particular, da construção inferencial do conhecimento. Fez-se igualmente notar que a relação entre percepção e cognição, enquadrando-se numa tendência geral da mudança linguística, é redutível a uma invariância de funcionamento das formas em causa, a qual permite uma plasticidade que decorre da interação com outros valores subjacentes aos enunciados.

Assim, ao incidir sobre formas idiomáticas, em ocorrências atestadas, este estudo ficou limitado, sobretudo, a textos de opinião, com as consequências que daí resultam. Por um lado, ao estarem ausentes de texto informativo, as construções em causa evidenciam o seu fraco valor assertivo, o que reforça a premissa inicial de que a análise da marcação de factos inferidos não pode, regra geral, ignorar a atitude epistémica do sujeito enunciador acerca do conteúdo proposicional do enunciado. Desta forma, estas construções servem para apresentar explicações plausíveis, assumidas como tal pelo sujeito enunciador, que assume um distanciamento em relação ao seu conteúdo e evita validá-las como asserções estritas, modalizadas como certas.

Por outro lado, o registo pouco formal do discurso propicia o surgimento de construções menos usuais, que permitem perceber sentidos de mudança semântica e, simultaneamente, aferir a plasticidade das formas.

Concretamente, as principais conclusões a extrair da análise dos dados indicam que os verbos *cheirar*, *saber* e *soar*, nas construções em causa, ocorrem com valor inferencial, predominantemente, em estruturas predicativas e que os processos inferenciais têm por base raciocínios de tipo dedutivo ou abdutivo, mas também falácias formais. O raciocínio falacioso atesta, igualmente, o carácter pouco formal e subjetivo do discurso.

A análise evidenciou ainda que este tipo de construções é usado de forma semelhante nas variantes europeia e brasileira do português, no que diz respeito quer à estrutura sintática, quer aos valores inferenciais, quer ainda quanto à ocorrência, maioritariamente, em textos de opinião. Ressalvam-se como diferenças, na variante brasileira, a inexistência de casos de uso do verbo *saber* como verbo de percepção, assim

como a predominância de ocorrências do verbo *soar* em estruturas predicativas com predicado adjetival ou nominal, que dispensam a preposição *a*.

Os verbos de percepção em causa desenvolveram, no português, sentidos cognitivos, através de processos metafóricos que vão ao encontro da tendência geral de mudança cognitiva do concreto para o abstrato, no caso, do físico para o mental. Os verbos mantêm, porém, a relação hierárquica defendida por alguns autores para os cinco sentidos perceptivos, o que se comprova pela gradação construída nos casos de coocorrência. No português europeu, a gradação dos verbos de percepção em coocorrência vai na direção do objetivo para o subjetivo; no português do Brasil, a direção aparenta ser a contrária.

Por seu lado, as expressões idiomáticas analisadas são interpretadas em bloco, pelo que a construção metafórica começa por ser motivada pela percepção sensorial (“sabe a azedo”), deslizando, a partir daí, para o domínio cognitivo (“sabe a *déjà vu*”). Finalmente, o verbo perde o sentido perceptivo e torna-se uma mera cópula, permitindo a construção de metáforas mistas (“sabe a falso”), o que pode reforçar a hipótese de estes verbos apresentarem evidências de um processo de gramaticalização em curso.

Conclusões finais

Como balanço final deste trabalho impõe-se rever, não só as conclusões parciais a que cada um dos estudos de caso conduziu, mas, sobretudo, o contributo que a análise dos casos concretos traz à clarificação dos valores em causa na marcação linguística da distância. Entendida como as formas como o sujeito enunciador codifica, no discurso, o seu distanciamento em relação ao conteúdo proposicional dos enunciados que constrói, a marcação linguística da distância constitui-se como suporte fundamental para o estudo da categoria gramatical mediativo.

Por sua vez, a seleção dos casos a estudar levantou questões significativas, quer em relação à delimitação dos tipos de mediatização enunciativa, quer no que diz respeito ao estatuto categorial do mediativo e à sua relação com a evidencialidade e com a modalidade epistémica.

Concretamente, a escolha dos casos de estudo obedeceu a propósitos muito claros. O futuro e o condicional, por exemplo, podem ser analisados como marcadores de factos inferidos ou de factos relatados. No primeiro caso, os valores em causa são do domínio do mediativo, porque identificam a fonte da informação com um raciocínio do sujeito enunciador, mas também da modalidade, na medida em que são indissociáveis de uma atitude epistémica sobre o conteúdo proposicional do enunciado, como mostra a possibilidade de substituição por verbos modais:

- (1) a. A esta hora o João já **estará/deve estar** em casa.
- b. Quando a conheci, ela **teria/devia ter** uns 15 anos.

No segundo caso, as formas verbais, ao marcarem factos relatados, têm um valor mediativo claramente isolável de outros valores construídos nos enunciados, o que permite clarificar o estatuto categorial do mediativo, autonomizando-o em relação à modalidade epistémica. Como se procurou mostrar, enunciados como:

- (2) a. O sujeito **terá fugido** a pé.
b. De acordo com X, ela **ter-se-ia convertido** ao islão.

não veiculam qualquer atitude de incerteza por parte do sujeito enunciador, nem se deixam substituir por verbos modais. Pelo contrário, estas formulações são entendidas, pelos leitores das notícias em que elas ocorrem, como exprimindo estados de coisas factivos e correspondendo a asserções estritas, validadas, mas por outras fontes enunciativas.

Por seu lado, os verbos de percepção são habitualmente estudados como marcadores de evidencialidade direta, na medida em que exprimem o modo como o sujeito enunciador acedeu à informação. Assim, um enunciado como:

- (3) Eu **vi** o João partir o vidro.

apresenta uma relação predicativa (<João partir vidro>) validada com base num testemunho direto, de base visual. Na prática, este enunciado é parafraseável por “eu digo que o João partiu o vidro, porque sei, e sei porque vi”. O forte grau de compromisso do sujeito enunciador em relação ao conteúdo do enunciado invalida qualquer leitura mediativa, na medida em que não há a construção de uma distância.

No entanto, os verbos de percepção também podem apresentar informação baseada num raciocínio inferencial, em virtude da polissemia resultante de processos de mudança semântica, que fizeram estender os respetivos significados da percepção para a cognição. Isto mesmo pode ser constatado na oposição entre (4a) e (4b):

- (4) a. Eu **vi** o João fazer um grande disparate.
b. Eu **vejo** agora que o João fez um grande disparate.

Ao centrar-se em expressões idiomáticas, como “cheira a esturro”, o estudo levado a cabo excluiu qualquer significado de base perceptiva e evidenciou o carácter inferencial do conhecimento construído. Porém, tornou claro que a análise do respetivo valor mediativo não pode, regra geral, ignorar a atitude epistémica do sujeito enunciador acerca do conteúdo proposicional do enunciado. Note-se que expressões como “cheira a

esturro” são parafraseáveis por construções com predicados subjetivos que exprimem uma possibilidade ou uma probabilidade localizada em relação a S_0 , como:

- (5) a. (**Acho** que) alguma coisa aqui não bate certo.
b. (**Acho** que) aqui há gato.

Se compararmos estas formulações, com *achar*, às paráfrases do futuro e do condicional com o verbo *dever* (cf. exemplos em (1)), torna-se evidente quer a diferença do valor modal construído, numa escala de valores assertivos, quer o grau de força do compromisso do sujeito enunciador em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. Os exemplos em (5), tal como as expressões do tipo “cheira a esturro”, evidenciam fraco valor assertivo e um compromisso pouco forte com a validação do enunciado.

Assim, este estudo procurou mostrar, através da análise de casos concretos, que o mediativo tem um estatuto categorial isolável, quer da evidencialidade – a explicitação das fontes da informação não implica sempre a construção de uma distância –, quer da modalidade epistémica – a construção de uma distância não comporta necessariamente uma avaliação sobre o grau de conhecimento relativamente ao estado de coisas construído.

No entanto, é importante acentuar que, conforme postulado pela teoria das operações predicativas e enunciativas, todos os valores são construídos na e pela enunciação, pelo que não há valores nem categorias autónomos: todos se relacionam na e para a construção da significação. Deste modo, e como se procurou mostrar nesta tese, o estudo do mediativo é indissociável da consideração de outras categorias gramaticais, como o tempo, o aspeto e a modalidade, pelo que uma análise que se pretenda exaustiva tem, necessariamente, de ter um carácter transcategorial.

Referências bibliográficas

- Abouda, Lofti (2001). Les emplois journalistique, polémique, et atténuatif du conditionnel. Un traitement unitaire. In Patrick Dendale & Liliane Tasmowski (eds.), *Le conditionnel en français*. Metz: Université de Metz, 277-294 [versão não editada, de 17 pp., disponibilizada pelo autor, URL: <http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4635/10069_155224.pdf> (consult. 01/08/2012)].
- Aikhenvald, Alexandra Y. (2003). Evidentiality in typological perspective. In Alexandra Y. Aikhenvald & Robert M. W. Dixon (eds.), *Studies in evidentiality*. Typological studies in language (Vol. 54). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1-32.
- Aikhenvald, Alexandra Y. (2004). *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press.
- Aikhenvald, Alexandra Y. & Robert M. W. Dixon (1998). Evidentials and areal typology: A case-study from Amazonia. *Language Sciences* 20(3), 241-257.
- Alrahabi, Motasem & Jean-Pierre Desclés (2009). Opérations de prise en charge énonciative : assertion, médiatif et modalités dans le discours rapporté direct, en arabe et en français. In Bohdan Krzysztof Bogacki, Joanna Ewa Cholewa & Agata Rozumko (eds.), *Methods of Lexical Analysis: Theoretical Assumptions and Practical Applications*. Wydawnictwo Uniwersytetu w Białymstoku [versão não editada, de 7 pp., disponibilizada pelos autores, URL: <<http://lalic.paris-sorbonne.fr/PUBLICATIONS/2009/pologne.pdf>> (consult. 06/12/2011)].
- Azzopardi, Sophie (2011). *Le futur et le conditionnel : valeur en langue et effets de sens en discours. Analyse contrastive espagnol / français*. Thèse de doctorat. Université Paul Valéry-Montpellier III.

- Barbet, Cécile & Louis de Saussure (2012). Présentation : Modalité et évidentialité en français. *Langue française* 173, 3-12.
- Bouscaren, Janine & Jean Chuquet (1987). *Grammaire et Textes Anglais. Guide pour l'analyse linguistique*. Paris: Ophrys.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1985). A enunciação do «outro» e a retórica das relações enunciador-locutor construídas no texto. In *Actas do 1.º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*. Lisboa: FCSH-UNL. Também in Campos, 1997: 83-91.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1997). *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1998). *DEVER e PODER. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (2001). Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In Augusto Soares da Silva (ed.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL/Faculdade de Filosofia de Braga-UCP, 325-340.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (2003). Les verbes modaux dans l'expression de la catégorie du médiatif. In Fernando Sánchez Miret (ed.), *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica (Salamanca, 2001)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. II/1, 185-192 [versão não editada, de 9 pp., disponibilizada pela autora].
- Campos, Maria Henriqueta Costa & Maria Francisca Xavier (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cornillie, Bert (2009). Evidentiality and epistemic modality. On the close relationship between two different categories. *Functions of Language* 16(1), 44-62.
- Correia, Clara Nunes (1998). *Quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH/UNL.

- Correia, Clara Nunes (2005). A negação do Tempo. In Dulce Carvalho, Dionísio Vila Maior & Rui de Azevedo Teixeira (eds.), *Des(a)fiando Discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*. Lisboa: Universidade Aberta, 255-263.
- Culioli, Antoine (1968). La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'Analyse* 9. Paris: Seuil, 106-117. Também in Culioli, 1999a: 17-29.
- Culioli, Antoine (1971). A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles. *Mathématiques et sciences humaines* 34, 7-15. Também in Culioli, 1999a: 31-41.
- Culioli, Antoine (1978). Valeurs modales et opérations énonciatives. *Le Français Moderne* 46(4), 300-317. Também in Culioli, 1990: 135-155.
- Culioli, Antoine (1980). Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique. In Jean David & Robert Martin (eds.), *La notion d'aspect*. Paris: Klincksieck, 181-193. Também in Culioli, 1999a: 127-143.
- Culioli, Antoine (1982). *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*. Collection ERA 642, complément au volume 2. Paris: D.R.L./Univ. Paris 7. Também in Culioli, 1999a: 95-114.
- Culioli, Antoine (1985). *Notes du Séminaire de D.E.A. 1983-1984*. Poitiers: D.R.L./Univ. Paris 7.
- Culioli, Antoine (1987). Formes schématiques et domaine. *Bulag* 13. Université de Besançon, 7-15. Também in Culioli, 1990: 115-126.
- Culioli, Antoine (1989a). Representation, referential processes, and regulation. Language activity as form production and recognition. In Jacques Montangero & Anastasia Tryphon (eds.), *Language and Cognition*. Genève: Foundation Archives Jean Piaget, Cahier n° 10, 97-124. Também in Culioli, 1990: 177-213.
- Culioli, Antoine (1989b). Donc. *Supostawitelno Ezikoznanie/Contrastive Linguistics* 14(5), 16-20. Também in Culioli, 1990: 169-176.
- Culioli, Antoine (1990). *Pour une linguistique de l'énonciation. Tome 1: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys.

- Culioli, Antoine (1993). Les modalités d'expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles ? *Interfaces* N° 5. Paris: CRDP. Também in Culioli, 1999a: 159-178.
- Culioli, Antoine (1997). Accès et obstacles dans l'ajustement intersubjectif. In Denis Miéville & Alain Berrendonner (eds.), *Logique, discours et pensée. Mélanges offerts à Jean-Blaise Grize*. Berne: Peter Lang, 239-248.
- Culioli, Antoine (1999a). *Pour une linguistique de l'énonciation. Tome 2: Formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys.
- Culioli, Antoine (1999b). *Pour une linguistique de l'énonciation. Tome 3: Domaine notionnel*. Paris: Ophrys.
- Cunha, Celso & Luís Filipe Lindley Cintra (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.^a ed., Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- Danon-Boileau, Laurent, Zlatka Guentchéva, Anaïd Donabédian, Jean-Pierre Desclés, Claude Delmas & Nicolas Tournadre (1994). Discussion III : Questions-réponses / Commentaires : Discussion générale sur le médiatif. *Faits de langues* 3: *La personne*, 175-183.
- de Haan, Ferdinand (1999). Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries. *Southwest Journal of Linguistics* 18, 83-101 [versão não editada, de 34 pp., disponibilizada pelo autor, URL: <http://independent.academia.edu/FerdinanddeHaan/Papers/776304/Evidentiality_and_epistemic_modality_Setting_boundaries> (consult. 25/05/2011)].
- de Haan, Ferdinand (2001). The relation between modality and evidentiality. In Reimar Müller & Marga Reis (eds.), *Modalität und Modalverben im Deutschen*. Linguistische Berichte, Sonderheft 9. Hamburg: Helmut Buske, 201-216 [versão não editada, de 19 pp., disponibilizada pelo autor, URL: <<http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/lb01.pdf>> (consult. 18/08/2011)].
- DeLancey, Scott (2001). The mirative and evidentiality. *Journal of Pragmatics* 33(3), 369-382.

- Dendale, Patrick (1993). Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?. In Gerold Hilty (ed.), *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Zurich, 1992)*. Tübingen: A. Francke Verlag, tome I, 163-176.
- Dendale, Patrick (1994). *Devoir épistémique, marqueur modal ou évidentiel ?*. *Langue Française* 102, 24-40.
- Dendale, Patrick (2012a). Le traitement des tiroirs en *-rais* dans quelques grammaires du début du XVIII^e à la fin du XIX^e siècle. In Saskia Kindt, Patrick Dendale & Anne Vanderheyden (éds), *La langue mise en contexte. Essais en l'honneur d'Alex Vanneste*. Maastricht: Shaker, 209-235 [versão disponibilizada pelo autor, URL: <<http://webhost.ua.ac.be/dendale/Articles/2012%20Dendale%20Conditionnel%20ds%20les%20gramm%20Hommages%20Vanneste.pdf>> (consult. 10/04/2013)].
- Dendale, Patrick (2012b). Le conditionnel “journalistique”, marqueur de modalisation en discours second: éléments d'archéologie grammaticale. In Sonia Branca-Rosoff, Claire Doquet, Julie Lefebvre, Évelyne Oppermann-Marsaux, Sabine Pétilion & Frédérique Sitri (éds), *L'hétérogène à l'œuvre dans la langue et les discours. Hommage à Jacqueline Authier-Revuz*. Paris: Lambert-Lucas, 229-248.
- Dendale, Patrick & Liliane Tasmowski (1994). L'évidentialité où le marquage des sources du savoir. *Langue Française* 102: *Les sources du savoir*, 3-7.
- Dendale, Patrick & Liliane Tasmowski (2001). Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics* 33(3), 339-348.
- Dendale, Patrick & Walter De Mulder (1996). Déduction ou abduction: le cas de *devoir* inférentiel. In Guentchéva (éd.), 1996: 305-318.
- Desclés, Jean-Pierre (2009). Prise en charge, engagement et désengagement. *Langue française* 162, 29-53.

- Desclés, Jean-Pierre & Zlatka Guentchéva (2001). La notion d'abduction et le verbe *devoir* "épistémique". In Patrick Dendale & Johan van der Auwera (eds.), *Les verbes modaux*. Cahiers Chronos 8. Amsterdam: Rodopi, 103-122.
- Douven, Igor (2011). Abduction. In Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2011 Edition)*. URL: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/abduction/>> (consult. 01/08/2011).
- Duarte, Isabel Margarida (2009a). Emoção e argumentação: futuro perfeito nos títulos de notícias. In Wander Emediato, Ida Lucia Machado & Renato de Mello (orgs.), *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: emoções, ethos e argumentação (Belo Horizonte, abril 2008)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (CD-Rom) [versão não editada, de 11 pp., disponibilizada *on-line*. URL: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23495/2/isabelduarteemoo000095770.pdf>> (consult. 15/09/2012)].
- Duarte, Isabel Margarida (2009b). Futuro perfeito e condicional composto: mediativo no discurso jornalístico em português europeu e em português brasileiro. In Dermeval da Hora (ed.), *Anais do VI Congresso Internacional da Abralin (João Pessoa, 2009)*. [versão não editada, de 9 pp., disponibilizada *on-line*. URL: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13504/2/congressoabralinisabelduarte000071277.pdf>> (consult. 07/12/2012)].
- Franckel, Jean-Jacques (2004). Sentir / sens. *Linx* 50, 103-134. URL: <<http://linx.revues.org/140>> (consult. 25/01/2013).
- Giomi, Riccardo (2010). *Para uma caracterização semântica do futuro sintético românico. Descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em Português e em Italiano*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gisborne, Nikolas (1998). The attributory structure, evidential meaning, and the semantics of English SOUND-class verbs. *UCL Working Papers in Linguistics* 10, 1-26.
- Gisborne, Nikolas (2000). The complementation of verbs of appearance by adverbs. In Ricardo Bermúdez-Otero, David Denison, Richard M. Hogg & C. B. McCully

- (eds.), *Generative Theory and Corpus Study: A Dialogue from 10 ICEHL*. Berlin: Mouton de Gruyter, 54-75.
- Gisborne, Nikolas & Jasper Holmes (2007). A history of English evidential verbs of appearance. *English Language and Linguistics* 11(1), 1-29.
- Gonçalves, Sebastião Carlos Leite (2003). *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*. Tese de Doutorado em Lingüística. Campinas: IEL, UNICAMP.
- Gonçalves, Sebastião Carlos Leite (2004). Gramaticalização de construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos* 8(1/2). Juiz de Fora: UFJF, 195-214.
- Guentchéva, Zlatka (1994). Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française* 102: *Les sources du savoir*, 8-23.
- Guentchéva, Zlatka (1995). L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs. In Janine Bouscaren, Jean-Jacques Franckel & Stéphane Robert (eds.), *Langues et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique, mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris: PUF, 301-315.
- Guentchéva, Zlatka (1996). Introduction. In Guentchéva (éd.), 1996: 11-18.
- Guentchéva, Zlatka (éd.) (1996). *L'énonciation médiatisée*. Louvain/Paris: Éditions Peeters.
- Guentchéva, Zlatka, Anaïd Donabédian, Meydan Metiye & René Camus (1994). Intéractions entre le médiatif et la personne. *Faits de Langues* 3: *La personne*, 139-148.
- Guentchéva, Zlatka & Jon Landaburu (2007). Introduction. In Zlatka Guentchéva & Jon Landaburu (eds.), *L'énonciation médiatisée II. Le traitement épistémologique de l'information: illustrations amérindiennes et caucasiennes*. Bibliothèque de l'Information Grammaticale 63. Louvain: Peeters, 1-19.
- Haillet, Pierre Patrick (2002). *Le conditionnel en français : une approche polyphonique*. Paris: Ophrys.

- Haillet, Pierre Patrick (2003). Représentations discursives, point(s) de vue et signifié unique du conditionnel. *Langue française* 138, 35-47.
- Huumo, Tuomas (2010). Is perception a directional relationship? On directionality and its motivation in Finnish expressions of sensory perception. *Linguistics* 48(1), 49-97.
- Ibarretxe-Antuñano, Iraide (1999). *Polysemy and metaphor in perception verbs: A cross-linguistic study*. Unpublished PhD Dissertation. University of Edinburgh.
- Ibarretxe-Antuñano, Iraide (2002). MIND-AS-BODY as a cross-linguistic conceptual metaphor. *Miscelánea. A Journal of English and American Studies* 25, 93-119 [versão não editada, de 33 pp., disponibilizada pela autora, URL: <<http://www.unizar.es/linguisticageneral/articulos/Ibarretxe-MISCELANEA-03.pdf>> (consult. 20/04/2011)].
- Jakobson, Roman ([1957] 1963). Shifters, verbal categories, and the Russian verb. Russian Language Project, Harvard University. Tradução francesa: Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In *Essais de Linguistique Générale I*. Paris: Les Éditions de Minuit, 176-196.
- Joseph, Brian D. (2003). Evidentials: summation, questions, prospects. In Alexandra Y. Aikhenvald & Robert M. W. Dixon (eds.), *Studies in Evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 307-327 [versão não editada, de 26 pp., disponibilizada pelo autor, URL: <<http://www.ling.ohio-state.edu/~bjoseph/publications/2003evidentials.pdf>> (consult. 17/08/2011)].
- Krifka, Manfred (2010). A Note on an Asymmetry in the Hedonic Implicatures of Olfactory and Gustatory Terms. In Susanne Fuchs, Philip Hoole, Christine Mooshammer & Marzena Zygis (eds.), *Between the regular and the particular in speech and language*. Frankfurt: Peter Lang, 235-245 [versão não editada, de 6 pp., disponibilizada pelo autor, URL: <http://amor.cms.hu-berlin.de/~h2816i3x/Publications/Krifka_SmellTaste.pdf> (consult. 29/06/2013)].
- Kronning, Hans (2002). Le conditionnel « journalistique » : médiation et modalisation épistémiques. *Romansk Forum* 16, 561-575.

- Lakoff, George & Mark Johnson ([1980] 1985). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press. Tradução francesa de Michel Defornel & Jean-Jacques Lecercle, *Les metaphors dans la vie quotidienne*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Lazard, Gilbert (2001). On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics* 33(3), 359-367.
- Lebaud, Daniel (1993). L'imparfait: indétermination aspectuo-temporelle et changement de repère. *Le gré des langues* 5, 160-176.
- Lima, José Pinto de (2004). On evidential verbs in German and Portuguese: The grammaticalization of *scheinen* and *parecer*. In Stojan Bračić, Darko Čuden, Saša Podgoršek & Vladimir Pogačnik (eds.), *Linguistic Studies in the European Year of Languages. Proceedings of the 36th Linguistic Colloquium, Ljubljana 2001*. Frankfurt-am-Main: Peter Lang, 415-424 [versão não editada, de 9 pp., disponibilizada pelo autor].
- Martins, Ana (2010). Evidencialidade no discurso dos *media*. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 5. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 235-245.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte & Isabel Hub Faria (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.^a ed., Lisboa: Ed. Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário & Alina Villalva (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a ed., revista e aumentada, Lisboa: Ed. Caminho.
- Moreno, António (2005). *Aspectos da Negação no Português: Uma Abordagem Enunciativa*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH/UNL.
- Moreno, António (2010). Inferência e negação. In António Moreno (org.), *Cadernos WGT – Work(shops) em Gramática & Texto – A negação*. Lisboa: FCSH/UNL, 43-54. URL: <http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/neg_5inferencia.pdf> (consult. 17/08/2011).

- Neves, Janete dos Santos Bessa (2004). Mediativo e jornalismo. In Tiago Freitas & Amália Mendes (orgs.), *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 2003)*. Lisboa: APL, 615-622.
- Neves, Janete dos Santos Bessa (2012). *Corre Voz no Jornalismo do Início do Século XIX: Estudo Semântico-Enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa*. Jundiaí (SP): Paco Editorial.
- Neves, Janete dos Santos Bessa & Teresa Oliveira (2003). Estratégias linguísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas. In Leonel Ruiz Miyares, Celia Esther Álvarez Moreno & María Rosa Álvarez Silva (eds.), *Actas del VIII Simposio Internacional de Comunicación Social (Santiago de Cuba, 2003)*. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, vol. II, 823-827.
- Nuyts, Jan (2001). Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics* 33(3), 383-400.
- Oliveira, Fátima (1986). O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais. In *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1985)*. Lisboa: APL, 353-373.
- Oliveira, Fátima (2003a). Tempo e aspecto. In Mateus *et al.*, 2003: 127-178.
- Oliveira, Fátima (2003b). Modo e modalidade. In Mateus *et al.*, 2003: 243-272.
- Oliveira, Teresa (2001). O futuro e o condicional como marcadores de mediativo. In Clara Nunes Correia & Anabela Gonçalves (eds.), *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)*. Lisboa: APL/Colibri, 403-414.
- Oliveira, Teresa (2011a). Perception verbs of smell, taste and hearing as markers of evidentiality in Portuguese. Comunicação ao Chronos 10 – 10th international conference on tense, aspect, modality and evidentiality (Aston University, Birmingham, Reino Unido, 18 a 20 de abril de 2011).
- Oliveira, Teresa (2011b). Sobre a construção inferencial do conhecimento a partir de três verbos de percepção sensorial. In Armanda Costa, Isabel Falé & Pilar

- Barbosa (orgs.), *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados (Porto, 2010)*. Lisboa: APL, 460-474.
- Oliveira, Teresa (2012). O papel dos sujeitos na construção da narrativa literária. In *Textos seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 2011)*. Lisboa: APL, 524-539.
- Oliveira, Teresa (2013). «E esta sou eu»: O papel dos sujeitos na construção do texto. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 8. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 187-194.
- Oliveira, Teresa & Janete dos Santos Bessa Neves (2007). Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico. *Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre* 31, 49-55.
- Palmer, Frank R. (2001). *Mood and modality*. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Peirce, Charles Sanders ([1878] 1992). Deduction, Induction and Hypothesis. In Nathan Houser & Christian J. W. Kloesel (eds.), *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings (Volume 1: 1867-1893)*. Bloomington: Indiana University Press, 186-199.
- Peirce, Charles Sanders ([1903] 1998). Pragmatism as the logic of abduction. In Nathan Houser & Christian J. W. Kloesel (eds.), *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings (Volume 2: 1893-1913)*. 2nd. ed. Bloomington: Indiana University Press, 226-241.
- Péroz, Pierre (1992). *Systématique des valeurs de BIEN en français contemporain*. Genève: Librairie Droz.
- Rocci, Andrea (2000). L'interprétation épistémique du futur en italien et en français : une analyse procédurale. In Jacques Moeschler (ed.), *Inférences directionnelles, représentations mentales et subjectivité, Cahiers de linguistique française* 22, 241-274.

- Rodrigues, Helena Isabel da Rocha Alzamora (2001). *Valores e marcadores de posterioridade na língua portuguesa*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH/UNL.
- Runes, Dagobert D. (1942). Deduction. In Runes (ed.), 1942.
- Runes, Dagobert D. (ed.) (1942). *Dictionary of Philosophy*. Philosophical Library. [Edited in hypertext by Andrew Chrucky, July 10, 2004, URL: <<http://www.ditext.com/runes/index.html>> (consult. 01/08/2011)].
- Saussure, Louis de (2012). Modalité épistémique, évidentialité et dépendance contextuelle. *Langue française* 173, 131-143.
- Saussure, Louis de & Patrick Morency (2012). A cognitive-pragmatic view of the French epistemic future. *French Language Studies* 22, 207-223.
- Sousa, Otília Costa & Sílvia Araújo (2000). Imperfeito português e condicional francês: valores modais. In Rui Vieira de Castro & Pilar Barbosa (eds.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faro, 1999)*. Braga: APL, vol. II, 559-573.
- Squartini, Mario (2001). The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language* 25(2), 297-334.
- Squartini, Mario (2004). La relazione semantica tra Futuro e Condizionale nelle lingue romanze. *Revue Romane* 39(1), 68-96.
- Sweetser, Eve E. (1990). *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Swoyer, Chris ([2003] 2010). Arguments and Inferences. Supplement to “Relativism”. In Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2010 Edition)*. URL: <<http://plato.stanford.edu/entries/relativism/supplement3.html>> (consult. 01/08/2011).
- Valentim, Helena Topa (2002). Contributo para o estudo do verbo *sentir* – perspectiva enunciativa. In Anabela Gonçalves & Clara Nunes Correia (orgs.), *Actas do*

XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 2001). Lisboa: APL, 509-516.

Valentim, Helena Topa (2004). *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH/UNL.

Valentim, Helena Topa (2006). Elementos para uma epistemologia da modalidade. In Fátima Oliveira & Joaquim Barbosa (orgs.), *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados (Porto, 2005)*. Lisboa: APL, 23-32.

Vendrame, Valéria (2010). *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Tese de doutoramento. São José do Rio Preto (SP): Universidade Estadual Paulista.

Verbeke, Charlotte (2011). *Sentir: ¿un verbo de percepción o un verbo de emoción?*. Dissertação de mestrado, Universidade de Gante (Universiteit Gent).

Viberg, Åke (1983). The verbs of perception: a typological study. *Linguistics* 21(1), 123-162.

Viberg, Åke (2001). Verbs of perception. In Martin Haspelmath, Ekkehard König, Wulf Oesterreicher & Wolfgang Raible (eds.), *Language Typology and Language Universals. An International Handbook*. Vol. 2. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 1294-1309.

Viberg, Åke (2008). Swedish verbs of perception from a typological and contrastive perspective. In María de los Ángeles Gómez-González, J. Lachlan Mackenzie & Elsa M. González Álvarez (eds.), *Languages and Cultures in Contrast and Comparison*. Amsterdam: John Benjamins, 123-172.

Vilela, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2.^a ed., Coimbra: Livraria Almedina.

Whitt, Richard J. (2009). Auditory evidentiality in English and German: The case of perception verbs. *Lingua* 119, 1083-1095.

Whitt, Richard J. (2011). (Inter)Subjectivity and evidential perception verbs in English and German. *Journal of Pragmatics* 43, 347-360.

Willett, Thomas (1988). A cross linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality, *Studies in Language* 12(1), 51-97.

Wood, Ledger (1942). Inference. In Runes (ed.), 1942.

Dicionários consultados

Academia das Ciências de Lisboa (org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Ed. Verbo/ACL/FCG.

Costa, J. Almeida & António de Sampaio e Melo (1997). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7.^a ed. rev. ampl. Porto: Porto Editora.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2.^a ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Figueiredo, Cândido de (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 25.^a ed. Venda Nova: Bertrand Ed.

Machado, José Pedro (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.

Machado, José Pedro (coord.) (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Amigos do Livro/Sociedade da Língua Portuguesa.

Silva, António de Moraes (1980). *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência.

Villar, Antônio Houaiss e & Mauro de Salles (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Lista de figuras

Figura 1. Tipos de evidência (Willett, 1988: 57).....	32
Figura 2. Tipos de evidência e valores mediativos.....	39
Figura 3. Dedução, indução e hipótese (Peirce, [1878] 1992: 188)	44
Figura 4. Classificação das inferências (Peirce, [1878] 1992: 189)	45
Figura 5. Forma da inferência abdutiva (Peirce, [1903] 1998: 231)	45
Figura 6. Raciocínio por dedução (Desclés & Guentchéva, 2001: 105)	50
Figura 7. Raciocínio por abdução (Desclés & Guentchéva, 2001: 106)	50
Figura 8. Dedução e abdução (Desclés & Guentchéva, 2001: 108)	51
Figura 9. Hierarquia das “modalidades sensoriais” dos verbos de percepção (Viberg, 2008: 126).....	105
Figura 10. Relacionamento semântico entre experiências em diferentes “modalidades sensoriais” (Viberg, 2001: 1301).....	106
Figura 11. Estrutura das metáforas de percepção (Sweetser, 1990: 38).....	160

Lista de tabelas

Tabela 1. Empregos do condicional, segundo Haillet (Kronning, 2002: 561)	75
Tabela 2. Correspondências entre formas verbais com e sem valores mediativos.....	88
Tabela 3. Distribuição sintático-semântica dos verbos de percepção em inglês (Viberg, 2001: 1295).....	107
Tabela 4. Tipologias dos verbos de percepção: comparação entre as propostas de Viberg, Whitt e Gisborne.....	116
Tabela 5. Verbo <i>cheirar</i> – distribuição de ocorrências	131
Tabela 6. Verbo <i>saber</i> – distribuição de ocorrências	131
Tabela 7. Verbo <i>soar</i> – distribuição de ocorrências	131
Tabela 8. Verbos <i>cheirar</i> , <i>saber</i> e <i>soar</i> – ocorrências para análise.....	135

ANEXOS

Anexo 1

Texto A

- 1 Grita o povinho furiosos impropérios aos condenados, guincham as mulheres debruçadas dos peitoris, alanzoam os frades, a procissão é uma serpente enorme que não cabe direita no Rossio e por isso se vai curvando e recurvando como se determinasse chegar a toda a parte ou oferecer o espectáculo edificante a toda a cidade, aquele que ali vai é Simeão de Oliveira e Sousa, sem mester nem benefício, mas que do Santo Ofício declarava ser qualificador, e sendo secular dizia missa, confessava e pregava, e ao mesmo tempo que isto fazia proclamava ser herege e judeu, raro se viu confusão assim, e para ser ela maior tanto se chamava padre Teodoro Pereira de Sousa como frei Manuel da Conceição, ou frei Manuel da Graça, ou ainda Belchior Carneiro, ou Manuel Lencastre, quem sabe que outros nomes teria e todos verdadeiros, porque deveria ser um direito do homem escolher o seu próprio nome e mudá-lo cem vezes ao dia, um nome não é nada, e aquele é Domingos Afonso Lagareiro, natural e morador que foi em Portel, que fingia visões para ser tido por santo, e fazia curas usando de bênçãos, palavras e cruzes, e outras semelhantes superstições, imagine-se, como se tivesse sido ele o primeiro, e aquele é o padre António Teixeira de Sousa, da ilha de S. Jorge, por culpas de solicitar mulheres, maneira canónica de dizer que as apalpava e fornicava, decerto começando na palavra do confessor e terminando no acto recato da sacristia, enquanto não vai corporalmente acabar em Angola, para onde irá degredado por toda a vida, e esta sou eu, Sebastiana Maria de Jesus, um quarto de cristã-nova, que tenho visões e revelações, mas disseram-me no tribunal que era fingimento, que ouço vozes do céu, mas explicaram-me que era efeito demoníaco, que sei que posso ser santa como os santos o são, ou ainda melhor, pois não alcanço diferença entre mim eles, mas repreenderam-me de que isso é presunção insuportável e orgulho monstruoso, desafio a Deus, aqui vou blasfema, herética, temerária, amordaçada para que não me ouçam as temeridades, as heresias e as blasfémias, condenada a ser açoitada em público e a oito anos de degredo no reino de Angola, e tendo ouvido as sentenças, as minhas e mais de quem comigo vai nesta procissão, não ouvi que se falasse da minha filha, é seu nome Blimunda, onde de mim, aqui
- 30 hás-de vir saber da tua mãe, e eu te verei se no meio dessa multidão estiveres, que só para te ver quero agora os olhos, a boca me amordaçaram, não os olhos, olhos que não te viram, coração que sente e sentiui, ó coração meu, salta-me no peito se Blimunda aí estiver, entre aquela gente que está cuspiendo para mim e atirando cascas de melancia e imundícies, aí como estão enganados, só eu sei que todos
- 35 poderiam ser santos, assim o quisessem, e não posso gritá-lo, enfim o peito me deu sinal, gemeu profundamente o coração, vou ver Blimunda, vou vê-la, aí, ali está, Blimunda, Blimunda, Blimunda, filha minha, e já me viu, e não pode falar, tem de fingir que me não conhece ou me despreza, mãe feiticeira e marrana ainda que apenas um quarto, já me viu, e ao lado dela está o padre Bartolomeu Lourenço, não
- 40 fales, Blimunda, olha só, olha com esses teus olhos que tudo são capazes de ver, e aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda e não sabe, aí que não sabe quem é ele, donde vem, que vai ser deles, poder meu, pelas roupas soldado, pelo rosto castigado, pelo pulso cortado, adeus Blimunda que não te verei

mais, e Blimunda disse ao padre, Ali vai minha mãe, e depois, voltando-se para o
45 homem alto que lhe estava perto, perguntou, Que nome é o seu, e o homem disse,
naturalmente, assim reconhecendo o direito de esta mulher lhe fazer perguntas,
Baltasar Mateus, também me chamam Sete-Sóis.

(*Memorial do Convento*, pp. 52-53)

Texto B

1 De onde me virá a impressão que na casa, apesar de igual, quase tudo lhe
falta? As divisões são as mesmas com os mesmos móveis e os mesmos quadros e
no entanto não era assim, não era isto, fotografias antigas em lugar da minha mãe,
do meu pai, das empregadas da cozinha e da tosse do meu avô comandando o
5 mundo, não a presença, não ordens, a tosse, um lenço saía-lhe do bolso e
desarrumava o bigode, o meu pai prendia o cavalo na argola e a seguir apenas o
restolhar da erva que esse sim mantém-se, embora seco e duro até depois da chuva,
na varanda os campos que conheço e não conheço, o renque de ciprestes que
conduzia ao portão e além do portão com um dos pilares tombado os sobreiros e o
10 trigo, a vila cada vez mais distante onde as luzes acentuam o escuro, um sítio de
defuntos em cujas ruas trotava abraçado ao meu pai, assustado com os postigos
vazios e a certeza que nos espreitavam dos amieiros da praça no tempo em que
nada faltava na casa, a minha mãe no andar de cima a perfumar baús, a chávena da
minha avó no pires e ela fixando-me com um olhar de retrato que atravessava
15 gerações vinda de um piquenique de senhoras de bandós e cavalheiros de colarinho
de celulóide comigo a pensar se toda a gente continuaria aqui em conversas que o
relógio de pêndulo afogava no coração pausado, (...)

(*O Arquipélago da Insónia*, pp. 13-14)

Texto C

1 (...) não percebi o meu pai quando adoeceu há dois anos e exigiu que o
deitássemos na cama do sótão na qual nunca dormiu e em que a roupa da minha
mãe se pendurava de grampos, havia um Cristo que se compra nas feiras torto na
parede, a tábua de passar a ferro com uma camisa do meu avô e o meu pai para a
5 camisa
– Vá-se embora
o meu pai
– Deixe-me sozinho com ela
não com o meu irmão nem comigo, sozinho com ela, uma palavra que me
10 escapou até me aproximar da sua boca, ia jurar que
– Voltei
ou não
– Voltei
enganei-me, continuava a escapar-me, continuaria a escapar-me, o meu pai não

15 era um Cristo que se compra nas feiras, era um homem ordenando a uma empregada da cozinha
 – Leva as tuas coisas para o andar de cima amanhã
 e a empregada sem coragem de desobedecer levantando-se a alisar a blusa incapaz de negar-se

20 – Largue-me
 a minha mãe com dezassete ou dezoito anos se tanto que se lavou a chorar para ele, se calçou para ele, se arranjou para ele a equilibrar as lágrimas, quem habitou aqui antes de nós e não nos procura como as pessoas da sala, esqueceu-nos e ao esquecer-nos deixámos de existir, não somos, não éramos, não chegámos a ser, a

25 minha mãe não foi, eu não sou, o meu irmão não é e contudo o meu pai a preveni-la
 – Voltei
 como se ambos fossem, não nós, no dia do enterro espreitou o cemitério da grade e sumiu-se de estribos a tilintarem nos ferros das correias, o meu pai para a

30 minha mãe defunta
 – Deita-te aqui comigo
 disso tenho a certeza
 – Deita-te aqui comigo
 não no tom em que

35 – Leva as tuas coisas para o andar de cima amanhã
 uma voz de desamparo se calhar da febre, se calhar da fraqueza e mais forte que a febre e a fraqueza
 – Deita-te aqui comigo
 e ninguém ao seu lado, você sozinho pai e todavia à procura, as mãos a

40 segurarem o que julgava as mãos da minha mãe ou as rédeas que não havia continuando a partir do cemitério a caminho da vila onde os espectros moravam a atirar-lhes de chibata no ar
 – Não se escondam de mim
 sem que lhe respondessem porque não há quem se importe consigo, não peça

45 – Não me deixes
 à camisola e às saias de uma rapariga que lhe obedecia não por afeição, por medo e devia detestá-lo por medo igualmente, inerte à sua beira a ouvir o baloiço das árvores na noite e da terra que subia e baixava consoante as nuvens, o trote do cavalo rodeava a casa detendo-se no lugar em que golpeavam os porcos dando

50 ideia que o sangue do animal ou da minha mãe quando nasci continuava a pingar no alguidar de forma que no momento em que o meu pai
 – Não me deixes
 a procurei na sua cara, você que sofria quando o meu avô
 – Chega cá

55 a pegar na caçadeira, você à entrada do quarto, o meu avô a fixar os canos enjoado de si
 – Idiota
 e você a baixar a caçadeira e a ir-se embora vencido, você a disparar sobre os tucanos e cada tucano um botão de cobre a fechar-lhe o pescoço, cada tucano o

60 dono do trigo e do milho e não se dava ao trabalho de mandar os cães buscá-los, você, mesmo se a minha mãe com o meu avô
 – Não me deixes
 apesar da boca fechada, você idiota pai (...)

(*O Arquipélago da Insónia*, pp. 17-19)

Texto D

- 1 Era muito de manhã. Ao sábado ia sempre de manhã, em vez de tarde, para o emprego. Agora estava num café perto da estação, a beber um café para não ter sono nenhum. O café era de copo. Tinha um dossier vermelho ao pé. Gostava muito da cor vermelha, mesmo em fatos. A mesa era amarela. Ela era, entre o
- 5 pescoço e os joelhos, preta e castanha, camisola preta e saia castanha.
- Agora bebera o café e, por uma questão simplesmente de sugestão (mas não se importava) escancarou repentinamente os olhos como se acordasse definitivamente nesse momento.
- Ia agora pela rua abaixo até ao emprego. O emprego dela era todo castanho
- 10 excepto as batas, que eram pretas. Até já tinha uma. Até de tarde.
- (Plâncton, p. 7)

Texto E

- 1 – O que é sombrio no teu retrato é o rosto. Beije-o até rasgar o papel. Depois andei na rua, até à noite, por desespero e por raiva.
- Dizia-me que, depois de receber a minha carta, fez uma viagem de barco. Viu cair neve no mar.
- 5 – Se agora me perguntasses se estive doente, não saberia que responder.
- Entreabria os lábios. Os cabelos tapavam os olhos. À chuva, o retrato dilui-se até formar uma mancha escura e espessa. Eu amara aquele rosto.
- A destruição estava dentro de mim. Esqueci-me de o dizer na carta que te mandei. Pus nela a própria resposta que esperava e enviei-a assim. Depois,
- 10 devolveste-ma. Reabri-a. Estava tudo mudado. Lembro-me de ter bebido. Estive imóvel, deitado, e os cães vinham-me cheirar. Eu ladrava-lhes. À primeira luz do dia o barco partiu. Deixei um corpo esquecido nos degraus do cais. Durante a viagem tivemos calmarias que nos deram tempo a pescar uma tartaruga que andava à tona de água. Tinha pegado na concha uma tão grande quantidade de marisco que
- 15 não a deixava nadar, e facilitou o ser apanhada à mão.
- Estando eu até segunda nesta casa, se amanhã quiseres.
- (Plâncton, pp. 8-9)

Anexo 2

1 Televisão estatal refere a morte de 120 pessoas

Síria denuncia “massacre” de polícias

5 A televisão estatal síria noticiou a morte de 120 polícias, 82 dos quais num “massacre” em Jisr al-Shughour, no Norte da Síria. O ministro do Interior foi à televisão garantir que “o Estado não ficará de braços cruzados” face a “ataques contra a segurança da pátria”.

10 Com o país fechado aos jornalistas estrangeiros, é difícil perceber a situação. Sabe-se que há confrontos desde sábado nesta zona e um activista disse à AFP que houve “um motim” no quartel da Segurança Militar. Inicialmente chegou a ser referida a morte de 20 polícias numa emboscada levada a cabo por “gangs armados”.

15 A confirmar-se, este é o maior ataque contra as forças de segurança desde o início dos protestos contra o regime de Bashar al-Assad, em Março. A notícia da televisão estatal síria surge um dia depois de activistas de direitos humanos terem denunciado que pelo menos 35 pessoas, incluindo polícias, morreram em Jisr al-Shughour, já junto à fronteira com a Turquia, adiantou a BBC.

20 O ataque terá sido levado a cabo esta segunda-feira de manhã, com armas ligeiras e granadas, ainda segundo a televisão estatal síria, que diz ainda que pelo menos oito polícias tinham morrido num ataque com explosivos. Terão também sido incendiados edifícios governamentais em Jisr al-Shughour.

A repressão das forças do regime aos opositores já terá causado pelo menos 1100 mortos, segundo activistas dos direitos humanos no país, e levou à aplicação de sanções por parte dos EUA e da União Europeia.

(Público, 06/06/2011, URL: <<http://publico.pt/1497820>>)

Anexo 3

1 O Turismo promove um país de criados

A campanha de reeducação de massas, veiculada no site visitportugal.com, é uma coisa tão bafienta, tão neo estado-novo, tão “Ó tempo volta p’ra trás”, que não me admirava que os verso da Grândola (sem eu querer) começassem a aparecer pelo meio deste texto.

O filme começa com dois estrangeiros suspirando pela Ana. “Ai a Ana, ai a Ana”, dizem. “O melhor de Portugal foi a Ana.” E quem é a Ana? Uma rameira? Uma portuguesa comum? A sua filha?

Desconfio que se trata da sua filha, caro leitor. E o Turismo do governo de Portugal quer que ela e os outros portugueses todos, para além do couro e do cabelo que dão aos credores, dêem também o corpo e o conho a quem nos visita.

Este parece ser o objectivo desta indigna campanha, assumida, pelo próprio Turismo, como campanha interna. Uma campanha que visa (imagine-se) educar os portugueses na servidão. É uma campanha que nos incentiva a sermos rameiras e gigolôs ao serviço de quem vem de fora. Uma campanha que reforça a ideia de Portugal como país de serventes sorridentes e lavados, prontos para todo o serviço; que reforça a ideia de um povo criado para ser criado; uma ideia enraizada já por esse mundo fora e que, como estudos demonstraram (como se não bastasse o bom senso), nos retira valor. Uma imbecilidade, portanto.

Mas apostar no valor económico da subserviência parece ser a estratégia do Turismo do governo de Portugal. E para tal, vai de fazer o impensável: uma campanha de doutrinação e reeducação de massas; à boa maneira nazi/estalinista.

No filme, para além dos bifes que suspiram de saudades pelo docinho da Ana, ainda se vê uma holandesa que, vinda a Portugal jogar golfe, acabou enrolada com um português; vêem-se duas francesas a recordar a maneira delicada como o senhor António arrumava as toalhas e tinha as camisas bem passadas e tratava da casa-de-banho; vê-se o pobre do Avillez a servir à mesa, tão simpático, tão deferente, tão pouco chef e tão criado; vê-se um senhor de meia idade que sofre de uma estranha compulsão para a subserviência e se manifesta a fazer de guia a uma família de brasileiros. Vêem-se criados. Criados. Só criados, nada mais. Nada de digno, criativo, inteligente, elevado, aspiracional. Só criados.

Esta indecorosa ofensa, esta imbecilidade, esta falta de competência, bom senso, valores e escola, conclui-se com uma citação de Fernando Pessoa. Mas não é bem uma citação de Fernando Pessoa. É um sucedâneo, uma citação tipo-Pessoa. Em vez de “Põe quanto és no mínimo que fazes”, lê-se o erro “Põe tudo o que és na mais pequena coisa que fazes”.

Tudo o que aquela gente do governo de Portugal é, pôs nesta campanha; e não é nada de bom.

Nunca me senti tão envergonhado com uma coisa feita em meu nome.

(Pedro Bidarra, in *Dinheiro Vivo*, 01/03/2013, URL: <http://www.dinheirovivo.pt/Buzz/Artigo/CIECO109834.html?page=0>)